

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**Ana Leticia Arelaro**

**O MÉTODO DE PROVA NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*: O PROBLEMA DA  
SÍNTESE POR MEROS CONCEITOS**

**São Carlos**

**2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Ana Leticia Arelaro

O MÉTODO DE PROVA NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*: O PROBLEMA DA SÍNTESE  
POR MEROS CONCEITOS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Filosofia, CECH, Departamento de Filosofia (DFil), UFSCar, para a obtenção do título de mestre em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos.

São Carlos

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Programa de Pós Graduação em Filosofia**

**Defesa de Mestrado**  
**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Ana Letícia Arelaro.

São Carlos, 06 de dezembro de 2023

**ASSINATURAS E CIÊNCIAS**

Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos (orientador)

---

Prof. Dr. Luciano Nervo Codato

---

Prof. Dr. Marcos César Seneda

---

Para Tales.

## **Agradecimentos**

À FAPESP, pelo financiamento da pesquisa (número do processo: 2021/02299-0), imprescindível para sua realização.

Ao Prof. Dr. Paulo Licht dos Santos, pela orientação sempre atenciosa e pela compreensão nos momentos de dificuldade.

Aos integrantes das bancas de qualificação e de defesa: Prof. Dr. Luciano Codato e Prof. Dr. Marcos César Seneda, pela leitura cuidadosa do texto e pelos profícuos apontamentos.

À Eloísa e ao Tadeu (*in memoriam*), por me incentivarem desde o início.

À Marcela e à Monise, pela parceria constante.

À Marina, à Júlia e à Amanda, por me alegrarem sempre.

À Luisa, ao Paulinho e ao Wilson, pela amizade.

Ao Fernando César, pelo companheirismo.

## **Resumo**

Na Doutrina Transcendental do Método da *Crítica da Razão Pura*, Kant caracteriza o método de prova por ele empregado na Analítica Transcendental como um método transcendental de síntese por meros conceitos. É difícil compreender como é possível uma síntese por conceitos, pois Kant afirma em diversos momentos da *Crítica* que todo conhecimento sintético requer referência à intuição, como é o caso do método matemático de construção de conceitos. Esse problema repercutiu no Idealismo Alemão, de modo que tanto Schelling quanto Fichte argumentam que Kant, ao excluir a intuição do método de prova da filosofia, acaba por restringi-la à análise e decomposição de conceitos, tal como o método da metafísica dogmática. Contudo, pretendemos mostrar que o método de prova da *Crítica da Razão Pura* se diferencia do dogmatismo, pois esse método, apoiado em uma síntese por meros conceitos, é composto por duas etapas que extrapolam a mera análise conceitual vazia. A primeira etapa, encontrada na Analítica dos Conceitos, é a dedução transcendental, que visa provar a validade objetiva das categorias; essa etapa possui o papel essencial de não permitir que a filosofia, em suas provas, tateie entre meros conceitos vazios de objetos, mesmo sem dispor de nenhuma intuição. A segunda etapa encontra-se na prova dos princípios do entendimento da Analítica dos Princípios; essa etapa visa estabelecer princípios sintéticos *a priori*, recorrendo a uma síntese que possui como fio condutor não a intuição pura, mas o conceito de experiência possível. A presente pesquisa, contrapondo-se à leitura de que Kant teria proposto um método de prova analítico para a filosofia, pretende defender que a *Crítica da Razão Pura* propõe, na Doutrina Transcendental do Método, e emprega na Analítica Transcendental, um método de *síntese discursiva*. Para tanto, consideramos necessário também investigar parte do período pré-crítico de Kant.

**Palavras-chaves:** Kant; *Crítica da Razão Pura*; Doutrina Transcendental do Método; Método de Prova; Método Matemático; Método Filosófico.

## **Abstract**

In the Transcendental Doctrine of the Method of the *Critique of Pure Reason*, Kant characterizes the method of proof he employed in Transcendental Analytics as a transcendental method of synthesis by mere concepts. It is difficult to understand how a synthesis by concepts is possible, as Kant states at various points in the *Critique* that all synthetic knowledge requires reference to intuition, as is the case with the mathematical method of constructing concepts. This problem had repercussions on German Idealism, so that both Schelling and Fichte argue that Kant, by excluding intuition from the proof method of philosophy, ends up restricting it to the analysis and decomposition of concepts, such as the method of dogmatic metaphysics. However we intend to show that the proof method of the *Critique of Pure Reason* differs from dogmatism as this method is composed of two steps that go beyond the mere empty conceptual analysis. The first stage is found in the Analysis of Concepts, it is the transcendental deduction that aims to prove the objective validity of the categories; this stage has the essential role of not allowing philosophy, in its tests, to grope among mere empty concepts of objects, even without having any intuition. The second stage lies in proving the principles of understanding the Analytics of Principles; this stage aims to establish synthetic principles a priori, in a synthesis that has as its guiding thread not pure intuition, but possible experience. The present research, in opposition to the reading that Kant would have proposed a method of analytical proof for philosophy, intends to defend that the *Critique of Pure Reason* proposes in the Transcendental Doctrine of the Method and apply in the Transcendental Analytics a method of discursive synthesis. To this end, we also consider it necessary to investigate part of Kant's pre-critical period.

**Keywords:** Kant; Critique of Pure Reason; Transcendental Doctrine of the Method; Method of Proof; Mathematical Method; Philosophical Method.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	09
<b>Capítulo 1:</b> Distinção entre método matemático e método filosófico.....	19
<b>1.1</b> Período pré-crítico.....	21
<b>1.1.1</b> Síntese e análise: conceitos feitos e conceitos dados.....	24
<b>1.1.2</b> Linguagem simbólica da matemática e linguagem discursiva da filosofia.....	27
<b>1.1.3</b> Proposta para uma metafísica segundo o modelo da física newtoniana .....	30
<b>1.1.4</b> Considerações acerca da noção de nota característica [Merkmal] .....	33
<b>1.1.5</b> Conclusão acerca do período pré-crítico.....	37
<b>1.2</b> Período Crítico.....	40
<b>1.2.1.</b> Síntese por construção de conceitos na matemática e síntese transcendental por conceitos na filosofia.....	41
<b>1.2.2.</b> Definições, axiomas e demonstrações.....	47
<b>1.2.3.</b> Construção de conceitos matemáticos: construção simbólica e construção geométrica.....	52
<b>1.2.4</b> O método de prova na filosofia transcendental.....	59
<b>1.3</b> Conclusão geral do capítulo.....	63
<b>Capítulo 2:</b> §26 da Dedução Transcendental B e a validade objetiva das categorias.....	66
<b>2.1</b> A Categoria de Causalidade na Analítica dos Conceitos.....	69
<b>2.2</b> Definição de Validade Objetiva segundo a Dedução Transcendental.....	71
<b>2.3</b> Síntese Transcendental da Imaginação.....	72
<b>2.4</b> §26: A Dedução do Uso Universalmente Possível das Categorias na Experiência.....	74
<b>2.4.1</b> A Síntese Empírica da Apreensão.....	74
<b>2.4.2</b> Distinção entre Percepção e Experiência.....	78



2.4.3 O sexto passo do argumento.....	80
2.4.4 A categoria de causalidade no exemplo do congelamento da água.....	82
2.5 Conclusão.....	85
<b>Capítulo 3: A prova do princípio de causalidade nas Analogias da experiência: síntese <i>a priori</i> na filosofia transcendental.....</b>	<b>88</b>
3.1 O esquematismo e o esquema do conceito de causa.....	90
3.2 Experiência Possível: tempo, imaginação e unidade da apercepção.....	94
3.3 A síntese <i>a priori</i> na prova do Princípio de Causalidade.....	96
3.3.1 Os Princípios do Entendimento Puro.....	96
3.3.2 As Analogias da Experiência.....	99
3.3.3 A Segunda Analogia e a Lei da Causalidade.....	104
3.4 Conclusão.....	111
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>130</b>

## Introdução

A questão acerca do método de prova filosófica proposto por Kant na *Crítica da Razão Pura* é tema de difícil compreensão.

Uma vez que a primeira *Crítica*, ao recusar o emprego do método da matemática, também recusa o uso da intuição para o método da filosofia, é possível supor que tal método estaria restrito à análise e decomposição de conceitos. Esse ponto gerou algumas polêmicas, de modo que alguns leitores de Kant acabaram por concluir que a filosofia crítica, por não empregar a intuição em seu método, teria permanecido no mesmo erro dos racionalistas dogmáticos de “tatear às cegas, e o que é pior, tatear entre conceitos puros” (*KrV*, B XV).<sup>1</sup>

Essa controvérsia, que põe em questão se a *KrV* teria ou não cumprido seu papel de encontrar um método científico para a metafísica, teve especial desdobramento no Idealismo Alemão<sup>2</sup>. Schelling, ao direcionar sua crítica à Kant, afirma que este “concebe o método demonstrativo na filosofia apenas no espírito do dogmatismo e como análise lógica” (SCHELLING, 2001, p.89). Nesse mesmo sentido, Fichte argumenta que, caso se empregue o método de conhecimento por conceitos proposto pela primeira *Crítica*, encontraremos “corretamente nesses conceitos aquilo que *anteriormente já estava neles*” (FICHTE, 1984, p.53, grifo nosso), mas nunca, com essa operação, será possível *ampliar*, criticar, fundar ou depurar o conhecimento (cf. FICHTE, 1984, p.53, grifo nosso).

Desse modo, tanto Schelling quanto Fichte argumentam que Kant, ao propor um método discursivo para a filosofia, opondo-o ao método de construção de conceitos da matemática, acaba por restringi-la à análise e decomposição de conceitos. Nesse ponto, o método proposto pela primeira *Crítica* não se distinguiria do método empregado pelos filósofos dogmáticos. Entretanto se, para Kant, a filosofia deve ser ciência rigorosa é necessário que ela possua conhecimentos sintéticos e *a priori*. Exigência apresentada já no § V da *Introdução* que tem como título: “Os juízos sintéticos *a priori* estão contidos como princípios em todas as ciências teóricas da razão”. Onde está presente a seguinte passagem:

---

<sup>1</sup> A *Crítica da Razão Pura* será citada de acordo com a norma da Akademie-Ausgabe.

<sup>2</sup> Também abordaram esse problema comentadores de Kant mais recentes como, por exemplo, Schutting no livro *Kant's Deduction and Apperception: Explaining the Categories*; Seneda em seu artigo “Conhecimento Racional por Conceitos (filosofia) e Conhecimento Racional por Construção de Conceitos (matemática)”; assim como Casanave no artigo “Por Construção de Conceitos”. Schulting defende que Kant emprega um método de síntese por conceitos na Dedução Transcendental; já Seneda e Casanave, se atêm em mostrar a diferença entre os métodos matemático e filosófico tratados pela Doutrina Transcendental do Método.

Mesmo que se considere a *metafísica* como uma ciência que até aqui foi apenas ensaiada, mas que é indispensável em virtude da natureza da razão humana, ela tem de *conter conhecimentos sintéticos e a priori* e, portanto, não lida somente com a mera decomposição e o esclarecimento analítico de conceitos que fazemos das coisas *a priori*. (*KrV*, B 18).

Contudo, a preocupação de Kant no que diz respeito à busca de um método científico para a filosofia, especialmente para a metafísica, não se originou no período crítico e se insere em um contexto da história da filosofia em que tal questão estava em voga (cf. CASANAVE, 2012, p.657). Esse tema é central em um texto pré-crítico, publicado em 1764, denominado *Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*.<sup>3</sup> Tal texto, escrito na forma de um tratado filosófico, procura responder à questão proposta pela Academia Real de Ciências de Berlim se a filosofia pode empregar o mesmo método que a matemática e, paralelamente, qual seria a metodologia adequada a fim de que se possa encontrar um caminho científico para aquela. (cf. KANT, 2005, p. 101).

Um ponto muito relevante presente nesse tratado pré-crítico é a sua proposta, bastante clara, de um método analítico para a filosofia. (cf. *UD*, AA, 2:276). Tal elemento da *Investigação* de 64 contribui para a controvérsia sobre se Kant teria ou não proposto um método para a filosofia que a limita apenas à decomposição conceitual.

A posição que pretendemos defender no primeiro capítulo deste trabalho é que tanto o método analítico do período pré-crítico quanto o método sintético transcendental do período crítico não se identificam com a estrita análise e decomposição de conceitos. Pretendemos mostrar, com isso, não apenas que a questão do método sempre foi uma importante preocupação durante o período crítico. Assim como, que essa preocupação já estava presente no início da década de 60 e tinha como objetivo, desde então, resolver o problema metodológico deixado pelos metafísicos racionalistas.<sup>4</sup> Problema tal que culminou na querela da metafísica apontada por Kant em ambos os prefácios. (cf. *KrV*, AIX; BXV).

É certo que a necessidade de rigor lógico no argumento filosófico torna imprescindível que a análise e a decomposição de conceitos também sejam empregadas no método da

---

<sup>3</sup> Doravante *Investigação* de 64.

<sup>4</sup> A relação entre a busca de um método científico para a metafísica e a necessidade de encontrar uma solução para o estado de desacordo em que esta se encontrava também é expressa por Kant em uma carta dirigida a Lambert, datada de 31 de dezembro de 1765: “Ao longo de muitos anos volvi as minhas reflexões filosóficas para todos os lados imagináveis e, após tantas voltas pelas quais procurava de cada vez as fontes do erro ou do discernimento no modo de proceder, consegui finalmente ter por seguro o método que se deve observar, se se quiser escapar a essa ilusão do saber que faz com que se julgue a todo momento haver chegado ao ponto decisivo, mas também muitas vezes que se tem de voltar ao seu caminho, ilusão da qual nasce igualmente a desunião destrutiva dos pretensos filósofos, porque não há aí nenhuma medida comum para tornar concordantes seus esforços.” (Kant, apud, FIGUEIREDO, 2005, p. 18).

filosofia, e isso não foi negligenciado por Kant.<sup>5</sup> Assim, a necessidade de que a filosofia empregue um procedimento analítico em alguns momentos da investigação também é defendida pela *Crítica da Razão Pura*. (cf. *KrV*, A 730-31 / B 758-59). Em ambos os períodos esse procedimento analítico é apresentado em contraste com o procedimento de síntese de conceitos das definições matemáticas. A análise na filosofia é exigida, sobretudo, para esclarecer conceitos confusos que são *dados* ao filósofo. Mas, como pretendemos defender no primeiro capítulo, nem na *Investigação* de 64 nem na primeira *Crítica* a proposta de um método para a filosofia se restringe a esse procedimento analítico de esclarecimento conceitual. A decomposição analítica é apenas uma etapa do método que visa chegar às definições filosóficas, uma vez que a filosofia não pode *definir* conceitos pela síntese, como faz a matemática.

A perspicácia de Kant quanto à sua recusa acerca da possibilidade de empregar o método matemático na filosofia consiste nesse reconhecimento da limitação formal do argumento filosófico ao discurso. Dizer que o conhecimento filosófico é um conhecimento meramente discursivo significa que o instrumental semânticos desse método está restrito ao discurso, ou seja, às palavras da linguagem natural. (cf. *UD*, AA, 2: 278/279). Não podendo, portanto, utilizar figuras (como triângulos, pontos, linhas, etc, como faz a geometria) nem sinais (como de adição, subtração, potenciação, etc, como faz a aritmética).

Entretanto, isso levou Kant a um problema intrincado no que diz respeito ao seu projeto de encontrar um caminho científico para a metafísica, a saber: como argumentar apenas com palavras, sem limitar a filosofia à análise e decomposição vazia de conceitos? No período crítico essa questão toma o seguinte contorno: como é possível sair do conceito de um objeto de modo *a priori* para encontrar um predicado fora dele, sem que o filósofo possa dispor de nenhuma figura (como na geometria), nenhum símbolo (como números e sinais aritméticos), que contenham neles mesmos propriedades concretas e universais que são dadas pela intuição pura do espaço e do tempo?

A dificuldade principal que nos motivou a iniciar a presente pesquisa, portanto, está em compreender como a *Crítica da Razão Pura* propõe e emprega um método de síntese *por meros conceitos* [aus lauter Begriffen], uma vez que Kant afirma em diversos momentos da

---

<sup>5</sup> No Prefácio B temos a seguinte passagem que evidencia isso: “Assim, na prescrição do plano que a crítica prescreve, i. e., no futuro sistema da metafísica, temos de seguir a partir de agora o método estrito do famoso Wolff [...] de como se deve tomar o caminho seguro de uma ciência por meio do legítimo estabelecimento dos princípios, da clara determinação dos conceitos da busca de rigor nas provas e na prevenção de saltos audaciosos nas inferências.” (*KrV*, B XXXVI).

primeira *Crítica* que intuições e conceitos precisam se entrelaçar para que haja conhecimento sintético. Dentre passagens importantes em que encontramos essa afirmação, podemos mencionar a conclusão da Estética Transcendental:

Temos aqui uma das partes exigidas para a solução do problema geral da filosofia transcendental: “*como são possíveis os juízos sintéticos a priori?*” A saber, intuições puras *a priori*, o espaço e o tempo, nos quais encontramos, quando queremos ir além do conceito dado em juízos *a priori*, aquilo que pode ser descoberto *a priori* nos conceitos, mas certamente na intuição que lhe corresponde, e ser a ele ligado sinteticamente. (*KrV*, B 73).

Assim como a conhecida passagem da Lógica Transcendental: “A intuição e os conceitos, portanto, constituem os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem os conceitos sem uma intuição correspondentes de algum modo a eles, nem uma intuição sem conceitos, podem fornecer um conhecimento.” (*KrV*, B 74-75).<sup>6</sup>

Assim, se todo conhecimento sintético requer referência à intuição, o erro dos metafísicos dogmáticos teria sido justamente o de tatear às cegas entre conceitos, sem reportá-los a uma intuição correspondente, como Kant afirma já no prefácio B. (cf. *KrV*, B XIV). Os metafísicos, em seu método, tomavam juízos analíticos (juízos meramente explicativos) como ampliação material do conhecimento. Desse modo, a primeira *Crítica*, para encontrar um caminho científico para a metafísica, deve propor um método que extrapole a mera análise e decomposição conceitual.

No entanto, apesar dessas diversas passagens em que Kant afirma que todo conhecimento sintético requer referência à intuição, ao final da *KrV*, em um capítulo da Doutrina Transcendental do Método denominado Disciplina da Razão Pura, é apresentada um tipo de síntese muito peculiar: a síntese transcendental por conceitos.

Existe uma síntese transcendental por meros conceitos, de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral, sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível. (*KrV*, A 719 / B 747).

Essa passagem não deixa dúvidas de que há, para a filosofia transcendental, a possibilidade de uma síntese conceitual, o que significa que o fio condutor que me permite sair do conceito para estabelecer um juízo sintético não seria a intuição pura propriamente. Contudo, é polêmico se o fio condutor desse tipo de síntese prescinde completamente da intuição pura. A seguir, faremos uma breve análise da proposta kantiana quanto ao método

---

<sup>6</sup> Também no *Progressos da Metafísica*, Kant confirma essa tese de que todo conhecimento sintético requer referência à intuição, ao afirmar: “se deve haver conhecimento sintético *a priori*, devem então dar-se também intuições e conceitos *a priori*.” (*FM*, AA 20: 25).

sintético da filosofia, a fim de compreendermos melhor se tal método é completamente independente da intuição; ou se esta última é necessária para a síntese discursiva, ainda que de modo distinto do que ocorre na síntese própria da matemática.

Na própria Disciplina Da Razão Pura da *KrV*, Kant esclarece de que modo o método de prova da filosofia crítica, mesmo sem dispor de uma intuição sensível, não permanece no erro do dogmatismo de apenas analisar e decompor conceitos. O ponto de partida para caracterizar o método da filosofia é diferenciá-lo do método da matemática. A matemática emprega o método de construção de conceitos que expõe a intuição *a priori* ao conceito correspondente (*KrV*, A 713 / B 741), já a filosofia não pode construir conceitos a partir da intuição, pois ela "se atém apenas aos conceitos universais."<sup>7</sup> (*KrV*, A 715 / B 743). Por não dispor de nenhuma intuição, a filosofia não pode empregar o método de prova da matemática que consiste em três procedimentos principais: definições, axiomas e demonstrações (*KrV*, A 726-727 / B 754-755).

Apesar de negar o método próprio da matemática, Kant não deixa de propor um *método de prova sintético para a filosofia*, o que é claramente exposto na Disciplina da Razão Pura com Relação às suas Provas. O início dessa seção torna explícito em que consiste a prova transcendental de síntese por conceitos:

As provas das proposições transcendentais e sintéticas têm em si, entre todas as provas de um conhecimento sintético *a priori* a propriedade de que a razão não pode nelas, através de seus conceitos, dirigir-se diretamente ao objeto, mas tem de estabelecer antes, *a priori*, a *validade objetiva* dos conceitos e a *possibilidade da síntese* dos mesmos. (*KrV*, A 782 / B 810, grifos nossos).

Essa passagem mostra o primeiro ponto essencial desse método de prova, a saber, que nesse tipo de síntese não há relação entre conceito e objeto, o que só seria possível por intermédio da intuição. Diferente de uma síntese intuitiva, na síntese por conceitos a razão *antes* estabelece a validade objetiva e a possibilidade de síntese dos conceitos. "Isto não é somente algo como uma regra necessária de prudência, mas diz respeito à essência [Wesen] e à possibilidade da prova mesma [Möglichkeit der Beweise selbst]", afirma Kant (*KrV*, A 782 / B 810). A possibilidade da prova transcendental e sintética, portanto, depende do argumento *prévio* que estabelece de modo *a priori* a validade objetiva dos conceitos do qual a prova parte. Na sequência temos:

---

<sup>7</sup> Essa mesma distinção entre conhecimento por conceitos ou discursivo, próprio da filosofia, e conhecimento intuitivo por construção de conceitos, próprio da matemática, também está presente na *Lógica de Viena*. (Cf. *Log AA* 09: 831; 857; 892).

Se devo ir além, *a priori*, do conceito de um objeto, isto é impossível sem um *fio condutor* particular encontrável *fora desse conceito*. Na matemática é a intuição *a priori* que conduz a minha síntese, e todas as inferências podem, nela, ser efetuadas imediatamente na intuição pura. No conhecimento transcendental que se ocupa apenas dos conceitos do entendimento esse fio é a *experiência possível* [mögliche Erfahrung]. (*KrV*, A 782-783 / B 810-811, grifos nossos)

Aqui, temos o segundo ponto essencial da síntese discursiva: que o seu fio condutor não é a intuição pura, como na matemática, mas a *experiência possível* [mögliche Erfahrung]. É preciso também destacar outro elemento presente nesse excerto: que o conhecimento transcendental se ocupa apenas dos conceitos do entendimento. Como vimos, é preciso primeiro estabelecer a validade objetiva e, com isso, garantir a possibilidade de síntese desses conceitos.

A sequência dessa passagem confirma que o método de prova transcendental não consiste em mera análise de conceitos:

A prova não mostra, com efeito, que o conceito dado (daquilo que acontece, por exemplo) conduza diretamente a um outro conceito (aquele de uma causa), pois semelhante passagem seria um salto que não se poderia justificar; mas ela mostra que a própria experiência, portanto o objeto da experiência, seria impossível sem tal conexão (*KrV*, A 783 / B 811).

Essa passagem afirma que, na prova transcendental, um conceito não conduz *diretamente* ao outro, o que é próprio da análise de conceitos; assim, a prova de que tudo aquilo que acontece tem uma causa não pode ser obtida pela decomposição do conceito daquilo que em geral acontece. Diferentemente, a prova de síntese da filosofia deve mostrar de modo *a priori* que tudo aquilo que acontece na experiência está necessariamente sob a regra da conexão de causalidade.

A análise dessa passagem da Disciplina da Razão Pura com Relação às suas Provas mostrou, portanto, duas etapas essenciais próprias do método de síntese transcendental da filosofia: 1) É preciso *primeiro* estabelecer a *validade objetiva* dos conceitos do entendimento, disso depende a essência e a possibilidade da prova. 2) A prova propriamente consiste em uma síntese, uma síntese que não dispõe da intuição pura, mas que usa como fio condutor a *experiência possível*. Apesar dessas duas etapas possuírem funções distintas, a possibilidade da síntese transcendental por conceitos depende do êxito da primeira etapa, que visa estabelecer a validade objetiva dos conceitos do entendimento.

Na própria Disciplina da Razão Pura, Kant indica que a validade objetiva dos conceitos do entendimento (primeira etapa do método) deve ser estabelecida pela *dedução transcendental*, ao afirmar: “Todos devem conduzir sua causa por meio de uma prova

produzida corretamente, através de uma dedução transcendental dos argumentos” (*KrV*, A 794 / B 822). Isso é confirmado pela seguinte passagem da Analítica dos Conceitos:

a validade objetiva das categorias, como conceitos *a priori*, repousará em que apenas por meio delas é possível a experiência (segundo a forma do pensamento). [...] A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori*, tem, portanto, um princípio ao qual toda a pesquisa tem de ser direcionada, qual seja: que eles, como condições *a priori* da possibilidade da experiência [Möglichkeit der Erfahrung] (seja da intuição que é neles encontrada, seja do pensamento), têm de ser conhecidos. (*KrV*, A 93-94 / B 126).

Como vimos, segundo a Disciplina da Razão Pura, a possibilidade da prova transcendental de síntese por conceitos depende que seja *antes* estabelecida a validade objetiva das categorias. E segundo a Analítica dos Conceitos, a validade objetiva das categorias é estabelecida pelo argumento que mostra que a experiência só é possível por meio delas. A dedução transcendental, portanto, irá determinar que a filosofia, em seu método de prova, se mantenha sempre dentro dos limites da experiência possível. Desse modo, mesmo empregando posteriormente uma síntese que não pode ser mediada diretamente pela intuição pura, a filosofia não permanecerá no erro da metafísica dogmática de tatear entre meros conceitos vazios.

No entanto, é preciso deixar claro, em vista da caracterização do método de prova da *CRP*, que a síntese por conceitos propriamente não é obtida na dedução transcendental, mas na prova dos princípios do entendimento, como afirma a seguinte passagem da Disciplina da Razão Pura: “Como demonstram os *princípios do entendimento* que antecipam a experiência, nós estamos realmente em posse de um conhecimento sintético *a priori*.” (*KrV*, A 762 / B 790, grifos nossos). Além disso, em outra passagem desse mesmo capítulo Kant diz que não é possível obter princípios seguros apenas a partir de conceitos do entendimento:

através dos conceitos do entendimento, ela [a razão pura] de fato estabelece princípios seguros mas não diretamente a partir de conceitos, e sim indiretamente, através da relação desses conceitos a algo inteiramente contingente, a saber, a experiência possível; pois quando esta (algo como objeto da experiência possível) é pressuposta, eles são de fato apoditicamente certos, mas não podem jamais ser conhecidos em si mesmos (diretamente) *a priori*. (*KrV*, A 737 / B 765).

Essa passagem também aponta uma resposta, ainda que de forma breve, para uma das dificuldades centrais do nosso trabalho, a saber, compreender o papel da experiência possível na síntese transcendental por conceitos. É importante destacar o que Kant diz aqui: que diretamente através dos conceitos do entendimento a razão pura não pode estabelecer princípios seguros, mas é necessária a relação desses conceitos com a experiência possível - “algo como objeto da experiência possível” - para torná-los “apoditicamente certos”. Parece,



portanto, que o papel da experiência possível é transformar um conceito do entendimento em um princípio apodítico.

Desse modo, a segunda etapa do método, em que a síntese *a priori* é propriamente realizada, não se encontra na dedução transcendental, mas na prova dos Princípios do Entendimento da Analítica dos Princípios; sendo assim, devemos buscar nesse capítulo a resposta de como a experiência possível pode mediar uma síntese *a priori* no conhecimento científico. Ora, é em uma seção da Analítica dos Princípios denominada *Do princípio supremo de todos os juízos sintéticos*, que temos a confirmação de que a experiência possível deve ser mediadora na prova dos Princípios do Entendimento:

É justamente a referência destas [das categorias] à experiência possível que tem de constituir todos os conhecimentos puros do entendimento, e é graças à sua relação com a sensibilidade em geral que serão estabelecidos em um sistema, de maneira completa, todos os princípios transcendentais do uso do entendimento. (*KrV*, A 148 / B 187-188).

Essa passagem não apenas confirma que a experiência possível deve mediar a síntese *a priori* na Analítica dos Princípios; mas afirma algo além, a saber: que os princípios do uso do entendimento serão estabelecidos através da relação das categorias à *sensibilidade em geral*. Isso indica que, a síntese *a priori* da filosofia não deve ignorar as condições da sensibilidade pura investigadas pela *Crítica*. Consequentemente, para compreendermos se essa síntese é completamente independente da intuição, devemos, então, tratar do capítulo próprio dedicado à prova dos Princípios do Entendimento, ou seja, a Analítica dos Princípios. O nosso foco, contudo, não será tratar de todos os 12 Princípios, mas somente da prova do Princípio de Causalidade na Segunda Analogia da Experiência. Essa nossa escolha se justifica, em primeiro lugar, pois na própria Disciplina da Razão Pura, ao mencionar a prova sintética da filosofia, Kant menciona a prova do princípio de causalidade. (cf. *KrV*, A 783 / B 811).

Assim, a presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo pretendemos mostrar como Kant distingue o método da matemática do método da filosofia, tanto no período pré-crítico, quanto no período crítico. Trataremos então do texto pré-crítico, *Investigação* de 64 e da Disciplina da Razão Pura. A necessidade de abordarmos o texto pré-crítico visa sustentar que, mesmo tendo proposto um método de análise no tratado de 64, tal método não pode ser compreendido como estrita decomposição vazia de conceitos; uma vez que Kant já se preocupava, nesse período, em fornecer um método seguro para a metafísica que resolva o problema colocado pelos metafísicos racionalistas de trabalhar com conceitos que são meros entes de razão. Nesse mesmo capítulo analisaremos a Disciplina da

Razão Pura da primeira *Crítica*, tendo em vista compreender como Kant caracteriza o método da filosofia no período crítico ao distingui-lo da matemática, e quais as semelhanças e diferenças com relação ao período pré-crítico. O objetivo desse passo do argumento é desvendar quais as razões da filosofia não poder empregar a intuição e, conseqüentemente, os recursos da matemática em suas provas. Com isso, pretendemos compreender em linhas gerais como a Doutrina do Método esclarece a possibilidade do método de prova de síntese por conceitos. Pretendemos defender também no primeiro capítulo que o método proposto por Kant na Doutrina do Método, especificamente aquele que é tratado na Disciplina da Razão Pura, é empregado na Analítica Transcendental.

Já no segundo e no terceiro capítulo trataremos da Analítica Transcendental. No segundo capítulo abordaremos a Analítica dos Conceitos. Nele, pretendemos nos debruçar sobretudo no problema da conexão das categorias com a experiência. Para isso iremos nos ater na segunda parte da dedução transcendental (§21 ao §27), em especial nos parágrafos 24 e sobretudo no 26. O objetivo desse capítulo será compreender como Kant estabelece a validade objetiva das categorias no §26, e por que esse argumento é essencial para a possibilidade da prova de síntese por conceitos que será realizada na Analítica dos Princípios. Contudo, não seria possível em um trabalho desta dimensão tratarmos das doze categorias do entendimento; desse modo, o nosso foco será em compreender como Kant estabelece a validade objetiva da categoria de *causalidade* nessa parte da dedução.

No terceiro capítulo trataremos da Analítica dos Princípios, especificamente do seu segundo capítulo (Sistema de todos os princípios do entendimento puro), em especial as Analogias da Experiência. O objetivo será compreender a prova filosófica de síntese por meros conceitos e, conseqüentemente, como é possível estabelecer juízos sintéticos *a priori* tendo como fio condutor a experiência possível. O nosso foco neste capítulo será sobre o princípio da causalidade, em acordo com o capítulo anterior que tratamos especialmente da categoria de causalidade. Pretendemos, então, compreender como Kant prova o princípio universal de causa e efeito para os fenômenos. Com isso, será possível compreender como a própria *Crítica da Razão Pura* emprega um método de prova sintético para a filosofia, em sua proposta de fornecer um caminho científico para a metafísica geral na primeira *Crítica*.

Com isso pretendemos atingir o nosso objetivo central que consiste em compreender como são possíveis os juízos sintéticos discursivos próprios da filosofia (subproblema do problema central da *Crítica da Razão Pura* acerca da possibilidade dos juízos sintéticos *a*

*priori*). Além disso, nosso segundo objetivo, decorrente do objetivo anterior, consiste em compreender uma das relações entre o argumento da Analítica dos Conceitos e da Analítica dos Princípios, a saber: como o argumento que pretende estabelecer o vínculo *a priori* das categorias com a experiência na dedução é completado pela prova dos princípios do entendimento na Analítica dos Princípios. Mais exatamente, compreender as duas etapas do método de prova: 1) como a dedução transcendental, presente na Analítica dos Conceitos, estabelece a validade objetiva das categorias; 2) como a prova dos princípios do entendimento, presente na Analítica dos Princípios, obtêm juízos sintéticos *a priori*, em uma síntese que possui como fio condutor a experiência possível. Assim, será possível mostrar como a própria *Crítica* não se limita, em suas provas, a uma análise de conceitos, mas possui uma síntese própria (“síntese transcendental por meros conceitos”), em oposição à objeção de Schelling e Fichte a Kant. Contudo, a análise dessas duas seções da *Crítica* tem em vista mostrar como o método de prova, proposto pela Doutrina do Método, é empregado pela Analítica Transcendental; mas não cabe ao presente trabalho explicar de maneira pormenorizada esses dois textos difíceis e controversos, nem se ater e se aprofundar em problemas específicos.

## Capítulo 1 - Distinção entre método matemático e método filosófico: a *Investigação de 1764* e a *Crítica da razão pura*

### Introdução

Neste capítulo trataremos da rigorosa distinção entre o método da matemática e o método da filosofia e da conseqüente caracterização desta última segundo Kant nos períodos pré-crítico e crítico. Este passo, ainda que importante em si mesmo, possui a finalidade de mostrar que a investigação kantiana, ao negar o emprego do método matemático na filosofia, não a limitou à análise e decomposição de conceitos. Ainda que na *Investigação de 64* temos a proposta de um método denominado analítico para a filosofia em contraste com o método de síntese de conceitos próprio da matemática. (cf. *UD*, AA, 2: 276).

Veremos, então, que, ao propor um método analítico para a filosofia, a *Investigação de 64* não propõe um método que se restrinja à análise e decomposição conceitual, como se poderia entender à primeira vista. Tal restrição é incompatível com a afirmação de Kant, de que o método filosófico deve estar em conformidade com o método experimental empregado por Newton na ciência da natureza (cf. *UD*, AA, 2: 286), o qual não pode ser caracterizado como mera decomposição de conceitos dados. Nesse sentido, pretendemos mostrar que a distinção já proposta na *Investigação de 64* entre método de análise e síntese não coincide com a distinção crítica entre juízos analíticos e juízos sintéticos,<sup>8</sup> como mostra a seguinte passagem dos *Prolegômenos*:

O método analítico, enquanto oposto ao método sintético, é inteiramente diverso de um conjunto de proposições analíticas: significa apenas que se parte do que se procura, como se fosse dado, e se vai até às condições sob as quais unicamente é possível. (*Prolegômenos*, AA, 04: 41).

O que pretendemos defender na primeira seção deste capítulo é que o método analítico proposto por Kant no tratado pré-crítico de 1764 refere-se ao sentido de análise tal como explicitado pela passagem acima dos *Prolegômenos*, ou seja, análise enquanto método de

---

<sup>8</sup> Cassirer argumenta que o sentido de análise e síntese na *Investigação de 64* e no período crítico possuem significados que podem ser considerados opostos: “Para el sistema ya desarrollado, son sintéticos todos aquellos juicios cuya verdadera finalidad consiste en determinar el objeto de la experiencia y que, por tanto, se refieren directa o indirectamente al conocimiento de la realidad; analíticos, por el contrario, los que explican la relación entre los meros conceptos. Pero aquele se trata precisamente de lo contrario. La matemática puede ser sintética, puede crearse libremente sus fundamentos, porque prescinde totalmente de ser real, para limitarse al mundo de los conceptos creados por su voluntad, mientras que la metafísica maneja como material los hechos concretos y no hace otra cosa que recogerlos y analizarlos.” (CASSIRER, 1993, p.544)

investigação que, partindo daquilo que está dado, investiga suas condições de possibilidade - embora tal método empregue a decomposição de conceitos, mas não se restringe a ela. Além disso, a recusa de Kant no que diz respeito à incorporação do método matemático na filosofia já evidencia sua crítica ao método dos metafísicos dogmáticos. Na *Investigação de 64*, a crítica é direcionada especificamente ao racionalismo leibniziano.

Na segunda seção deste capítulo, nos deteremos na Doutrina do Método da *Crítica da Razão Pura*, que irá retomar parte importante do que foi estabelecido pela *Investigação*, em relação tanto à distinção entre método da matemática e da filosofia, quanto à crítica ao dogmatismo. Essa seção pretende mostrar que a caracterização metodológica feita por Kant no período crítico já vinha sendo elaborada desde a década de 1760 (cf. SENEDA, 2018, p. 50; FIGUEIREDO, 2005, p. 20). Contudo, a solução proposta pela primeira *Crítica*, que visa fornecer um método seguro para a filosofia mesmo sem possuir as vantagens do método matemático, se diferencia essencialmente da solução pré-crítica. Uma vez que, no período crítico, a ciência da natureza não é mais o modelo de procedimento científico a ser implementado na metafísica, temos então a proposta de um método característico da filosofia crítica que emprega uma síntese bastante peculiar, a síntese transcendental por conceitos:

Existe uma síntese transcendental por meros conceitos, de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral, sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível (*KrV*, A 719 / B 747).

Essa passagem destaca claramente que há uma *síntese transcendental por meros conceitos*, por mais paradoxal que isso possa parecer. Essa síntese poderia contradizer o método de análise conceitual que foi proposto na *Investigação de 64*; não é o caso, porém, pois o método de síntese transcendental por conceitos proposto na primeira *Crítica* não exclui a necessidade de uma análise conceitual para que se possa obter uma exposição ou definição adequada do conceito. (cf. *KrV*, A 729 / B 757). O que queremos defender é que, embora Kant tenha mudado sua proposta no que diz respeito à caracterização do método da filosofia, não há uma ruptura ou uma contradição entre ambos os períodos. Ao contrário, a recusa kantiana, já no período pré-crítico, quanto ao emprego do método da matemática e sua crítica à metafísica leibniziana contribuem para a nossa defesa de que o método da filosofia em ambos os períodos não poderia ser reduzido à decomposição analítica de conceitos, como sustentado, por exemplo, por Schelling: “Ao mesmo tempo se seguiria dessa passagem que o filósofo, segundo Kant, não poderia operar com os conceitos, aos quais está limitado, de outra

maneira senão analiticamente. É essa a opinião de Kant ou esse capítulo posterior esqueceu os anteriores?” (SCHELLING, 2001, p. 93).

Isso significa que o método adequado para solucionar os problemas da metafísica não é um método que se preocupa apenas com a coerência e precisão lógica do argumento silogístico, pois, como pretendemos mostrar, em ambos os períodos a lógica formal não é, por si mesma, suficiente para estabelecer o método próprio à filosofia.<sup>9</sup>

Para defender isso, é necessário primeiro abordar a distinção entre matemática e filosofia e a caracterização da última no período pré-crítico, tomando como base especialmente o texto kantiano *Investigação sobre a evidência* de 1764, isso será tema do item 1.1. Essa análise visa sustentar que a preocupação de Kant em encontrar uma solução metodológica para a metafísica que resolva os problemas criados pelo racionalismo dogmático já estava presente nesse período. Na sequência, em 1.2, trataremos dessa mesma distinção na *Crítica da Razão Pura*, evidenciada em um capítulo da Doutrina do Método denominado Disciplina da Razão Pura. Com isso, pretendemos compreender os pontos essenciais da proposta metodológica de Kant, que se delineia desde a década de 60 e culmina e é reelaborado pela *Crítica* tendo como principal contraste com relação ao período pré-crítico a recusa da intuição para o método da filosofia; muito embora esse método não intuitivo não se restrinja à mera decomposição de conceitos como defende Schelling e Fichte.

## 1.1 Período pré-crítico

A questão acerca da possibilidade de implementar o método matemático na filosofia - especialmente na metafísica - era tema recorrente na filosofia do século XVIII (cf. CASANAVE, 2012, p.657). Nesse contexto situa-se a *Investigação* de 64. Esse tratado pré-crítico de Kant procura responder à questão proposta pela Academia Real de Ciências de Berlim:

Perguntamos se as verdades da metafísica em geral e, em particular, os primeiros princípios da teologia natural e da moral são suscetíveis da mesma evidência que as verdades matemáticas e, no caso de não o serem, qual é a natureza de sua certeza, a

---

<sup>9</sup> Nossa defesa nesse ponto é corroborada pelo seguinte comentário de Anderson: “Os Wolffianos fizeram extensas reivindicações em nome da verdade conceitual; eles prometiam um sistema de metafísica completamente adequado, fundado apenas no princípio da contradição, que seria articulado por meio de relações lógicas de ‘contenção’ entre seus conceitos. Já a partir de seus primeiros esforços filosóficos das décadas de 1750 e 1760, Kant estava insatisfeito com sua abordagem, mas foi apenas na *Crítica da Razão Pura* (1781/1787) que suas críticas assumiram forma madura.” (ANDERSON, 2015, p. 3, tradução nossa).

que grau podem chegar e se esse grau é suficiente para a convicção (Kant, 2005, p. 101).<sup>10</sup>

O objetivo de Kant, ao responder a essa questão, é encontrar um método determinado para a filosofia primeira que deverá unir as cabeças pensantes em esforços idênticos; tal como o método proposto por Newton, que forneceu um procedimento seguro para as ciências da natureza baseado na experiência e na geometria. (cf. *UD*, AA, 02: 275). Para respondê-la, Kant afirma na Introdução que não se baseará nas definições que enganam com tanta frequência, mas em *proposições empíricas seguras* [*sichere Erfahrungssätze*] e nas “consequências imediatas extraídas a partir delas.” (*UD*, AA, 02: 275).

Dois pontos se destacam logo na Introdução do tratado, nem sempre observados pela literatura secundária : (a) a menção ao método empírico proposto por Newton para as ciências da natureza e, (b) concomitantemente, a proposta para o método da filosofia que deve se basear em proposições empíricas, incluindo a própria *Investigação*.<sup>11</sup> É importante destacar esses dois pontos, a fim de não reduzir o método proposto na *Investigação* à mera decomposição ou análise de conceitos. O problema enfrentado por Kant é encontrar um método científico para a filosofia distinto do método matemático. Contudo, é digno de nota que o método newtoniano de análise remonta ao método dos geômetras gregos (cf. ANDERSON, 2015, p.23); contudo, como veremos, a aplicação do método analítico pela física newtoniana se difere da geometria grega por possuir uma parte empírica.

Assim, a fim de encontrar um método para a filosofia que se distingue do método matemático, o tratado inicia-se com a seguinte consideração: “Comparação geral entre os modos de alcançar a certeza no conhecimento matemático e no conhecimento filosófico.” Essa consideração aborda as diferenças essenciais entre o método de ambas ciências, se contrapondo à pretensão da filosofia dogmática de recorrer, em suas provas, ao método da matemática. Contudo, como veremos, esse texto pré-crítico não se limita a estabelecer o que é a filosofia apenas a partir de um contraste com a matemática. O que pretendemos mostrar é

---

<sup>10</sup> Essa passagem encontra-se na nota do tradutor na página inicial da *Investigação* de 1764, portanto, antes da referência à edição da Academia (cf. Kant, 2005, p. 101). É também essa nota que traz a informação sobre o ano (1761) de divulgação da questão proposta pela Academia Real de Ciências de Berlim. As demais citações da *Investigação* seguem o padrão da edição da Academia (AA).

<sup>11</sup> Embora a menção ao experimentalismo newtoniano seja pontual, dado que só há duas ao longo de todo o tratado (cf. *UD*, AA, 02: 275; 278), é de suma importância notarmos que o método proposto para a metafísica neste momento do pensamento kantiano defendia a necessidade de uma base empírica como critério de cientificidade para a filosofia e como elemento de distinção com relação ao método matemático. Contudo, esse elemento da *Investigação* de 64 não é frequentemente mencionado pela literatura secundária: Casanave, por exemplo, (2012, P. 658) analisa a distinção entre matemática e filosofia, sobretudo, com relação à dualidade signo/conceito. Já Seneda (2013, p.261) destaca como elemento central do tratado de 64 a diferença entre conceitos feitos da matemática e conceitos dados da filosofia.

que Kant delinea aqui boa parte de seu projeto metodológico, que se estenderá para o período crítico, embora com mudanças fundamentais; e que esse texto pré-crítico já contém sua preocupação em encontrar um método para a metafísica que não se esgote na investigação da lógica formal como único critério para determinar um método científico, conseqüentemente, que possibilite que a fonte do conhecimento metafísico não seja apenas a própria metafísica.

Para mostrar isso, nesta seção (1.1) analisaremos em especial a *Investigação* de 64, buscando circunscrever alguns pontos importantes. Abordaremos em 1.1.1 a distinção entre o método de análise da filosofia e o de síntese da matemática, distinção que diz respeito ao procedimento de cada uma delas e não à caracterização do juízo quanto ao seu conteúdo (ou seja, se o juízo é analítico ou sintético).<sup>12</sup> Em 1.1.2 abordaremos a diferença entre matemática e filosofia no que diz respeito à linguagem: simbólica na matemática, discursiva na filosofia. Esses dois pontos, ainda que contenham elementos importantes para a compreensão do método da filosofia proposto por Kant, não são suficientes para caracterizá-la completamente; assim, em 1.1.3, pretendemos esclarecer a caracterização do método para a metafísica feita por Kant, que a aproxima do método empírico da física newtoniana: “O autêntico método da metafísica é, no fundo, *idêntico* àquele introduzido por Newton na ciência da natureza e que foi de conseqüências profícuas para ela” (*UD*, AA, 2: 286). Isso servirá de base para mostrarmos que na *Investigação* de 64 já existia a preocupação em estender os juízos metafísicos para além dos limites da lógica. Assim, em 1.1.4 abordaremos a noção de nota característica, essa análise pretende mostrar que, segundo o tratado, a formulação dos juízos da filosofia não envolvia apenas operação de desmembramento de conceito, mas também a comparação de notas do conceito dado pela experiência.

Por fim, em 1.1.5, os quatro pontos examinados permitirão alcançar uma dupla conclusão quanto ao sentido do método analítico no período pré-crítico: primeiro, em contraste com o método sintético da matemática, o método analítico não significa, de modo algum, a mera análise e decomposição conceitual; segundo, o método proposto por Kant para a filosofia deve atender a sua exigência de que os conceitos filosóficos não sejam meros entes

---

<sup>12</sup> É preciso destacar a diferença entre dois sentidos dos termos análise e síntese: Um sentido diz respeito ao método: “O método analítico, enquanto oposto ao método sintético, é inteiramente diverso de um conjunto de proposições analíticas: significa apenas que se parte do que se procura, como se fosse dado, e se vai até às condições sob as quais unicamente é possível.” (*Prol*, AA, 04: 42) E outro diz respeito aos juízos: “Ora, seja qual for a origem dos juízos ou a natureza da sua forma lógica, existe neles, quanto ao conteúdo, uma diferença em virtude da qual são ou simplesmente explicativos, sem nada acrescentar ao conteúdo do conhecimento, ou extensivos, aumentando o conhecimento dado; os primeiros podem chamar-se juízos analíticos, e os segundos, sintéticos.” (*Prol*, AA, 04: 25). Na *Investigação* de 64 esses termos dizem respeito ao sentido metodológico, em que se busca as causas fundamentais de um determinado dado pela investigação regressiva.



de razão, uma vez que são conceitos dados pela experiência interior, e que os juízos daí obtidos exigem a comparação das noções do conceito obtidas em vários casos (cf. *UD*, AA, 2: 286). No conjunto, esses cinco pontos permitirão compreender melhor como a natureza e o alcance da distinção entre o método da matemática e o da metafísica, preparam, desse modo, o caminho para entender a proximidade da investigação kantiana sobre o método na *Crítica*; em particular a preocupação de Kant nos dois momentos em estabelecer um método que, evitando os erros da filosofia dogmática, possa fornecer um caminho seguro para uma filosofia como ciência. O estudo ou análise do método na *Crítica da Razão Pura* será tema da seção 1.2.

### 1.1.1 Síntese e análise: conceitos feitos e conceitos dados

O primeiro ponto a ser analisado diz respeito ao método de se chegar às definições em cada uma das duas ciências: sintético na matemática e analítico na filosofia; este passo visa esclarecer o que Kant designa por método de análise e síntese no texto tratado. De acordo com a *Investigação de 64*, as definições na matemática são sintéticas, uma vez que os conceitos da matemática são *construídos*; já as definições na filosofia são analíticas, pois a filosofia parte de conceitos *dados*. Isso significa que na matemática um conceito surge pela vinculação arbitrária<sup>13</sup> de outros conceitos, o que Kant denomina de síntese (cf. *UD*, AA, 2:276): “Pensam-se arbitrariamente, por exemplo, quatro retas que encerram um plano, tal que os lados opostos não sejam paralelos, e denomina-se essa figura um trapézio.” (*UD*, AA, 2:276).

A filosofia, por outro lado, não pode definir pela síntese, pois “aqui já está *dado* [gegeben] o conceito de uma coisa, mas de maneira confusa e não bastante determinada.” (*UD*, AA, 2: 276, grifo nosso). Para tornar o conceito “minucioso e determinado”, é necessário “desmembrá-lo, comparar em vários casos as notas características abstraídas com o conceito dado e tornar minucioso e determinado esse pensamento abstrato.” (*UD*, AA, 2: 276). É importante destacar que, ao diferenciar as definições da filosofia das definições da matemática, Kant afirma que na filosofia o conceito já está dado. Na filosofia não se deve

---

<sup>13</sup>Sobre a utilização da palavra arbitrário nas traduções em língua portuguesa, Seneda comenta: “Arbitrário (willkürlich), em português, dá ensejo a muitos equívocos, pois essa palavra circula em geral por contextos pejorativos, indicando procedimentos avessos a normas ou regras. A utilização por Kant desse termo é consciente e intencional, tanto que aparece na *Lógica de Jäsche*, quando comenta a origem lógica dos conceitos (Log AA 09: 94), e quando descreve as definições sintéticas por construção de conceitos (Log AA 09: 141). Kant utiliza essa palavra de um modo todo positivo, designando a construção de propriedades que foram excogitadas por escolha deliberada.” (SENEDA, 2018, p. 46).

conceber um conceito pela síntese; ao procurar fazê-lo, o filósofo pode acabar inventando um conceito sem objeto, como teria feito Leibniz com o conceito de Mônada: “Ele [Leibniz], aqui, não havia definido essa mônada, mas excogitado; pois o conceito de mônada não lhe fora dado, mas foi por ele inventado.” (UD, AA, 2: 278).

Ao contrário do conceito de mônada, a *Investigação* de 64 apresenta o conceito de tempo que, por ser um conceito dado, pode ser investigado pela filosofia: “tenho um conceito que já me foi dado, embora confusamente; devo procurar seu conceito distinto, minucioso e determinado. Como posso começar por aí? Agostinho dizia: ‘sei bem o que é o tempo, mas, se alguém me pergunta, não sei.’” (UD, AA, 2: 284). Se o conceito é sempre dado ao filósofo, conseqüentemente, a definição na filosofia consiste em desmembrá-lo. A tentativa de definir um conceito pela síntese não poderia oferecer uma definição filosófica propriamente:

tais determinações do significado de uma palavra jamais são definições filosóficas; porém, se devem mesmo ser chamadas definições, então são apenas definições gramaticais. Pois não é preciso filosofia para saber que nome eu pretendo ter atribuído a um conceito arbitrário. (UD, AA, 2: 277).

Assim, ao diferenciar síntese e análise, a *Investigação* já evidencia a limitação da filosofia aos conceitos dados, limitação que será mantida na primeira *Crítica*, como veremos em 1.2 e na *Lógica* de Jäsche.<sup>14</sup> Ou seja, não é trabalho do filósofo excogitar ou construir conceitos:

É ofício da filosofia desmembrar conceitos que são dados de maneira confusa, torná-los minuciosos e determinados; é ofício da matemática, porém, conectar e comparar conceitos dados de grandezas, que são claros e seguros, para ver o que daí se pode inferir. (UD, AA, 2: 278).

A partir dessa distinção entre síntese e análise, são extraídas duas conseqüências. A primeira diz respeito à diferença entre conceitos resolúveis da matemática e irresolúveis da filosofia. No caso da matemática, uma vez que o todo do conceito surge pela vinculação de conceitos mais elementares, é possível resolver tal conceito, isto é, determinar todas as suas partes constituintes. Já a filosofia não pode chegar a conceitos completamente resolúveis, “pois é impossível que conhecimentos universais de tão grande variedade devam ser compostos por poucos conceitos fundamentais.” (UD, AA, 2: 280).<sup>15</sup> Como exemplo de

---

<sup>14</sup> “O filósofo apenas torna distintos conceitos dados. Às vezes a gente procede sinteticamente, mesmo que o conceito, que se quer tornar distinto dessa maneira, já esteja dado.” (Log, AA, 9: 95)

<sup>15</sup> Cassirer comenta que a clareza obtida pela análise na filosofia não depende de uma decomposição completa dos predicados de um conceito, mas por podermos transformar um fato complexo em um pensamento abstrato: “A ‘clareza’ própria dos conceitos ontológicos nada mais é, portanto, do que a ‘clareza do caminho da abstração’; Esses conceitos, sem a necessidade de analisá-los mais a fundo ou explicá-los por meio de uma pluralidade de características, só podem se revelar nos mesmos fatos complexos e como partes integrantes deles e indicar o

conceitos irresolúveis temos: os conceitos representação, simultaneidade e sucessão, que não podem ser resolvidos; já os conceitos de espaço e tempo, sentimentos da alma humana, como o sublime, o belo, o repugnante, só podem ser resolvidos em parte. Em suma, os conceitos filosóficos não podem ser resolvidos, pois não são derivados de conceitos mais fundamentais.<sup>16</sup>

Outra consequência extraída da distinção entre análise e síntese e que se vincula diretamente à consequência anterior é que a filosofia, diferente da matemática, jamais deve começar o argumento pela definição:

Na matemática, começo pela definição de meu objeto [Objecte], por exemplo, a definição de um triângulo, um círculo etc., na metafísica, jamais devo começar por ela, e é por demais vicioso considerá-la aquilo que primeiro conheço sobre a coisa, na medida em que é, ao contrário, quase sempre a última (UD, AA, 2: 283).<sup>17</sup>

Como vimos, na matemática o objeto é concebido pela definição, na filosofia parte-se de um conceito dado e a definição deve torná-lo distinto, minucioso e determinado. Isso torna possível que na filosofia muito se possa conhecer sobre um objeto quando ainda não se possui sua definição, ou mesmo quando não é possível defini-lo. (cf. UD, AA, 2: 284). Em vez de iniciar com definições, o argumento filosófico deve tomar como base os *juízos imediatos* sobre o objeto e a partir deles derivar outros conhecimentos. Isso significa que diversos predicados de uma coisa podem ser imediatamente certos “embora ainda não os conheça o bastante para dar o *conceito da coisa* minuciosamente determinado, isto é, a definição.” (UD, AA, 2: 284). Como comenta Seneda, os conceitos da filosofia, segundo Kant, não podem ser definidos propriamente “pois são obtidos por uma decomposição incompleta que jamais atinge os elementos imediatamente originários de uma evidência.” (SENEDA, 2018, p. 48). Esse comentário destaca bem que as definições analíticas da filosofia são sempre incompletas, justamente porque nunca podemos resolver completamente a análise de um conceito dado.

Isso não apenas dificulta o trabalho de definir conceitos na filosofia, como em muitos casos até o impossibilite; o filósofo, portanto, deve ter sempre cautela ao buscar definições de conceitos, uma vez que estas são sempre arriscadas. (cf. UD, AA, 2: 284). Caso se inicie a

---

caminho pelo qual gradualmente chegamos ao seu isolamento e sua separação consciente.” (CASSIRER, 1993, p.542, tradução nossa).

<sup>16</sup> Na *Lógica de Viena* também está presente o caráter irresolúvel das definições de conceitos dados: “The series of coordinate marks can go on to infinity. E.g. Gold is heavy, extensible, refractory, does not rust, etc., etc. There is still not completeness here. For one could discover 1000 more such marks. [...] I take many new marks until they seem to constitute the whole aggregate. One proceeds this way with definitions.” (*V-Lo/Wiener*, AA, 24: 834).

<sup>17</sup> Kant afirma algo bastante parecido na *Lógica de Jäsche*: “Antes, porém, de tentar dar uma definição da Filosofia, temos que investigar primeiro o caráter dos diversos conhecimentos eles próprios.” (*Log*, AA, 9: 22).

investigação pela definição podemos chegar apenas à mera definição nominal, por exemplo: “necessário é aquilo cujo contrário é impossível.” (UD, AA, : 284). Ao invés de iniciar o trabalho pela definição, deve-se, portanto, procurar aquilo que é *imediatamente certo* sobre um objeto e tirar consequências a partir daí. Desse modo, a definição só deve ser admitida na filosofia quando “ela se oferece distintamente pelos juízos mais evidentes [augenscheinlichste].” (UD, AA, 2: 285).

Vemos, com isso, que a caracterização do método para chegar às definições na filosofia, caracterizado como um método de análise de conceitos dados em contraste com o método sintético da matemática, constitui uma das razões fundamentais para a impossibilidade da filosofia empregar o método da matemática. Os conceitos filosóficos são sempre dados ao filósofo de modo confuso e indeterminado; por isso, é tarefa da análise torná-los claros e distintos. Veremos, na próxima sessão, a outra diferença essencial entre filosofia e matemática, que diz respeito não à definições de conceitos, mas ao recurso semântico de cada ciência.

### **1.1.2 Linguagem simbólica da matemática e linguagem discursiva da filosofia**

Outro ponto essencial da distinção entre o método da matemática e da filosofia diz respeito à linguagem própria de cada ciência. Sobre esse ponto, Kant afirma: “A matemática considera, em suas resoluções, demonstrações e inferências, o universal sob os sinais *in concreto*, a filosofia considera o universal pelos sinais *in abstracto*.” Para esclarecer o uso concreto da linguagem matemática, a geometria e a aritmética são abordadas separadamente. No caso da geometria, o universal é considerado na própria figura do objeto: “para reconhecer as propriedades, por exemplo, de todos os círculos, desenha-se um em que se traçam duas linhas, em vez de todas as linhas possíveis que se cortam em seu interior.” (UD, AA, 2: 278). Ou seja, na geometria a própria figura singular contém propriedades que são válidas universalmente para todas as figuras de mesmo tipo.

No caso da aritmética, o universal é considerado através de sinais (como o sinal de adição e subtração) e a partir desses sinais se procede “por substituição, conexão ou extração, segundo regras fáceis e seguras.” (UD, AA, 2: 278). Desse modo, apesar de não possuir figuras, a aritmética possui sinais que expressam leis universais da relação dos conceitos aritméticos e que podem ser manipulados através de regras. Porém, em ambos os casos, a

matemática possui recursos que vão além do mero discurso e que contêm de modo concreto propriedades universais dos objetos matemáticos.<sup>18</sup>

A filosofia, por outro lado, não possui essa vantagem, pois ela se serve apenas de palavras da linguagem natural “que não indicam, em sua composição, os conceitos parciais em que consiste a idéia toda que a palavra significa, nem podem designar, em suas conexões, as relações dos pensamentos filosóficos.” (UD, AA, 2: 278/279). Isso significa que na filosofia o universal é sempre considerado *in abstracto* e é necessário ter sempre a própria coisa diante dos olhos [*vor Augen haben*] em cada pensamento.<sup>19</sup> (UD, AA, 2: 279). A passagem a seguir contribui para esclarecer porque na filosofia é necessário ter sempre o conceito diante dos olhos, a fim de que não se confundam conceitos diferentes que são designados pela mesma palavra:

Em contrapartida, tão logo venham a seguir a via natural da razão sadia, os filósofos hão de procurar, em primeiro lugar, aquilo que sabem ao certo sobre o conceito abstrato de um objeto (...); se só fizerem inferências a partir desses dados seguros, se prestarem atenção, em cada diferente aplicação de um conceito, e verificarem se o mesmo conceito, a despeito de ser idêntico seu sinal, não se encontra aí alterado, então talvez não tenham tantas idéias à venda para oferecer, mas aquelas que expõem serão de um valor seguro. (UD, AA, 2: 290).

Essa passagem mostra que na argumentação filosófica uma mesma palavra pode designar conceitos diferentes, uma vez que é a aplicação do conceito no argumento que determina o significado conceitual; ou seja, o conceito filosófico não está na palavra em si, mas na relação dessa palavra com o argumento em que ela se insere. É por isso que é necessário ter o significado conceitual sempre diante dos olhos. Isso não ocorre na matemática, pois nesta ciência o próprio símbolo contém a evidência que ele designa. Para compreender mais precisamente a distinção entre o caráter simbólico concreto da linguagem matemática e o discursivo abstrato da filosofia, consideremos o seguinte exemplo do comentário de Abel Casanave:

Considere-se, por exemplo, o conceito “Comutatividade da soma”: a fórmula “ $a + b = b + a$ ” exhibe (de alguma maneira) a comutatividade. Porém, considere-se uma palavra filosófica como “causa”: a combinação de letras ou sílabas não exhibe em “A

---

<sup>18</sup> Para uma melhor compreensão da distinção entre método geométrico e método aritmético no século XVIII, cf. CASANAVE, 2012, p. 669-673.

<sup>19</sup> A seguinte passagem da própria *Investigação* de 64 nos ajuda a compreender melhor a expressão diante dos olhos [*vor Augen haben*]: “Em contrapartida, as palavras, como sinais do conhecimento filosófico, em nada auxiliam senão na *lembrança* dos conceitos universais que elas designam. Deve-se ter sempre seu significado imediatamente diante dos olhos.” (UD, AA, 2: 291/292, grifo nosso). Kant recorre à expressão ‘diante dos olhos’ para indicar que, ao empregar um conceito na filosofia, é preciso sempre *lembrar* o significado do conceito. Desse modo, como comenta Seneda, o que é preciso ter diante dos olhos não é a “base intuitiva sobre a qual se executam os passos da construção, mas a própria coisa dada juntamente com todas as suas determinações.” (SENEDA, 2018, p. 47).

é causa de B” as notas do conceito de causa, digamos, que da existência de uma coisa se siga a existência de outra. (CASANAVE, 2012, p. 677).

Assim, ao negar a linguagem matemática para a filosofia, Kant se opõe não somente à imitação do *more geométrico* pela metafísica tradicional, mas também à imitação do método da aritmética e da álgebra que teve importante desenvolvimento na modernidade. Apesar do método empregado por Euclides em *Os Elementos* ser ainda o principal paradigma de rigor matemático no século XVII, as demonstrações da geometria euclidiana serviam-se apenas de textos e figuras, mas não possuíam o caráter simbólico que a álgebra começou a adquirir nesse mesmo século. (cf. CASANAVE, 2012, p. 671). Essa formalização algébrica da matemática teve grande impacto na metafísica racionalista, em especial no sistema leibniziano. Sobre isso, Casanave comenta:

os filósofos do século XVII, inspirados em parte pelos progressos derivados do novo formalismo algébrico, foram pródigos em projetos de “características reais”, isto é, de linguagens que exprimissem não convenções fonéticas, como a linguagem natural, mas os conceitos das coisas mesmas. Leibniz havia acrescentado a esse projeto de linguagem universal (*Lingua Univesalis*) a ideia de que ela fosse também um “cálculo inferencial” (*Calculus Ratiocinator*). (CASANAVE, 2012, p. 673).

Desse modo, ao argumentar acerca da impossibilidade do uso de sinais na filosofia, Kant se opõe ao projeto que pretendia estabelecer uma linguagem filosófica universal formalizada, em que os signos designam o próprio significado dos conceitos e a relação entre eles expressam as inferências do pensamento filosófico através de manipulação regrada. Essa impossibilidade de transformar a linguagem filosófica em um cálculo inferencial deve-se a esta limitação do método da filosofia: servir-se apenas de palavras da linguagem corrente. É esse caráter abstrato da linguagem, restrito ao uso de palavras para designar os conceitos filosóficos, que constitui, portanto, o sentido de uso discursivo da linguagem filosófica no período pré-crítico, em contraste com o uso concreto do simbolismo matemático.

É curioso que Kant - mesmo sem ter ainda elaborado a distinção entre sensibilidade e intelecto, própria do período crítico - afirma, já na *Investigação*, que a característica concreta da matemática assenta-se sobre a sensibilidade: “Pois uma vez que os sinais da matemática são *meios sensíveis* de reconhecimento, então com eles também se pode saber, com a mesma confiança com que está assegurado aquilo que se vê sob os olhos.” (*UD*, AA, 2: 2: 291, grifo nosso). A filosofia, por outro lado, não possui esse meio sensível de reconhecimento, ou seja, ela não possui sinais ou figuras, mas apenas palavras.

Contudo, é necessário que a filosofia, mesmo sem possuir o recurso sensível da linguagem matemática, não se limite à decomposição de conceitos que só possibilita a

formulação de proposições explicativas/analíticas. Desse modo, como veremos na sequência, a fim de encontrar um caminho científico para a metafísica, a *Investigação* propõe o uso da experiência como recurso para a filosofia tal como o método experimental da física newtoniana.

### 1.1.3 Proposta para uma metafísica segundo o modelo da física newtoniana

O resultado apresentado até agora acerca da diferença entre o método da matemática e o da filosofia é predominantemente negativo: não cabem ao método da filosofia nem as definições sintéticas, nem a linguagem simbólica. A segunda consideração do tratado, denominada “O único método para alcançar a máxima certeza possível na Metafísica”, se atém mais precisamente em caracterizar o método adequado para a filosofia, especialmente para a metafísica, que é entendida como a “filosofia sobre os primeiros fundamentos de nosso conhecimento.” (*UD*, AA, 2: 283). Sobre este método, Kant afirma:

O autêntico método da metafísica é, no fundo, *idêntico* àquele introduzido por Newton na ciência da natureza e que foi de consequências profícuas para ela. Deve-se procurar, assim se diz, por experiências seguras, de preferência com o auxílio da geometria, as regras segundo as quais ocorrem certos fenômenos da natureza. (*UD*, AA, 2: 286, grifo nosso).

Esse excerto afirma claramente que o método da metafísica é idêntico ao método da ciência da natureza. Porém, naquele se deve tomar como ponto de partida uma *experiência interior segura*, o que significa uma consciência imediata evidente [*ein unmittelbares augenscheinliches Bewusstsein*]; para, a partir desses elementos dados, encontrar as notas características que residem no conceito universal de uma coisa; tais notas serão tomadas como base para deduções posteriores. (*UD*, AA, 2: 286).

Assim, enquanto o método newtoniano deve partir de experiências exteriores, a fim de encontrar as regras que regem os fenômenos da natureza, o método da metafísica deve partir de experiências *interiores*. O seguinte exemplo nos ajuda a compreender em que consiste essa experiência interior ou consciência imediata do objeto:

Mesmo que jamais definisse o que é um desejo, poderia dizer no entanto, com certeza, que todo desejo pressupõe uma representação do desejado, que essa representação é uma previsão do futuro, que a ela se vincula o sentimento de prazer etc. Tudo isso cada um percebe constantemente na consciência imediata do desejo. (*UD*, AA 02: 284).

O excerto acima esclarece, através do exemplo de um sentimento da alma humana, como um conceito é dado por uma experiência interior. Esse conceito - assim como outros exemplos presentes na *Investigação*: o conceito de tempo e espaço, de representação, sucessão e simultaneidade, outros sentimentos como o belo e o sublime (cf. *UD*, AA 02: 280) - são diferentes dos objetos da ciência da natureza, ou seja, dos fenômenos físicos. Consequentemente, a filosofia não pode dispor de experiências e observações materiais como é o caso da física newtoniana; é por isso que a filosofia deve pautar-se em uma experiência *interior*. Kant já havia anunciado na *Introdução* que se guiaria pelo método da física newtoniana e em proposições empíricas para escrever o presente tratado: “Confiarei, por isso, a todo o conteúdo de meu tratado proposições empíricas seguras e conseqüências imediatas extraídas a partir delas.” (*UD*, AA, 02: 275).

Ora, poderíamos apontar, aqui, uma suposta incongruência do argumento, uma vez que a *Investigação de 64* defende inicialmente que o método adequado para filosofia é o método analítico e, na sequência, propõe o emprego do método newtoniano na metafísica. Contudo, o próprio Newton, em sua obra *Ótica*, afirma que sua filosofia natural baseia-se em um procedimento analítico:

A análise consiste em realizar experimentos e observações, e em tirar deles conclusões gerais por meio da indução, sem admitir nenhuma objeção contra as conclusões a não ser as que decorrem de experimentos ou de outras verdades. Pois hipóteses não devem ser consideradas na filosofia experimental. [...] Através dessa análise podemos proceder dos compostos para os componentes, e dos movimentos para as forças que os produzem; e, em geral, do efeito para suas causas, e de causas particulares para causas mais gerais, até que o argumento se conclui na causa mais geral. Esse é o método de análise; e a síntese consiste em assumir as causas descobertas e estabelecidas como princípios, e explicar os fenômenos que procedem delas, e provar as explicações. (NEWTON, 1952, p. 404/405).

Essa passagem contribui para sustentar nossa hipótese de que o método analítico, no texto pré-crítico de 1764, não diz respeito à mera análise e decomposição de conceitos, mas à análise enquanto método de investigação, tal como Newton o expôs em sua obra *Ótica*. É possível concluir, portanto, que ao propor um método denominado analítico, Kant se referia



ao procedimento ascendente, que parte de conceitos dados - por uma experiência interior, no caso da metafísica - para encontrar seus elementos constituintes mais fundamentais.<sup>20</sup>

Contudo, apesar das duas menções a Newton na *Investigação*, o texto não faz referência especificamente à *Ótica*; apesar disso, temos motivos para defender que a filosofia kantiana desse período sofreu influências dessa obra. Em um sentido mais geral, como mostra o historiador da ciência Bernard Cohen, a *Ótica*, muito mais que os *Principia*, teve inegável influência no pensamento científico e filosófico do século 18.<sup>21</sup> Com relação à influência desta obra nos textos de Kant, como mostra Scherer, o autor se dedicou à questões acerca da filosofia da natureza se apoiando no método experimental newtoniano em alguns textos da década de 50 (cf. SCHERER, 2019, p.68).<sup>22</sup>

Isso mostra que não apenas o método proposto e empregado por Newton na *Ótica* teve uma importante ressonância entre os cientistas e filósofos do século 18, como influenciou diretamente a concepção pré-crítica acerca do método científico.<sup>23</sup> Gostaríamos, então, de salientar que, embora a *Investigação* de 64 defenda que a filosofia deva empregar um método analítico, o conceito do objeto investigado deve ser inicialmente dado ao filósofo por uma *experiência interior*. Portanto, a análise do conceito dado não consiste em decompor o

---

<sup>20</sup> Apesar do método analítico na *Investigação* de 64 referir-se ao método newtoniano, tal sentido de análise e síntese enquanto métodos ascendentes e descendentes não foi fundado por Newton, mas era amplamente utilizado pela tradição e remonta aos métodos empregados por filósofos e matemáticos gregos, como comenta Anderson: “O sentido metodológico do termo é tradicional. Possui sua raiz em uma antiga distinção entre análise e síntese como métodos de prova, reconhecidos tanto na geometria antiga como na *Analtica* aristotélica. Nesse uso, análise é um procedimento regressivo, ou ‘de baixo para cima’, que raciocina a partir de algumas consequências relativamente mais específicas para descobrir princípios mais simples, mais gerais ou mais fundamentais. A síntese, ao contrário, é de cima para baixo, a partir dos primeiros princípios até as consequências que eles acarretam ou explicam.” (ANDERSON, 2015, p.23).

<sup>21</sup>Cf. Prefácio da *Ótica* escrito por Bernard Cohen: “Para compreender o extraordinário apelo que a *Óptica* tinha no século XVIII, devemos compará-la à *Principia* - em conteúdo científico, filosófico e especulativo; estilo literário; e a abordagem do autor ao assunto” (COHEN, 1952, p. 19/20, tradução nossa).

<sup>22</sup>Apesar disso, não há provas de que Kant tenha lido diretamente a *Ótica* de Newton. Contudo, sabe-se que ele possuía em sua biblioteca pessoal um livro denominado *Introductio ad veram physicam* (traduzido para o inglês como *Introduction to Natural Philosophy*), de John Keill, uma das obras mais influentes na divulgação do experimentalismo newtoniano elaborado na *Ótica* (cf. MASSIMI, p. 14). Além disso, há uma referência de Kant ao seu autor, John Keil, em um texto de 1756 intitulado *Monadologia Física* (cf. MASSIMI, p. 14). Outro livro que contribuiu para a popularização do método proposto por Newton na *Ótica* é *Vegetables Staticks* de Stephen Hales, publicado originalmente em 1727 em inglês e traduzido para o alemão em 1748 por Christian Wolff, cuja edição integrava a biblioteca pessoal de Kant e foi mencionada por ele em suas obras da década de 50, como *Sobre o Fogo* (1755), *História Geral da Natureza e Teoria do Céu* (1755) e *Nova Dilucidatio* (1755). (cf. MASSIMI, p. 15). A influência do método newtoniano no pensamento pré-crítico de Kant também é notado por Cassirer: “La primera época en la trayectoria del pensamiento de Kant se consagra totalmente a la recepción de la materia que le brinda *la ciencia de la naturaleza* de su época.” (CASSIRER, 1993, p.540).

<sup>23</sup> Embora Kant não cite diretamente nem mencione a *Ótica*, o comentador F. C. Scherer também atribui a essa obra newtoniana ao método proposto na *Investigação*: “Ainda nessa segunda consideração do escrito de 1764, Kant qualifica a metodologia empregada na obra *Óptica* e nos *Princípios matemáticos da filosofia natural* de Newton como adequada para a metafísica e para a filosofia” (SCHERER, 2019, p. 69).

conceito em predicados que lhe foram adicionados na síntese, mas em buscar aquelas notas características evidentes que somente a experiência poderia fornecer. Assim, embora deva empregar a decomposição de conceitos, o método analítico da filosofia não se restringe a ela. Para além da decomposição conceitual, essa caracterização do método da filosofia enquanto análise, alinhado ao método experimental da física newtoniana, revela um caráter do estatuto da metafísica muito peculiar do pensamento kantiano, a saber, de ter que se referir a um mundo *dado*; caráter tal que, como veremos e, 1.2, se estende para o período crítico. O seguinte comentário de Cassirer elucidava esse ponto:

A metafísica não pode criar nenhuma nova realidade; sua missão se reduz a esclarecer e iluminar o que a realidade da experiência interior nos oferece como um todo por enquanto insondável com o olhar. O objetivo que se traça, portanto, tem estreita afinidade com a do pesquisador empírico: não se trata de revelar a realidade retirando-a dos conceitos, mas de reduzir uma existência que temos diante de nós como fato certo e indubitável aos conceitos que nos permitem penetrar em detalhe na sua estrutura. (CASSIRER, 1993, p. 543).

Desse modo, examinaremos a seguir a noção de nota característica [Merkmal], conceito bastante presente na *Investigação*. Esse exame pretende mostrar que o método analítico da filosofia defendido nesse texto pré-crítico, em acordo com o método experimental newtoniano, não envolve apenas a operação de decomposição de um conceito dado, mas também a operação de comparação das experiências em que o conceito é dado.

#### **1.1.4 Considerações acerca da noção de nota característica [Merkmal]**

A noção de nota característica se mostra especialmente importante para compreendermos o método proposto para a metafísica na *Investigação* de 64. É notável que esse conceito esteja bastante presente no texto. (Cf.: UD, AA, 2: 281-282; 291-292; 294-295). Além disso, veremos que a busca pelas notas características na pesquisa filosófica constitui parte essencial de seu método, uma vez que, ao recusar dois dos procedimentos fundamentais do método matemático - a saber, definições e demonstrações -, Kant argumenta que, ao invés de definir e demonstrar os conceitos da filosofia, o mais adequado seria procurar por suas notas características fundamentais.

Mesmo antes de dispor-me a definir o espaço, vejo distintamente, uma vez que me é dado esse conceito, que tenho inicialmente de buscar, por desmembramento, aquelas notas características que nele são pensadas primeira e imediatamente. [...] Pode-se muito bem explicar tais proposições quando, para conhecê-las *intuitivamente*, elas são consideradas *in concreto*; todavia, não se pode jamais demonstrá-las. Pois de que modo isso deveria poder ocorrer, uma vez que [as notas características] constituem

os primeiros e mais simples pensamentos que posso ter de meu *objeto* [Objecte], quando começo a pensar o espaço? (UD, AA, 2: 281, grifos nossos).

Isso significa que as proposições fundamentais da filosofia (que não podem ser demonstradas nem definidas propriamente) são pensadas a partir das notas características imediatas. Por serem proposições fundamentais, elas não podem ser demonstradas, mas somente explicadas quando consideradas concretamente na *intuição*.<sup>24</sup> É preciso destacar o que Kant diz aqui: que tais notas “constituem os primeiros e mais simples pensamentos que posso ter de meu objeto [Objecte]”. Essa passagem indica que através dessa experiência interior que nos fornece as notas características dos conceitos, há uma relação do sujeito cognoscente - nesse caso o filósofo - com o próprio objeto investigado. Como veremos, esse ponto parece ser confirmado por Kant em suas aulas de Lógica, quando o conceito de nota característica é utilizado em sua teoria da formação de conceitos. Para isso, faremos, a seguir, uma análise do conceito de *Merkmal*.

Na *Lógica de Jäsche*, Kant define o conceito de *nota característica* a partir do conceito de *característica*, pois uma *característica* pode ser representada sob dois aspectos: (a) ou a representação de si mesma, i. e., a representação total da própria coisa; (b) ou a representação parcial à representação da coisa. A nota característica é essa representação parcial, ou característica parcial. (cf. *Log*, AA, 9: 84/85):

Uma nota característica é aquilo que, numa coisa, constitui uma parte do conhecimento da mesma; ou - o que dá no mesmo - uma representação parcial na medida em que é considerada como uma razão de conhecimento da representação inteira. Por conseguinte, todos os nossos conceitos são notas características e pensar nada mais é do que representar mediante notas características. (*Log*, AA, 9: 85).

As notas características, por sua vez, também são divididas em dois tipos: internas e externas. Notas características são internas quando consideramos somente a própria coisa (conhecimento por derivação); são externas quando comparamos uma determinada coisa com outra (conhecimento por comparação). Somente as notas características internas são obtidas

---

<sup>24</sup> Esse ponto constitui um dos principais contrastes do texto de 64 com a *Crítica da Razão Pura*, pois nesta última temos a defesa de um método não intuitivo para a filosofia. Como veremos em 1.2, na primeira *Crítica*, a diferença entre o método da matemática e o da filosofia reside sobretudo na distinção de dois tipos de síntese: a síntese intuitiva da matemática por construção de conceitos, e a síntese não intuitiva da filosofia: síntese transcendental por conceitos (cf. *KrV*, A 713 / B 741).

apenas pelo desmembramento de um conceito. (cf. V-Lo/Blomberg, AA, 24: 106; *Log*, AA, 9: 85).<sup>25</sup>

Alguns dados textuais indicam que, segundo Kant, as notas características externas, i. e., obtidas por comparação, são mais essenciais para o conhecimento das coisas do que as notas características internas, obtidas apenas por desmembramento. Na *Lógica de Viena*, temos a seguinte passagem: “Uma nota característica é o fundamento de um conhecimento, principalmente na comparação entre as coisas.” (V-Lo/Wiener, AA, 24: 384). Na *Lógica de Jäsche*, há um excerto que também indica que, para encontrar determinadas notas características de um conceito, é preciso, muitas vezes, sair do conceito dado e buscar essas notas fora dele:

Os lógicos da escola de Wolff resumem a operação pela qual tornamos distintos os conhecimentos ao mero desmembramento deles. Só que nem toda distinção se baseia na análise de um conceito dado. Ela só se produz desse modo no que concerne àquelas características que já pensávamos no conceito, mas de modo algum relativamente às notas características que só vêm se acrescentar ao conceito como partes do conceito possível inteiro. (*Log*, AA, 09: 94).

Essa passagem é clara ao afirmar que, para o conhecimento completo de um conceito, é necessário que notas características venham se acrescentar a ele. Contudo, essa distinção entre notas características internas e externas presentes na *Lógica de Jäsche* - em que as primeiras explicam o conhecimento e as segundas ampliam o conhecimento - é importante para a filosofia crítica de Kant. A sequência da passagem citada aborda os conceitos sintéticos da matemática, como aqueles conceitos em que pela síntese se adiciona características a eles na *intuição pura*;<sup>26</sup> sabemos que a noção de intuição pura não estava presente na *Investigação*.

Desse modo, é importante termos cautela ao buscarmos auxílio nas obras de *Lógica* para analisarmos um texto pré-crítico. Ora, a *Investigação* não torna claro se essa distinção entre notas características externas e internas já estava presente no pensamento de Kant. Por

---

<sup>25</sup> Codato explica a diferença entre os dois tipos de notas características em termos de intensão e extensão: “Seja sob a relação intensional de inclusão, seja sob a relação extensional de subordinação, *P* é nota característica de *S*. No primeiro caso, a palavra “nota característica” (*Merkmal*) adquire o sentido de “conceito parcial” (*Teilbegriff*): se *P* está incluído em *S*, então *P* é um dos conceitos parciais de *S*, ou seja, *P* é uma das partes do todo da intensão de *S*. No segundo caso, ela adquire o sentido de “fundamento cognitivo” ou “princípio do reconhecimento”: (...) se *S* está subordinado a *P*, então *S* tem no conceito *P* um de seus fundamentos cognitivos, ou seja, *S* é uma das partes do todo da extensão de *P*.” (CODATO, 2014, p.149).

<sup>26</sup> “Pois, se estou formando um conceito distinto, começo das partes e vou delas para o todo. Aqui não há ainda característica alguma; é só mediante a síntese que as obtenho. É desse procedimento sintético que resulta, pois, a distinção sintética que realmente amplia meu conceito quanto ao conteúdo mediante aquilo que se acrescenta além dele na intuição (pura ou empírica) a título de característica. É desse procedimento sintético para tornar os conceitos distintos que se vale o matemático e também o filósofo da natureza. Pois toda a distinção do conhecimento propriamente matemático, bem como do empírico, baseia-se em semelhante ampliação dele mediante a síntese das notas características.” (*Log*, AA, 09: 95)

um lado, temos passagens que afirmam que certas notas características de um conceito são obtidas pelo seu desmembramento. (cf. *UD*, AA, 2: 281). Por outro lado, segundo a passagem já mencionada anteriormente que trata do conceito de desejo, a nota característica deve ser obtida a partir de uma consciência imediata, por *comparação*:

Mesmo que jamais definisse o que é um desejo, poderia dizer no entanto, com certeza, que todo desejo pressupõe uma representação do desejado, que essa representação é uma previsão do futuro, que a ela se vincula o sentimento de prazer etc. Tudo isso cada um percebe constantemente na *consciência imediata* do desejo. A partir de tais *noções comparadas* [*vergleichenen Bemerkungen*], talvez no final se possa chegar à definição do desejo. Todavia, na medida em que, mesmo sem a definição, a partir de algumas notas características *imediatamente certas* de uma mesma coisa, pode-se inferir aquilo que se procura, então é desnecessário empreender algo tão arriscado. (*UD*, AA, 2: 284, grifo nosso).

Vemos, então, que, a partir da comparação das noções que nos são dadas pela experiência, é que podemos reconhecer quais são as notas características imediatamente certas sobre um determinado conceito, o que não impede que outras notas também sejam obtidas pelo desmembramento do conceito dado. A seguinte passagem do comentário de Fábio César Scherer explica bem como ocorre esse procedimento:

Na filosofia, busca-se, inicialmente, pelas notas típicas do conceito dado, para tanto, pondera-se o conceito sobre diferentes perspectivas, faz-se o seu desmembramento e *se compara as notas abstraídas com o conceito dado em vários casos* e, por fim, expõe-se esse “pensamento abstrato” de forma pormenorizada e determinada. (SCHERER, 2019, p.69, grifo nosso).

Portanto, mesmo não tendo explicitado na *Investigação* que, para conhecermos um objeto, é necessário obter notas características externas ao conceito deste, Kant já propõe, nesse texto, um método para a filosofia em que é necessário extrapolar a própria análise do conceito para buscar fora dele suas características. Ora, como vimos, uma nota característica depende da consciência imediata do conceito dado; isso significa que não pode existir nota característica sem algo que me seja dado; tais notas devem ser dadas em diversos casos, para que se possa compará-las.

Assim, ao propor que a filosofia busque por notas dos objetos (cf. *UD*, AA, 2: 281),<sup>27</sup> ao invés de iniciar o argumento formulando definições, Kant está se opondo ao método dogmático, que se limita às meras definições nominais na filosofia. É por isso que a filosofia, como vimos em 1.1.1, não deve iniciar o argumento pelas definições:

A primeira e principal regra é esta: não se comece com definições, pois teria de ser procurada a mera definição nominal, por exemplo: “necessário é aquilo cujo

---

<sup>27</sup> “Pois de que modo isso deveria poder ocorrer, uma vez que [as notas características] constituem os primeiros e mais simples pensamentos que posso ter de meu *objeto* [*Objecte*], quando começo a pensar o espaço?”

contrário é impossível”. Mesmo aí, porém, há bem poucos casos em que se pode estabelecer, já no início, de maneira previdente, o conceito distintamente determinado. (UD, AA, 2: 285).

Com isso, Kant rejeita para a filosofia, já no período pré-crítico, o método de prova dogmático que concebe conceitos que não são dados ao filósofo. Esse é justamente o erro da filosofia leibniziana apontada *Investigação*, a saber, procurar provar propriedades de um conceito excogitado pela síntese: “Ele [Leibniz], aqui, não havia definido essa mônada, mas excogitado; pois o conceito de mônada não lhe fora dado, mas foi por ele *inventado*.” Ao invés de fornecer definições nominais, é necessário buscar notas características sobre um objeto; essas notas, para que possam tornar distinto um conhecimento, não devem ser obtidas exclusivamente por análise e decomposição conceitual, mas exigem a comparação das experiências em que o conceito é dado. Codato, ao explicar a noção de nota característica em termos das noções de extensão e intensão afirma: “A partir das noções de extensão e intenção, trata-se de considerar, sob ambos os aspectos, não apenas as relações entre os conceitos, mas também a relação entre os conceitos e as coisas.” (CODATO, 2004, p. 149). Essa operação de comparação, portanto, exige que a investigação filosófica busque no próprio objeto investigado os elementos essenciais do conceito.

### **1.1.5 Conclusão acerca do período pré-crítico**

Os pontos tratados acima mostram como Kant, já no período pré-crítico, preocupou-se em encontrar um método seguro e científico para a metafísica - tema importante para a filosofia do século XVIII, como mostra o próprio tratado -, e a sua recusa em persistir no caminho do dogmatismo, que buscava imitar o método da matemática. Contudo, poderia parecer que Kant, ao propor um método analítico e discursivo para a filosofia na *Investigação* de 64, negando, assim, o método sintético da matemática, teria proposto um método de decomposição conceitual para a metafísica. A nossa leitura, por diversos motivos, contrapõe-se a tal interpretação. Por isso, convém estabelecer os pontos principais do caminho que fizemos:

(a) Não há dúvida de que Kant tenha proposto um procedimento analítico no que diz respeito às definições na filosofia; com isso ele recusa o método matemático que concebe conceitos a partir da definição. A nossa investigação procurou mostrar que ao se contrapor à implementação do método da matemática pela filosofia, Kant está se contrapondo ao procedimento dogmático dos metafísicos racionalistas que procuravam imitar a matemática. A

*Investigação* menciona o conceito leibniziano de mônada, a fim de mostrar como tal método é inadequado para a investigação filosófica; uma vez que que Leibniz, ao empregar o método que concebe conceitos pela síntese, acabou inventando um conceito sem objeto. (b) Assim, a recusa do procedimento sintético tem como consequência limitar a filosofia à investigação de conceitos dados. (c) Essa proposta de um método analítico para filosofia toma como modelo o método adotado pela física newtoniana, que deve partir de uma experiência do objeto, no caso da filosofia, deve partir do que é dado em nosso sentido interno. (d) Esse método, como o de Newton, pode ser designado como analítico, no sentido que será explicitado depois pelos *Prolegômenos*. (e) Como consequência, o filósofo precisa determinar minuciosamente as notas características do conceito dado para poder conhecer distintamente o conceito de um objeto. (f) Todos esses pontos mostram que, já no período pré-crítico, Kant recusa um método que, se ocupando apenas com o rigor lógico do conhecimento, não se preocupa com seu conteúdo.<sup>28</sup>

Desse modo, o método de análise da filosofia é radicalmente diferente da síntese da matemática. O fato de Kant negar a síntese na definição de conceitos da filosofia mostra que ele já se preocupava com a questão acerca da objetividade do conhecimento filosófico no período pré-crítico. Vimos então que, na *Investigação*, a proposta de um método analítico para a filosofia diz respeito às suas definições, contudo, esse mesmo texto afirma que definir conceitos não é o mais essencial do trabalho filosófico. Pois as definições, em sentido estrito, se restringem àqueles conceitos que são concebidos arbitrariamente; e a filosofia deve se limitar aos conceitos dados, ou seja, caberia à filosofia investigar apenas aqueles conceitos que o filósofo pode ter uma consciência imediata, e essa consciência depende de uma experiência interior com o conceito.

Desse modo, não é incorreto dizer que, no período pré-crítico, Kant propõe um método ao menos parcialmente empírico para a filosofia, essa constitui provavelmente a diferença mais radical com relação ao método proposto na primeira *Crítica*, em que o método proposto, por ser transcendental, não pode envolver nenhuma investigação empírica. Contudo, uma semelhança essencial presente em ambos os períodos é a distinção entre conceitos dados e conceitos feitos. O seguinte comentário de Seneda explicita bem a importância fundamental

---

<sup>28</sup> Na *Crítica da Razão Pura*, Kant volta a criticar o dogmatismo e sua pretensão de proceder apenas com com conceitos de modo estritamente demonstrativo. Contudo, o erro dogmático apontado pela primeira *Crítica* é o de não realizar uma crítica prévia da capacidade da razão em alcançar princípios. (Cf. *KrV*, B XXXV).

dessa distinção presente em textos pré-críticos escritos na década de 1760, e a maneira como ela culminou posteriormente no pensamento crítico de Kant.

Esta distinção, entre conceitos feitos e conceitos dados, talvez seja tão decisiva quanto a distinção entre sensibilidade e intelecto. Por certo que essas distinções não se recobrem nem agenciam os mesmos campos de forças dentro do sistema kantiano. Mas é a partir delas, que, na década de 1760, Kant começa uma progressiva e minuciosa demarcação da sensibilidade. Essa oposição principia com uma radical oposição entre a Matemática, que opera com conceitos feitos, e todas as outras ciências, que operam com conceitos dados. Disso decorre uma segunda oposição, entre as ciências que podem e têm de ser revisitadas pela síntese matemática *a priori* e as ciências exclusivamente discursivas, que não podem sê-lo. (SENEDA, 2013, p. 261).

Ora, na própria *Investigação* Kant caracteriza a matemática, ao menos no que diz respeito à linguagem, como uma ciência sensível: “Pois uma vez que os sinais da matemática são *meios sensíveis* de reconhecimento, então com eles também se pode saber, com a mesma confiança com que está assegurado aquilo que se vê sob os olhos” (*UD*, AA, 2: 291, grifo nosso). Em contraste com os sinais sensíveis da matemática, estão as palavras discursivas da filosofia, que são meios abstratos de se referir aos conceitos.

Kant, então, reconhecendo a limitação da filosofia ao discurso, e, portanto, sua impossibilidade de seguir pela via da matemática, já se preocupava em encontrar um método que pudesse garantir alguma objetividade para os conceitos da filosofia. Veremos que no período crítico é mantida a recusa quanto ao método matemático e, conseqüentemente, ao método empregado pelos filósofos racionalistas que buscavam imitá-la. Porém, o método proposto na primeira crítica não se baseia mais no experimentalismo newtoniano, mas é um método originariamente filosófico: o método de síntese transcendental por conceitos: “existe uma síntese transcendental por meros conceitos [*aus lauter Begriffen*], de fato, que serve apenas à filosofia” (*KrV*, A 718-719 / B 746-747).

Vale ainda ressaltar que, no final da *Investigação* de 64, Kant declara a possibilidade de se empregar posteriormente o método sintético descendente na filosofia: “Ainda não é hora de proceder sinteticamente na metafísica; só quando a análise nos tiver propiciado conceitos distinta e minuciosamente entendidos poderá a síntese, como na matemática, subordinar os conhecimentos compostos aos mais simples.” (*UD*, AA, 2: 290). Com isso - além do método da *Crítica da Razão Pura* ser um método que visa chegar a juízos sintéticos *a priori* - Kant declara nos *Prolegômenos* ter realizado uma investigação sintética/ascendente na primeira *Crítica*:



Na *Crítica da razão pura*, tratei esta questão de modo sintético, isto é, investiguei na própria razão pura e procurei determinar, segundo princípios, nesta mesma fonte, tanto os elementos como as leis do seu uso puro. Este trabalho é difícil e exige um leitor decidido a penetrar pouco a pouco pelo pensamento num sistema que não põe como fundamento nenhum dado a não ser a própria razão e que procura, pois, sem se apoiar em qualquer facto, tirar o conhecimento a partir dos seus germes originais. (*Prol AA*, 04: 38-39).

É importante destacar, portanto, que Kant não nega completamente na *Investigação* a possibilidade de proceder sinteticamente na filosofia. Contudo, como veremos a seguir, esse método sintético do período crítico é radicalmente diferente da síntese por construção de conceitos da matemática.

## 1.2 Período Crítico

Na Doutrina Transcendental do Método da *CRP*, capítulo dedicado a tratar de sua metodologia, Kant retoma a distinção minuciosa entre o método da matemática e o da filosofia, como anteriormente realizado na *Investigação* de 64. Especificamente, essa distinção é tratada em um capítulo da Doutrina Transcendental do Método denominado Disciplina da Razão Pura. Logo na introdução desse capítulo, é justificada a necessidade de uma disciplina para o empreendimento crítico. Aqui, *disciplina* é definida como a “coerção que limita, e por fim elimina, o impulso constante a descumprir certas regras” (*KrV*, A 709 / B 737). Sendo assim, ela fornece uma contribuição negativa para o conhecimento (cf. *KrV*, A 710 / B 738); além disso, ela se direciona exclusivamente ao método de uma ciência e não ao conteúdo (cf. *KrV*, A 712 / B 740). Portanto, a necessidade de uma disciplina na filosofia se deve à necessidade de colocar limites em seu procedimento metodológico. Segundo Kant, isso é necessário porque no uso puro da razão “nem a intuição pura nem a intuição empírica mantêm a razão em um curso visível” (*KrV*, A 710 / B 739). Aqui já é introduzido o ponto central da distinção do método da filosofia com relação às outras ciências da razão:

No uso empírico, não é necessário uma crítica da razão já que os princípios desta são continuamente submetidas a exame sob a pedra de toque da experiência; do mesmo modo na matemática, em que os conceitos da razão tem de ser imediatamente expostos na intuição pura, *in concreto*, e todo elemento infundado ou arbitrário logo se torna com isso evidente (*KrV*, A 710-711 / B 738-739).

O uso da razão na filosofia não pode fundar-se nem na experiência nem na intuição pura, pois, segundo Kant, é um “uso transcendental segundo meros conceitos”. Assim, não podendo contar com nenhuma intuição em seu método, a disciplina deve domar o impulso da razão de “estender-se para além dos estreitos limites da experiência possível” (*KrV*, A 711 / B

739). Apesar de mencionar o uso empírico da razão na passagem acima, o foco de Kant aqui é comparar os métodos das duas ciências completamente puras da razão, ou seja, matemática e filosofia; para, com isso, justificar porque a filosofia deve limitar-se a um procedimento estritamente conceitual, sem que isso a restrinja à uma mera análise de conceitos.

Procuraremos, então, esclarecer nesta seção, primeiro, em que consiste o método transcendental da filosofia segundo meros conceitos, proposto por Kant no período crítico e, segundo, como esse método se distingue do método de construção de conceitos da matemática. A finalidade desta investigação é compreendermos como a *Crítica da Razão Pura* visa chegar a conhecimentos sintéticos *a priori*, mesmo sem a vantagem de poder assentar-se na intuição, como faz a matemática. Além disso, essa análise tornará evidente as proximidades com a proposta do método para a metafísica na *Investigação* de 64, e sua diferença crucial no que diz respeito à proposta de um método sintético.

Para isso, iremos, em 1.2.1, mostrar a distinção geral entre o método matemático de construção de conceitos e o método filosófico de síntese por conceitos. Assim, em 1.2.2, poderemos examinar melhor essa distinção ao tratarmos dos três procedimentos próprios do argumento matemático (definições, axiomas e demonstrações) e como Kant justifica a impossibilidade da filosofia empregar esses três procedimentos. Esses dois passos tornarão possível uma compreensão mais detalhada do método de construção de conceitos da matemática, para que, em 1.2.3, possamos investigar como se dá a relação entre conceitos e intuição nas ciências matemáticas. Ao esclarecer esses três pontos, temos como objetivo entender por que a filosofia - ao contrário da matemática - não é classificada por Kant como uma ciência intuitiva; assim, em 1.2.4, teremos material suficiente para compreender melhor o método de síntese transcendental *por conceitos* próprio da filosofia e, também, como ocorre esse tipo de síntese, em que o vínculo entre conceitos em um juízo não se dá por meio da referência direta à intuição pura.

### **1.2.1 Síntese por construção de conceitos na matemática e síntese transcendental por conceitos na filosofia**

A distinção entre síntese transcendental por conceitos e síntese por construção de conceitos é feita na primeira seção da Disciplina da razão pura, denominada Disciplina da Razão Pura com Relação ao seu uso Dogmático. Ao comparar ambos os métodos, Kant não

põe em questão o caráter universal e necessário do conhecimento filosófico; seu propósito é determinar se o método de se chegar à certeza apodítica na matemática pode ser igualmente empregado pela filosofia (cf. *KrV*, A 713 / B 741).

A diferença essencial consiste em que a matemática, ao contrário da filosofia, pode contar com a intuição pura: “O conhecimento *filosófico* é o *conhecimento da razão por conceitos*, e o *matemático* por *construção de conceitos*. Construir um conceito, porém significa expor a intuição *a priori* a ele correspondente” (*KrV*, A 713 / B 741).<sup>29</sup>

A primeira característica dessa distinção é que o conhecimento filosófico considera “o particular somente no universal”, enquanto o conhecimento matemático considera “o universal no particular, ou mesmo no singular” (*KrV*, A 714 / B 742). Segundo Kant, isso significa que “a filosofia se atém apenas aos conceitos universais”, enquanto que a matemática “corre logo para a intuição onde considera o conceito *in concreto*, ainda que não empiricamente” (*KrV*, A 715 / B 743). A matemática, portanto, considera o conceito na intuição *a priori* em que ele foi construído, desse modo, o próprio conceito contém as *condições universais da construção* que valem para o próprio objeto (cf. *KrV*, A 715-716 / B 743-744).<sup>30</sup> Segundo Seneda, o caráter concreto do conceito matemático “ocorre porque o objeto da matemática emerge de modo direto e concreto de uma operação de síntese que o exhibe passo a passo. Já a filosofia estabelece, por conceitos, a condição indireta de um objeto cuja síntese precisa de um fio condutor para poder ser descoberta” (SENEDA, 2018, p.49).

Essa distinção entre concreto (matemática) e abstrato (filosofia) diz respeito à relação dos conceitos de cada ciência com seus respectivos objetos. Isso ocorre porque um objeto, segundo Kant, só pode ser dado pela intuição (cf. *KrV*, A 20 / B 33); assim, uma vez que os conceitos matemáticos são construídos a partir da intuição pura, nela o conceito possui uma relação direta com o objeto. Por outro lado, os objetos correspondentes aos conceitos da filosofia só podem ser dados pela intuição empírica, mas a filosofia não é um conhecimento empírico. Sobre isso, Kant afirma:

---

<sup>29</sup> Essa mesma distinção entre conhecimento por conceitos ou discursivo, próprio da filosofia, e conhecimento intuitivo por construção de conceitos, próprio da matemática, também está presente na *Lógica de Viena*. (cf. *Log AA* 09: 831; 857; 892).

<sup>30</sup> Além de defender o caráter concreto da matemática na *Investigação* e na primeira *Crítica*, na *Dissertação Inaugural*, ou *Forma e Princípios do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível*, há uma passagem em que Kant também argumenta sobre esse ponto: “Se no espaço não há mais do que três dimensões, se entre dois pontos não há senão uma única reta, se de um ponto dado em uma superfície plana se descreve com uma reta dada um círculo etc., isso não pode ser concluído de alguma noção universal de espaço, mas apenas ser visto [cerni] nele como que *in concreto*” (MSI, AA 02: 402-403). Kant observa aqui que os predicados dos objetos geométricos não podem ser obtidos por um procedimento de análise do conceito de espaço, e constata, com isso, que esses predicados devem ser fundados em uma evidência concreta dada pela própria intuição do espaço.

Uma intuição correspondente ao conceito de realidade, portanto, não pode ser intuída em parte alguma a não ser na experiência, e ninguém pode jamais tomar parte nela, a partir de si mesmo, *a priori* e anteriormente à consciência empírica da mesma. A figura cônica pode ser tornada intuível, sem qualquer ajuda empírica, apenas a partir do conceito [...] Eu só posso exprimir o conceito de uma causa em geral na intuição por meio de um *exemplo* que me seja fornecido pela experiência, e assim por diante (*KrV*, A 715 / B 743).

Na passagem acima, Kant menciona como exemplos dos conceitos filosóficos os conceitos substância e realidade (ou seja, conceitos do entendimento) e diz que os objetos relativos a tais conceitos só podem ser dados pela intuição empírica. Na matemática, a figura cônica (o objeto do conceito) pode ser intuída sem qualquer experiência, apenas com o conceito que já contém em si as determinações da construção fornecidas pela intuição *a priori*. Esse é o primeiro ponto que gostaríamos de destacar quanto à distinção geral entre o método de síntese por conceitos e o de síntese por construção de conceitos, a saber, o conceito na filosofia, tal como Kant explicita na Doutrina do Método da primeira *Crítica*, se relaciona indiretamente com o objeto, pois uma intuição correspondente a um conceito transcendental só pode ser dado pela experiência, e a filosofia transcendental não realiza uma investigação empírica, mas investiga o aspecto *a priori* do conhecimento de objetos; já o conceito matemático possui uma relação direta com o objeto, pois essa relação se dá por meio da construção na intuição pura, pela qual o objeto é dado.

Kant, então, prossegue seu argumento com a seguinte questão: “Qual pode ser a causa de esses dois artífices da razão se encontrarem em tão diferente situações, um encontrando seu caminho por meio de conceitos, o outro por meio de intuições que, em conformidade com os conceitos, ele expõe *a priori*?” (*KrV*, A 717-718 / B 745-746). A resposta a essa questão confirma que o método da filosofia não é mera análise de conceitos: “não se trata aqui de proposições analíticas que podem ser obtidas por mera decomposição de conceitos (...) Existe uma síntese transcendental por meros conceitos [aus lauter Begriffen], de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível” (*KrV*, A 718-719 / B 746-747).

Como, então, compreender que exista uma síntese própria da filosofia que não possui a intuição pura como fio condutor? No caso do conceito matemático, uma vez que é construído na própria intuição, se pode julgar sinteticamente a partir dele de modo intuitivo. Já o conceito filosófico “contém somente a *síntese de intuições possíveis*, que não são dadas *a priori*” (*KrV*, A 719 / B 747, grifo nosso), ou seja, o conceito filosófico contém a síntese de possíveis

intuições empíricas (“*intuições possíveis*, que não são dadas *a priori*”); conseqüentemente, só se pode julgar sinteticamente por meio dele de modo discursivo (cf. *KrV*, A 719 / B 747).

Para explicar a diferença entre esses dois usos da razão, Kant introduz no argumento a distinção entre a forma e a matéria dos fenômenos. A forma dos fenômenos é a intuição *a priori* do espaço e do tempo; os conceitos da matemática relacionam-se a esse aspecto dos fenômenos pelo método da construção de conceitos (cf. *KrV*, A 720 / B 748; A 723 / B 751). Já a matéria dos fenômenos, por outro lado, é seu conteúdo e “significa um algo que se encontra no espaço e no tempo e, portanto, contém uma existência e corresponde à sensação” (*KrV*, A 723 / B 751); desse modo, a matéria ou conteúdo dos fenômenos só pode ser representada de modo determinado *a posteriori* (cf. *KrV*, A 720 / B 748).<sup>31</sup> O uso da razão na filosofia diz respeito à matéria dos fenômenos, mas como a filosofia não é um conhecimento empírico, esse método coloca sob conceitos, de modo *a priori* “fenômenos que só podem ser determinados empiricamente (mas em conformidade com aqueles conceitos enquanto regras de uma síntese empírica)” (*KrV*, A 723 / B 751).

A dificuldade principal, aqui, consiste em compreender do que se trata esse uso da razão que considera *a priori* o próprio conteúdo ou matéria dos fenômenos que, por sua vez, só pode ser dado de modo determinado *a posteriori*. Há uma passagem da Estética Transcendental que pode nos ajudar a esclarecer essa dificuldade. Como vimos, na seção da Disciplina da Razão Pura em questão (*KrV*, A 715 / B 743), Kant faz referência a três elementos da estrutura do fenômeno, os quais podem ser divididos do seguinte modo:

1. Espaço e tempo: forma do fenômeno
2. Sensação: aspecto *a posteriori* da matéria do fenômeno
3. Conceitos que contêm regras de síntese: aspecto *a priori* da matéria do fenômeno

Na Introdução da Estética Transcendental, essa estrutura tripla do fenômeno também é mencionada no seguinte excerto:

---

<sup>31</sup> Há uma dificuldade em compreender essas passagens da Disciplina da Razão Pura em que Kant aborda a distinção entre forma e matéria dos fenômenos que consiste no seguinte: em A713/B741, Kant declara que a matéria é a sensação: “significa um algo que se encontra no espaço e no tempo e, portanto, contém uma existência e corresponde à sensação”; porém, em A720/B748 afirma que a representação determinada dessa matéria é a percepção: “A matéria dos fenômenos, no entanto, pela qual as coisas nos são dadas no espaço e no tempo, só podem ser representada na percepção, portanto, *a posteriori*.” Apenas a partir dessas duas passagens é difícil distinguirmos de que modo a sensação e a percepção relacionam-se à matéria dos fenômenos. Contudo, apesar desse tema merecer uma discussão mais aprofundada, não trataremos dele aqui. É relevante para a nossa discussão apenas o ponto confirmado por ambas de que a matéria dos fenômenos só pode ser dada *a posteriori*.

Se eu retiro da representação de um corpo, assim, aquilo que *o entendimento nele pensa*, como substância, força, divisibilidade, etc., e também *aquilo que nele pertence à sensação*, como impenetrabilidade, dureza, cor, etc., ainda me resta algo dessa intuição empírica, a saber, extensão e figura. Esta *pertence à intuição pura* (*KrV*, A 20-21 / B 35, grifos nossos).

Segundo essa passagem, a representação de um corpo possui três elementos (é importante notar que essa citação se insere em uma análise da estrutura do fenômeno realizada logo no início da Estética Transcendental).<sup>32</sup> Esses três elementos são:

1. Aquilo que pertence à intuição pura
2. Aquilo que pertence à sensação
3. Aquilo que o entendimento pensa no fenômeno

Vemos, com isso, que os três elementos constituintes do conhecimento dos fenômenos, tal como exposto por Kant na Disciplina da Razão Pura, estão também presentes na passagem da Estética Transcendental citada acima. Além disso, há outra semelhança importante entre esses excertos analisados. Nessa passagem da Estética Transcendental, Kant menciona os seguintes exemplos no que diz respeito ao que o entendimento pensa de modo *a priori* nos fenômenos: substância, força e divisibilidade. Na Disciplina da Razão Pura, ao tratar da impossibilidade de construir conceitos da filosofia, Kant afirma:

Eu construiria um conceito matemático de um triângulo, i. e., o daria *a priori* na intuição, e desse modo obteria um conhecimento sintético, mas racional. Se me é dado, porém, o conceito transcendental de uma realidade, substância, força etc., então ele não designa nem uma intuição empírica nem uma intuição pura, mas apenas a síntese das intuições empíricas (que, portanto, não podem ser dadas *a priori*) e dele, portanto, uma vez que a síntese não pode passar *a priori* para a intuição que lhe corresponde, não pode surgir também nenhuma proposição sintética determinante, mas apenas um princípio da síntese das intuições empíricas possíveis (*KrV*, A 722 / B 750).

Ora, na Estética Transcendental os exemplos dos conceitos do entendimento são: substância, força e divisibilidade; na passagem acima os exemplos de conceitos transcendentais são: realidade, substância e força. Ou seja, aqueles conceitos denominados transcendentais na Doutrina do Método são conceitos do entendimento (embora não exclusivamente categorias). Isso indica que essa caracterização da filosofia transcendental na

---

<sup>32</sup> Kant inicia o parágrafo anterior ao citado acima afirmando: “Àquilo que no fenômeno corresponde à sensação eu denomino à *matéria* do mesmo, mas aquilo que faz com que o diverso do fenômeno possa ser ordenado em certas relações eu denomino a *forma* dos fenômenos...” (*KrV*, A 20 / B 34)

Doutrina do Método como a investigação do aspecto *a priori* da *matéria* dos fenômenos, embora soe obscura, está em concordância com a Doutrina dos Elementos.<sup>33</sup>

Voltando à nossa análise da Disciplina da Razão Pura, na passagem acima, Kant explicita que não é possível construir um conceito transcendental na intuição pura e, assim, obter, a partir dele, uma proposição sintética intuitiva. Contudo, também afirma algo nessa passagem que é difícil de compreender: que a partir de um conceito transcendental eu não obtenho “nenhuma proposição sintética determinante, mas apenas um princípio da síntese das intuições empíricas possíveis.” O seguinte comentário de Seneda nos ajuda a esclarecer essa dificuldade:

A filosofia, portanto, nunca opera exibindo o objeto na intuição – o que se denomina conhecimento por construção de conceitos –, mas pressupõe as condições da síntese nas quais um objeto poderá vir a ser indiretamente acolhido quando a sua matéria puder preencher as regras de unificação de uma síntese empírica. A experiência, portanto, é uma condição contingente para o conhecimento *a priori*, mas seus princípios – obtidos por conhecimento por conceitos – são condições necessárias para que sua síntese seja dada (SENEDA, 2018, p. 49).

As proposições sintéticas da filosofia não são determinantes, portanto, pois possuem somente as *condições* de uma síntese empírica, mas a síntese propriamente ainda não está dada, pois, para que ela possa ocorrer, é necessário um objeto que só poderá ser dado pela intuição empírica. Ainda assim, persiste a dificuldade em compreender como é que, a partir de um conceito transcendental, obtêm-se uma proposição sintética sem a mediação da intuição.

É nessa impossibilidade de servir-se da intuição pura que consiste a diferença fundamental entre o método da matemática e o da filosofia. No caso da matemática, o próprio objeto contém já em si as determinações da intuição pura, pois o seu conceito é construído na intuição pura, portanto conceito e objeto aqui possuem uma relação direta. Já a filosofia parte de conceitos que não possuem nenhuma intuição, mas apenas regras para a síntese de intuições que só serão dadas empiricamente; portanto, no método criticamente estabelecido para a filosofia, a relação entre o conceito do entendimento com a intuição empírica é indireta.

---

<sup>33</sup> Essa coerência entre a Doutrina dos Elementos e a Doutrina do Método é especialmente importante para nossa refutação à leitura de Schelling, segundo a qual existiria contradições entre esses dois capítulos da *Crítica da Razão Pura*. Exemplo disso se encontra, quando, ao comentar a passagem em que Kant descreve o trabalho do filósofo de esclarecer o conceito de triângulo (*KrV*, A 716 / B 744), Schelling afirma: “Ao mesmo tempo se seguiria dessa passagem que o filósofo, segundo Kant, não poderia operar com os conceitos, aos quais está limitado, de outra maneira senão analiticamente. É essa a opinião de Kant ou esse capítulo posterior esqueceu os anteriores?” (SCHELLING, 2001, p.93).

A partir dessa distinção geral entre esses dois usos da razão Kant justificará sua recusa, agora no período crítico, em aceitar a possibilidade de adotar o método matemático no argumento filosófico. É notável que sua teoria da intuição *a priori* constitui, agora, um elemento fundamental da diferença de método dessas duas ciências; portanto, essa diferenciação não mais se baseia na diferença entre método analítico e sintético no sentido em que foram considerados na *Investigação* de 64, ou seja, enquanto métodos de investigação regressiva [análise] em oposição ao método progressivo [síntese]. Um importante elemento comum entre ambos os períodos é que a recusa do método matemático é mantida no período crítico, assim como a crítica ao método racionalista que buscava empregar o método da matemática, o que constitui um dos principais pontos que caracterizam o rompimento de Kant com a metafísica tradicional. (cf. FRIEDMAN, 1992, p. 98).

A fim de compreendermos essa impossibilidade da filosofia empregar o método da matemática, é necessário, então, esclarecermos primeiro em que consiste propriamente, segundo o período crítico, o procedimento da matemática, e como os filósofos racionalistas procuravam empregá-lo. Em linhas gerais, como mostra Abel Casanave, esse procedimento consiste no seguinte:

proceder de maneira matemática seria proceder *more geometrico*: primeiro: formular as definições de conceitos filosóficos, enunciar as noções comuns (se for o caso) e apresentar os postulados (ou axiomas) filosóficos necessários; segundo: demonstrar as proposições filosóficas com base nessas definições, noções comuns e postulados. Essa seria uma filosofia *more geometrico*. (CASANAVE, 2012, p. 670/671).

Assim, na sequência, pretendemos mostrar por que, segundo Kant, a filosofia não pode empregar nenhuma das operações do argumento matemático, especificamente as três operações essenciais: definições, axiomas e demonstrações.

### 1.2.2 Definições, axiomas e demonstrações

Como Kant afirma na *Disciplina da Razão Pura*, o rigor da matemática repousa em definições, axiomas e demonstrações, mas o filósofo, ao tentar empregá-las, “não pode produzir mais do que castelos de cartas” (*KrV*, A 726 / B 754). Desse modo, o autor se atém em mostrar porque cada uma dessas operações não pode ser empregada pela filosofia.

A primeira operação essencial de um argumento matemático é a definição, que consiste em: “expor o conceito completo de uma coisa originariamente no interior de seus limites” (*KrV*, A 728 / B 756). Como explicado em nota, completude [*Ausführlichkeit*] significa



“clareza e suficiência das características” e limite [*Grenzen*] significa precisão, ou seja, que tudo que pertence originariamente ao conceito é colocado em sua definição (cf., *KrV*, A 728 / B 756, n.). Como alternativa à tarefa de definir conceitos, a Doutrina do Método propõe que o mais adequado é dizer que os conceitos da filosofia são *expostos* em vez de definidos.

Não apenas os conceitos filosóficos, mas também os conceitos empíricos não podem ser definidos. Isso porque nenhum conceito dado pode ser rigorosamente definido, mas somente os conceitos construídos arbitrariamente. Isso significa que apenas a matemática possui definições, “pois o objeto que ela pensa também é exposto *a priori* por ela na intuição, e não pode conter nem mais nem menos do que o conceito” (*KrV*, A 730 / B 758). Além disso, uma vez que um conceito matemático é obtido pela construção, uma definição matemática nunca pode errar, porque o conceito “contém exatamente aquilo que a definição pretendeu pensar nele” (*KrV*, A 731 / B 759).<sup>34</sup>

Já os conceitos dados dividem-se em dois tipos: aqueles que são dados pela experiência e os que são dados *a priori*, os conceitos da filosofia correspondem a esses últimos. Nenhum dos dois tipos de conceitos dados podem ser definidos, pois, como mostra Seneda, “a definição dos conceitos dados torna-se imprecisa, porque não há como se assegurar de que houve a completa exposição desses conceitos” (SENEDA, 2013, p. 266/267). Kant extrai como consequência dessa distinção entre conceitos dados e conceitos feitos que a filosofia não deve, como faz a matemática, iniciar o argumento pelas definições (cf. *KrV*, A 730 / B 758). A maneira como o filósofo chega a uma definição é pela decomposição analítica de conceitos dados, assim, inicia-se o argumento pelo conceito e sua exposição completa só será obtida após uma análise minuciosa, ao final do argumento (*KrV*, A 730-31 / B 758-759).<sup>35</sup> Apesar de propor aqui que há uma espécie de definição própria da filosofia, entendida como definição analítica, Kant afirma que “as definições filosóficas são produzidas apenas como *exposições* de conceitos dados.” (*KrV*, A 730 / B 758).<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> É digno de nota que a distinção entre conceitos dados e conceitos feitos é mantida no período crítico. A limitação da filosofia ao que lhe é a dado e sua impossibilidade de conceber conceitos representa, assim, um dos pontos mais fundamentais do estatuto do método da filosofia crítica; além de corroborar a tese de que boa parte do projeto metodológico do criticismo já vinha sendo elaborado no final do período pré-crítico, especialmente na *Investigação* de 64.

<sup>35</sup> Aqui temos mais um elemento importante da caracterização do método da filosofia que já havia sido formulado na *Investigação de 64* e é mantido na *KrV* (cf. *UD*, AA, 2: 284).

<sup>36</sup> Como aponta Kant nessa passagem, a utilização da expressão definição tanto para o procedimento matemático - que compõe conceitos pela construção - quanto para o procedimento filosófico - que analisa um conceito dado - se deve à uma exigência da própria língua alemã, diz Kant: “Para as expressões exposição [Exposition], explicação [Explication], declaração [Declaration] e definição [Definition], a língua alemã tem somente uma palavra: *Erklärung*” (*KrV*, A 730 / B 758). Apesar disso, em A 727 / B 755, no item “Das definições”, é utilizada palavra de origem latina *Definitionen*.

Quanto aos axiomas, não é surpresa que o motivo da filosofia não poder empregá-los é por ser um conhecimento de natureza não intuitiva. Kant entende por axiomas os “princípios sintéticos *a priori*, na medida em que são *imediatamente certos*” (*KrV*, A 732 / B 760, grifo nosso). A característica principal de um axioma é, portanto, a imediaticidade de sua certeza, ou seja, ele não precisa de prova que forneça o atestado de sua veracidade. Somente uma proposição fundamental da matemática pode ser imediatamente certa, pois somente através da construção pode-se conectar “os predicados do objeto, *a priori* e imediatamente, na intuição do mesmo.” (*KrV*, A 732 / B 760).

Para tornar esse ponto mais compreensível, tomemos como exemplo um axioma euclidiano. No axioma 9 do Livro I dos *Elementos*, Euclides diz: "Duas retas não contêm uma área" (EUCLIDES, 2009, p. 99).<sup>37</sup> Segundo a concepção de Kant sobre a matemática, o predicado ‘não conter uma área’ está ligado de modo imediato ao conceito do objeto ‘linha reta’, quando consideramos duas linhas. Para constatar isso, basta desenhar duas linhas retas em um plano, que será imediatamente verificada a impossibilidade de que elas componham uma área.

Por outro lado, a filosofia não pode conter axiomas, pois:

um princípio sintético derivado de meros conceitos, pelo contrário, não poderia ser nunca imediatamente certo; como, por exemplo, a proposição de que tudo que acontece tem sua causa; pois eu preciso providenciar um terceiro, qual seja, a condição da determinação temporal em uma experiência, e não poderia conhecer tal princípio direta e imediatamente, apenas a partir de conceitos (*KrV*, A 733 / B 761).

Segundo essa passagem, todo princípio da filosofia depende de uma prova: “não poderia conhecer tal princípio direta e imediatamente, apenas a partir de conceitos”; para apresentar, portanto, uma prova na filosofia é necessário sempre um terceiro elemento que faça a mediação entre sujeito e predicado. Apesar de esclarecer porque a filosofia não pode possuir axiomas, essa passagem pode levantar a seguinte dúvida: Kant se refere ao método da filosofia como um método não intuitivo; mas aqui ele afirma que para que seja provado o princípio de causalidade é necessário providenciar um terceiro elemento: “a condição da determinação *temporal* em uma experiência”. Isso indica que o método discursivo de síntese por conceitos não é completamente independente do tempo, mas, provavelmente, que o tempo aqui não seria considerado enquanto intuição. Ora, Kant afirma que esse terceiro elemento

---

<sup>37</sup> Embora o utilizemos como um exemplo de um axioma matemático, Euclides denomina este princípio de noção comum e não axioma.

necessário não é a *intuição* do tempo, mas a “condição da determinação temporal”. Por ora, deixemos essa questão de lado e passemos para o próximo ponto.

Quanto às demonstrações, Kant afirma: “somente uma prova apodítica, na medida em que é intuitiva, pode denominar-se demonstração” (*KrV*, A 734 / B 762), conseqüentemente, somente a matemática contém demonstrações. Uma prova só pode ser denominada de demonstração, segundo Kant, se o argumento considera o objeto *in concreto* na intuição singular, e, com isso, “todo passo em falso se torna visível.” (*KrV*, A 735 / B 763). Considerar o objeto *in concreto* na intuição significa, no caso da geometria, proceder o argumento tendo como base a própria figura do objeto e, no caso da aritmética, os próprios sinais das relações das quantidades (*KrV*, A 734 / B 762). Em *Os Elementos*, podemos constatar que Euclides quase sempre utiliza uma figura do objeto nas demonstrações para representar o teorema demonstrado. Por exemplo, na demonstração I.32, segundo a qual a soma dos ângulos internos de um triângulo é igual a dois ângulos retos ( $180^\circ$ ), Euclides utiliza a seguinte figura:

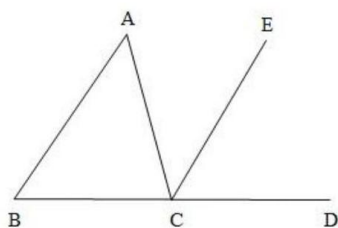


Figura 1<sup>38</sup>

Sem reproduzir a demonstração euclidiana aqui em detalhes,<sup>39</sup> podemos resumi-la do seguinte modo: primeiramente desenha-se o triângulo ABC, depois prolonga-se a reta BC em CD e traça-se a reta EC paralela à AB; conseqüentemente, o ângulo ABC interior ao triângulo é igual ao ângulo ECD; e, segundo um teorema anteriormente demonstrado dos ângulos alternos, o ângulo BAC é igual ao ângulo ACE; então o ângulo ACD, é igual a soma dos dois ângulos internos opostos (BAC + ABC). Já o ângulo ACB é comum ao triângulo e à reta BD. Portanto, os ângulos ACD + ACB (que são formados por dois ângulos retos) são iguais aos três internos do triângulo (ABC + BCA + BAC). Assim, fica estabelecido que a soma dos três ângulos internos é igual a dois retos, ou seja,  $180^\circ$  (cf. CASANAVE, 2012, p. 682; EUCLIDES, 2009, p.122).

<sup>38</sup> Figura retirada do artigo de CASANAVE, 2012, p. 682.

<sup>39</sup> Essa demonstração é mencionada pelo próprio Kant em uma passagem bastante comentada da Doutrina do Método, cujo parágrafo começa do seguinte modo: “Suponhamos que se dê ao filósofo o conceito de um triângulo...” (*KrV*, A 716 / B 744).

O que gostaríamos de destacar com esse resumo da demonstração do teorema I.32 é que ela depende da construção da figura. É essa a vantagem da matemática que, na concepção de Kant, significa expor o objeto *in concreto* na intuição singular, o que é essencial para a demonstração de um teorema.

Já no caso da filosofia, afirma Kant, “a partir de conceitos *a priori*, contudo, (no conhecimento discursivo) nunca pode surgir uma certeza intuitiva, i. e., uma evidência, por mais que o juízo possa ser apoditicamente certo” (*KrV*, A 734 / B 762). Isso não significa que a filosofia não argumente através de provas; significa somente que a prova na filosofia é sempre discursiva,<sup>40</sup> ou seja, produzida através de meras palavras, que é também denominada de prova acromática<sup>41</sup> (cf. *KrV*, A 735 / B 763), pois “o filósofo considera o universal sempre *in abstracto* (por conceitos)” (*KrV*, A 734 / B 762).

Vemos, com isso, que a impossibilidade da filosofia empregar os três elementos essenciais da argumentação matemática explica-se por ela ser um procedimento meramente discursivo, em que nenhuma intuição pode servir de apoio. E que a matemática, por outro lado, possui a vantagem de poder assentar-se na intuição para investigar o próprio objeto de maneira concreta. Contudo, se a demonstração geométrica depende de figuras empíricas, o que realmente significa dizer que a matemática é a ciência da intuição pura do espaço e do tempo, e, conseqüentemente, como ocorre a formação de juízos sintéticos *a priori*, nessa ciência? Para compreender isso, investigaremos, na seção seguinte, como ocorre a construção de conceitos na matemática, e, conseqüentemente, como se estabelece o vínculo entre intuição e conceitos nessa ciência. Esta investigação visa esclarecer melhor qual a natureza da síntese operada nas ciências matemáticas, para, assim, compreendermos porque a filosofia possui uma síntese de outra natureza, em que alcança seus conhecimentos sintéticos através de um procedimento estritamente discursivo.

---

<sup>40</sup> O caráter simbólico da linguagem matemática em contraste com o caráter discursivo da filosofia é outro elemento que é mantido com relação ao método proposto na *Investigação*. (cf. *UD*, AA, 2: 278).

<sup>41</sup> A escolha da palavra acromática para designar a prova discursiva da filosofia é explicada por Seneda que esclarece o termo a partir da *Encyclopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie* de Georg Samuel Albert Mellin: “No verbete acromático, recorrendo aos verbos ver e ouvir, Mellin expressa isso de maneira exemplar, observando que ‘a palavra acromático é grega, e significa algo que pertence à audição. Nas provas acromáticas ouve-se (hört man) simplesmente o argumento, nas matemáticas, que por isso também se chamam intuitivas (pertencentes à visão), se as vê (sieht man) na construção’ (Mellin, 1797, p. 69, Bd. I)” (cf. SENEDA, 2018, p.51).

### 1.2.3 Construção de conceitos matemáticos: construção simbólica e construção geométrica

A fim de compreendermos o caráter sintético e *a priori* do método matemático, é necessário compreendermos como ocorre a própria atividade de construção de conceitos. Nas seções anteriores, embora tenhamos esclarecido pontos importantes da caracterização do método matemático, não chegamos ainda a tornar compreensível como ocorre a construção propriamente e, com isso, como é estabelecida a conexão entre conceito e intuição nas ciências matemáticas. Na seguinte passagem da *Disciplina da Razão Pura*, a construção do conceito de triângulo é descrita do seguinte modo:

Eu construo um triângulo, assim, expondo o objeto correspondente a esse conceito por meio da mera imaginação na intuição pura, ou, de acordo com esta, também sobre o papel na intuição empírica, mas em ambos os casos inteiramente *a priori* sem ter extraído o modelo para isso de experiência alguma. A figura singular desenhada é empírica, mas serve para exprimir o conceito a despeito da universalidade deste, pois nessa intuição empírica só se tem em vista a *ação de construção do conceito*, em que muitas determinações, como a extensão, os lados do triângulo, são irrelevantes e, portanto, faz-se abstração dessas diferenças que não modificam o conceito do triângulo (*KrV*, A 713-714 / B 741-742, grifos nossos).

Segundo essa passagem, a construção consiste, em seu aspecto geral, na exposição de um objeto correspondente a um conceito na intuição pura ou na empírica por meio da imaginação; mas sem precisar *derivar* nenhum conhecimento da experiência. Aqui cabem duas indagações: em primeiro lugar, apesar de explicitar que a figura desenhada é empírica, mas a própria construção é *a priori*, essa passagem não esclarece como a construção de conceitos torna possível essa relação entre o empírico e o *a priori* na figura geométrica; em segundo lugar, a citação acima trata apenas, através de um exemplo, da construção de conceitos na figura geométrica, mas a álgebra e aritmética não possuem figuras. Com relação a essas duas ciências existe uma construção própria denominada construção característica (ou simbólica), que também se assenta na intuição pura. Sobre esse tipo de construção, afirma Kant:

Mesmo o procedimento da álgebra, com as equações a partir das quais ela produz, por redução, a verdade juntamente com a prova, não é de fato geométrico, mas é uma construção característica, em que, através dos sinais, os conceitos - sobretudo aquele da relação das quantidades - são expostos na intuição e, sem nunca recorrer-se a elementos heurísticos, as inferências são asseguradas contra os erros na medida em que cada uma delas é posta diante dos olhos. (*KrV*, A 734 / B 762).

Portanto, a diferença entre o método da geometria com o método da aritmética (e álgebra) se deve a dois tipos de construções tratadas na *Crítica da Razão Pura*: a construção geométrica (ou ostensiva) e a construção característica (ou simbólica). Trataremos a seguir de

ambas as construções separadamente a fim de compreendermos a diferença entre ambas e como cada uma permite que a matemática formule juízos sintéticos *a priori* através da intuição. O objetivo dessa investigação é compararmos o procedimento da construção de conceitos, próprio da matemática, com a síntese transcendental por conceitos, própria da filosofia, a fim de compreendermos porque esta última não pode contar com a intuição pura para chegar em seus conhecimentos sintéticos e *a priori*.

Em primeiro lugar, trataremos da geometria. Ora, a questão colocada acima pontuou uma dificuldade para compreendermos a construção geométrica, isto é, como, nesse tipo de construção, apesar do recurso empírico da figura, seu caráter *a priori* e universal é mantido? Para respondermos isso é necessário recorrermos a uma passagem do esquematismo que trata do esquema do conceito de triângulo:

Nenhuma imagem seria jamais adequada, de fato, ao conceito de um triângulo em geral. Pois ela não alcançaria a universalidade do conceito, que faz com que ele valha para todos, sejam eles retângulos, oblíquos, etc., mas estaria sempre limitada a uma parte dessas esferas. O esquema do triângulo não pode existir senão no pensamento, e significa uma regra da síntese da imaginação em relação a figuras puras no espaço. (*KrV*, A 141 / B 180).

Vemos, com isso, que a imagem empírica de um triângulo, desenhada pelo matemático na construção do conceito, têm por fundamento o esquema puro do triângulo; mas essa figura particular desenhada, assim como qualquer outra figura empírica, não pode representar adequadamente um esquema, pois ele constitui somente “uma *regra* da síntese da imaginação em relação à figuras puras no *espaço*.” Nós não poderíamos ter acesso à essa figura pura do triângulo no espaço, pois, como declara Kant na sequência: “Este esquematismo de nosso entendimento, em relação aos fenômenos e sua mera forma, é uma arte oculta nas profundezas da alma humana, cujas verdadeiras operações dificilmente conseguiremos decifrar na natureza” (*KrV*, A 141 / B 180), e que o máximo que se pode dizer é que “o esquema dos conceitos sensíveis (como das figuras no espaço) é um produto e como que um monograma da intuição pura *a priori*, por meio do qual e segundo o qual as imagens se tornam primeiramente possíveis.” (*KrV*, A 141 / B 180).

Isso nos ajuda a começar a esclarecer, ao menos em linhas gerais, a questão colocada acima sobre como conciliar que a construção de um conceito *a priori* dependa de uma figura empírica. A própria Disciplina da Razão Pura afirma que na construção geométrica “eu introduzo na intuição pura, do mesmo modo como em uma empírica, o diverso que pertence *ao esquema* do triângulo em geral, portanto a seu conceito” (*KrV*, A 718 / B 746, grifo nosso).

É importante destacarmos dessa passagem que a Disciplina da Razão Pura menciona o esquematismo. É, portanto, através dele que se torna possível o vínculo entre a intuição pura do espaço e um conceito geométrico.

Entretanto, se, por um lado, a geometria é a ciência pura do espaço, e a construção geométrica considera o espaço como seu modelo a partir do qual as figuras geométricas são construídas; por outro lado, como muitos teóricos do assunto observam, a aritmética não é a ciência do tempo no mesmo sentido em que a geometria é a ciência do espaço (cf. FRIEDMAN, 2012, p.105). Isso pode ser notado já na Estética Transcendental, pois a “Exposição Transcendental do Conceito de Espaço” (§3), se refere à geometria como a ciência pura do espaço (cf. *KrV*, A25/B40-41), ao passo que a “Exposição Transcendental do Conceito de Tempo” (§5), não menciona a aritmética, diferentemente, Kant se refere à ‘doutrina geral do movimento’ como a ciência sintética *a priori* cuja possibilidade depende da intuição pura do tempo (*KrV*, A 32 / B 49).<sup>42</sup>

O motivo pelo qual a ciência do tempo não pode ser a aritmética, segundo Friedman, é porque a construção de um conceito numérico depende da noção de uma unidade distinta, e o tempo por si só, assim como o espaço, não são capazes de fornecer essa noção. Sobre isso, o comentador afirma:

Nem o espaço, nem qualquer linha no espaço vem equipado com uma unidade distinta. Assim, enquanto a intuição pura do espaço pode, de fato, ser considerada como um modelo para a geometria euclidiana (que, por si mesma, não postula uma unidade distinta, é claro), nem a intuição pura do tempo nem a intuição pura do espaço podem ser consideradas como modelos para a aritmética. (FRIEDMAN, p. 105-106, tradução nossa).

Não pretendemos aqui investigar a origem do conceito de unidade e, conseqüentemente, a origem do conceito de número,<sup>43</sup> mas somente compreender em que medida a aritmética se relaciona com o tempo, apesar de não ser a ciência do tempo propriamente. No *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*, temos a seguinte passagem que nos ajuda a compreender esse ponto:

A geometria toma por fundamento a intuição pura do espaço. A aritmética forma ela própria os seus conceitos de número pela adição sucessiva das unidades no tempo, e especialmente a mecânica pura só pode formar os seus conceitos de movimento mediante a representação do tempo. (*Prol*, AA 04: 53).

---

<sup>42</sup> Esse espelhamento entre geometria (ciência do espaço) e doutrina do movimento (ciência do tempo) também pode ser encontrado na *Dissertação Inaugural* (§12) e no *Prolegômenos* (§10). Nesses textos, Kant se refere à ‘doutrina do movimento’ como a ‘mecânica pura’.

<sup>43</sup> Para uma compreensão da gênese dos conceitos numéricos segundo Kant, cf. FRIEDMAN, p.105-107.

Ou seja, embora a mecânica pura seja a ciência do tempo propriamente (pois ela depende apenas da representação do tempo para formar o conceito de movimento), a aritmética depende da intuição pura do tempo para realizar “a adição sucessiva das unidades”. Desse modo, apesar de ser inicialmente atraente pensarmos que a diferença entre a geometria e a aritmética consiste em que a primeira é a ciência do espaço, enquanto que a segunda é a ciência do tempo, vimos que a ciência do tempo é a mecânica pura. A seguinte passagem mostra que a diferença entre a geometria e a álgebra encontra-se mais especialmente na concepção de quantidade que cada uma das duas ciências opera:

A matemática não constrói apenas quantidades [Größen] (*quanta*), como na geometria, mas também a própria quantidade [Größe] (*quantitatem*), como na álgebra, em que se faz completa abstração da constituição do objeto que deve ser pensado segundo tal conceito de grandeza. Ela escolhe então uma determinada notação para todas as construções de quantidades em geral (números), como a adição, a subtração, etc., a extração de raiz; e, depois de ter caracterizado também o conceito universal de quantidades segundo as diferentes relações entre estas, ela expõe na intuição, de acordo com determinadas regras universais, todas as operações que são suscitadas e modificadas pela quantidade. Onde uma quantidade deve ser dividida por outra, ela reúne os caracteres de ambas segundo a forma caracterizada da divisão, etc., e chega assim, por meio de uma construção simbólica, tão longe quanto a geometria por meio de uma construção ostensiva ou geométrica (dos próprios objetos). (*KrV*, A 717 / B 745).

Segundo essa passagem, a distinção entre *quanta* e *quantitatem* diz respeito à distinção entre construção ostensiva (ou geométrica) e construção simbólica (ou característica). É certo que Kant aqui se refere à álgebra, porém, o que importa para nós é que tanto álgebra quanto aritmética empregam o mesmo tipo de construção.<sup>44</sup> A *quantitatem*, obtida pela construção simbólica, caracteriza-se como a quantidade em geral, em que se *abstrai completamente da constituição do objeto*; enquanto que o *quanta*, ou seja, a quantidade obtida pela construção geométrica, caracteriza-se como as grandezas dos próprios objetos geométricos. Isso significa que a quantidade na geometria diz respeito à própria dimensão das figuras geométricas, enquanto que a quantidade na aritmética e álgebra constitui a noção geral de grandeza, ou seja, as grandezas numéricas abstratas. (cf. FRIEDMAN, 1992, p. 112).

---

<sup>44</sup> Não trataremos aqui da questão acerca da distinção entre aritmética e álgebra, cabe destacar que ambas empregam o mesmo tipo de construção. Sobre isso, Friedman comente: “Embora Kant menciona a álgebra, e não a aritmética na passagem acima, é como se tanto a álgebra quanto a aritmética fossem incluídas sob a construção característica ou simbólica. Pois a distinção inicial entre *quanta* e *quantidade* está, como nós vimos, também especificamente relacionada à aritmética, segundo Kant. Mais adiante, na passagem acima, o próprio Kant explicitamente menciona os números [*Zahlen*]. Por fim, existem algumas passagens onde a álgebra e a aritmética são associadas. Assim, na carta à Schultz, o primeiro exemplo de Kant de uma ciência matemática é a ‘aritmética geral (álgebra)’ (555.10). E no §2 da Primeira Reflexão da *Investigação*, Kant refere-se à ‘aritmética, tanto a aritmética geral das grandezas indeterminadas e a dos números - onde a razão da grandeza à unidade é indeterminada’ (2,278.18-19). Então a álgebra aparece como um tipo de aritmética: ‘a aritmética geral das grandezas indeterminadas.’” (FRIEDMAN, 1992, p. 108, tradução nossa).



Nessa concepção, aritmética e álgebra não são entendidas como ciências que possuem um domínio próprio de objetos, tal como entende-se hoje como sendo as ciências que tratam dos números inteiros, reais, racionais, por exemplo. Portanto, nesse sentido, apenas a geometria possui um domínio próprio de objetos, que são as figuras geométricas; enquanto que a aritmética e álgebra são entendidas como técnicas de cálculos para resolver determinados problemas. (cf. FRIEDMAN, 1992, p. 113). Por exemplo, se na geometria calculamos a diagonal de um quadrado a partir da medida dos lados, ou seja, as grandezas obtidas são sempre aplicadas à um objeto específico; na aritmética e álgebra nós não assumimos nada sobre a natureza ou existência de objetos, somente oferecemos operações: como adição, subtração, extração de raízes, potenciação, etc.

Ainda que a aritmética e a álgebra não se apliquem a um domínio específico de objetos, mas forneçam apenas as regras abstratas para calcular grandezas, como já mostrado acima, isso não significa que essas duas ciências sejam independentes da intuição pura do tempo. O elemento temporal na construção simbólica está na própria construção da quantidade (*quantitatem*), naquilo que Kant denomina de “esquema puro da quantidade”:

O esquema puro da *quantidade*, porém, como um conceito do entendimento, é o *número*, uma representação que reúne a adição sucessiva de um a um (homogêneo). O número não é senão, pois, a unidade da síntese do diverso de uma intuição homogênea em geral, pelo fato de que eu produzo o próprio tempo na apreensão da intuição. (*KrV*, A 142-143 / B 182).

Apesar da complexidade dessa passagem, ela esclarece que o caráter temporal da aritmética, e conseqüentemente da álgebra,<sup>45</sup> se encontra, portanto, na ação de enumeração sucessiva, ou seja, na atividade de construir um número através do esquema da quantidade.<sup>46</sup> Isso significa que ambas as ciências (álgebra e aritmética) só se tornam possíveis a partir da série numérica (que nós atualmente denominamos de conjunto dos números naturais); e que essa série, segundo a teoria da construção matemática elaborada na primeira *Crítica*, só pode

---

<sup>45</sup> Segundo Friedman, a construção dos números irracionais, que é tema da álgebra, baseia-se também na adição sucessiva da unidade na intuição pura, pois a série dos números naturais é o que fundamenta a construção de qualquer grandeza numérica, seja racional ou irracional. Sobre isso o autor comenta: “Assim, o fato de que a irracionalidade da raiz quadrada de dois, que é presumidamente um fato da aritmética *pura*, é em si mesmo baseado na enumeração sucessiva e, portanto, no tempo. Deixando de lado a questão relativa à validade objetiva da raiz quadrada de *a* (como mostrado pela construção geométrica, por exemplo), a intuição pura do tempo é, portanto, condição necessária para determinar qualquer raiz de um número racional ou irracional.” (FRIEDMAN, 1992, p. 115, tradução nossa)

<sup>46</sup> Segundo Parsons, o caráter necessariamente temporal da aritmética, defendida por Kant, justifica-se porque os recursos lógicos disponíveis em sua época não possibilitavam a fundamentação da série numérica em termos estritamente lógicos: “iteração finita é uma contrapartida abstrata da noção de repetição sucessiva. Mas descrever isso em termos abstratos estava muito além dos recursos lógicos e matemáticos de Kant e seus contemporâneos; essa tarefa foi realizada somente em 1880 por Frege e Dedekind” (PARSONS, “Arithmetic and Categories”, p. 63, tradução nossa).

ser representada através da progressão temporal, ou seja, da adição sucessiva da unidade à unidade na intuição pura do tempo.

Por outro lado, - assim como no caso da construção dos objetos geométricos, que dependem da figura particular desenhada empiricamente - a adição sucessiva também depende de recursos externos à própria teoria da aritmética: como no exemplo em que somamos  $7+5$  e recorremos ao auxílio dos cinco dedos da mão ou de cinco pontos (*KrV*, B 15-16). Embora a contagem de cinco mais sete dependa do recurso empírico dos dedos ou dos pontos geométricos, o caráter *a priori* e exclusivamente temporal da enumeração é mantido, pois o que está no fundamento de qualquer enumeração é o esquema puro da quantidade. Isso quer dizer que o esquema correspondente a um determinado número  $x$  não consiste em um agregado de  $x$  objetos, mas no *procedimento* da enumeração sucessiva.

Resumidamente, vimos que a construção geométrica constrói figuras tendo por fundamento o esquematismo das figuras geométricas puras no espaço; e que a construção simbólica constrói os conceitos numéricos e realiza as operações da aritmética tendo por fundamento o esquema puro da quantidade na sucessão temporal. Mas é importante notar que a construção geométrica também depende da série temporal, pois, como mostra Friedman, construir um conceito (tanto na geometria quanto na aritmética e álgebra) significa poder obtê-lo através de um procedimento repetitivo em um número finito de passos:

Esse último ponto é de uma importância considerável, eu acredito, pois, que ele [Kant] mostra que tanto a geometria quanto a álgebra e a aritmética envolvem de modo central uma progressão sucessiva ou iteração repetitiva. Em particular, a axiomatização euclidiana está baseada nas três operações iniciais, dadas pelos postulados 1, 2 e 3: (i) desenhando um segmento de linha conectando dois pontos dados, (ii) estendendo um segmento de linha por qualquer segmento de linha dado, (iii) desenhando um círculo com qualquer ponto dado como centro e qualquer segmento de linha dado como raio. Podemos, então, iterar ou repetir sucessivamente as operações (i), (ii) e (iii), em qualquer número finito de tempos (e em qualquer ordem), e esse procedimento gera todos os objetos exigidos para a geometria euclidiana: ou seja, ser um objeto da geometria euclidiana é justamente ser construído por meio das operações (i), (ii) e (iii) em um número finito de passos. Portanto, a “construção geométrica ou ostensiva” é baseada em uma progressão sucessiva tanto quanto a construção “simbólica” ou “característica”, comum à álgebra e aritmética (FRIEDMAN, 1992, p. 118-119, tradução nossa).

É justamente isso que gostaríamos de destacar acerca da semelhança entre os dois tipos de construção, e, conseqüentemente, da noção geral de construção matemática, a saber: dizer que um conceito pode ser construído é dizer que podemos chegar ao conceito de modo unívoco a partir de uma série de passos pré-estabelecida, essa série de passos, por sua vez, precisa sempre ser executada dentro da intuição pura do tempo, pois o tempo é “a condição

formal de todas as séries” (*KrV*, A 411 / B 438). E, embora o tempo não forneça os próprios objetos em que as grandezas calculadas pela aritmética e álgebra se apliquem, ele é essencial para tornar essas ciências possíveis em primeiro lugar. Do mesmo modo, apesar da geometria ser a ciência do espaço, pois constrói seus conceitos *a priori* na forma pura do espaço, a construção dos conceitos geométricos depende também da série temporal.<sup>47</sup>

A construção de um conceito matemático, consiste, em termos gerais, nesse procedimento em que eu engendo o conceito do objeto. No caso da geometria, eu represento o conceito geral de um triângulo por meio de uma figura particular, que, embora não possua a universalidade que somente o esquema pode possuir, possui a universalidade da operação ou do raciocínio da construção do triângulo, que pode ser sempre reproduzida. A universalidade, portanto, está na operação da construção (ou melhor, nas regras que determinam essa operação), cujo fundamento é o esquema puro do triângulo. No caso dos conceitos da aritmética, eu posso sempre reproduzir uma operação ou raciocínio de soma (por exemplo  $7+5=12$ ) tendo por fundamento o esquema puro da quantidade, e eu chegarei sempre no mesmo resultado pois o procedimento é *a priori* e universal. “É precisamente no esquema, tanto geométrico quanto aritmético, que a conexão peculiar entre conceitos matemáticos e intuição pura ocorre”, afirma Friedman. (FRIEDMAN, 1992, p. 125).

Por outro lado, dizer que os conceitos da filosofia não são passíveis de construção significa que eu não posso engendrar um conceito filosófico através de uma síntese na série temporal. Simplificadamente, isso significa dizer que eu não posso chegar a um conceito do entendimento - ou a nenhum conceito filosófico - por um passo a passo pré-estabelecido. Os conceitos filosóficos, segundo a *Crítica da Razão Pura*, são *dados* pela própria natureza das faculdades humanas, e, por não poderem ser construídos na intuição, não possuem a mesma evidência que os conceitos matemáticos. (cf. *KrV*, A 734 / B 792; A 729 / B 757).

Essa é, pois, a caracterização do método de construção de conceitos que gostaríamos de destacar, a fim de compreendermos por que a filosofia não pode empregar tal método, e, desse modo, por que o tipo de prova das proposições sintéticas e *a priori* da filosofia é essencialmente diferente das demonstrações matemáticas. A seguir, pretendemos

---

<sup>47</sup> Isso é corroborado pela passagem dos Axiomas da Intuição, em que Kant afirma: “Não posso representar-me nenhuma linha, por menor que seja, sem traçá-la no pensamento, i. e., engendrar [erzeugen] todas as partes a partir de um ponto, *uma após a outra*, e assim esboçar pela primeira vez essa intuição. [...] Nessa síntese sucessiva da imaginação produtiva na produção de figuras está fundada a matemática da extensão (geometria) com os seus axiomas, que exprimem *a priori* as únicas condições da intuição sensível sob as quais pode produzir-se o esquema de um conceito puro do fenômeno externo” (*KrV*, A 163 / B 203-204, grifo nosso).

compreender como Kant caracteriza o método transcendental de síntese por conceitos próprio da filosofia, a fim de esclarecer como é possível que a filosofia chegue a um conhecimento sintético e *a priori* em suas provas - exigência de toda ciência teórica da razão - mesmo sem poder construir seus conceitos na intuição pura.

#### 1.2.4 O método de prova na filosofia transcendental

Apesar de recusar o emprego do método demonstrativo da matemática, Kant não deixa de propor um método de prova sintético para a filosofia, o que é feito em uma seção denominada Disciplina da Razão Pura com Relação às suas Provas. Essa seção se inicia com a seguinte passagem:

As provas das proposições transcendentais e sintéticas têm em si, entre todas as provas de um conhecimento sintético *a priori* a propriedade de que a razão não pode nelas, através de seus conceitos, dirigir-se diretamente ao objeto, mas tem de estabelecer antes, *a priori*, a *validade objetiva* dos conceitos e a *possibilidade da síntese* dos mesmos (*KrV*, A 782 / B 810, grifos nossos).

Essa passagem mostra o primeiro ponto essencial desse método de prova, a saber, que nesse tipo de síntese não há relação entre conceito e objeto, o que só seria possível por intermédio da intuição. Diferente de uma síntese intuitiva, na síntese por conceitos a razão *antes* estabelece a validade objetiva e a possibilidade de síntese dos conceitos. “Isto não é somente algo como uma regra necessária de prudência, mas diz respeito à essência [Wesen] e à possibilidade da prova mesma [Möglichkeit der Beweise selbst]”, afirma Kant na sequência (*KrV*, A 782 / B 810). A possibilidade da prova transcendental e sintética, portanto, depende do argumento *prévio* que estabelece de modo *a priori* a validade objetiva dos conceitos do qual a prova parte. Na sequência temos:

Se devo ir além, *a priori*, do conceito de um objeto, isto é impossível sem um *fio condutor* particular encontrável *fora desse conceito*. Na matemática é a intuição *a priori* que conduz a minha síntese, e todas as inferências podem, nela, ser efetuadas imediatamente na intuição pura. No conhecimento transcendental que *se ocupa apenas dos conceitos do entendimento* esse fio é a *experiência possível* [mögliche Erfahrung] (*KrV*, A 782-783 / B 810-811, grifos nossos).

Aqui é apresentado o segundo ponto essencial da síntese discursiva: que o seu fio condutor não é a intuição pura, como na matemática, mas a *experiência possível*. É preciso também destacar outro elemento presente nesse excerto: que o conhecimento transcendental se ocupa apenas dos conceitos do entendimento. Como vimos, é preciso primeiro estabelecer a validade objetiva e, com isso, garantir a possibilidade de síntese desses conceitos. Contudo,

é difícil compreender como a experiência possível, e não a intuição pura, pode servir como fio condutor de uma síntese *a priori*. A sequência dessa passagem nos ajuda a esclarecer isso melhor:

A prova não mostra, com efeito, que o conceito dado (daquilo que acontece, por exemplo) conduza diretamente a um outro conceito (aquele de uma causa), pois semelhante passagem seria um salto que não se poderia justificar; mas ela mostra que a própria experiência, portanto o objeto da experiência, seria impossível sem tal conexão (*KrV*, A 783 / B 811).

Assim, na prova transcendental um conceito não conduz *diretamente* ao outro, o que é próprio da análise de conceitos; por exemplo, a prova de que aquilo que acontece tem uma causa não pode ser obtida por decomposição do conceito daquilo que acontece. Diferentemente, a prova sintética da filosofia deve mostrar de modo *a priori* que a própria experiência é impossível sem a conexão de causalidade.

Até agora é possível concluir que há dois passos essenciais no método de prova de síntese discursiva.<sup>48</sup> Quanto ao primeiro passo, ele consiste em estabelecer a *validade objetiva* dos conceitos e a possibilidade da síntese dos mesmos. Trata-se aqui exclusivamente dos conceitos do entendimento, e a própria possibilidade da prova [Möglichkeit der Beweise selbst] depende desse argumento prévio. O significado e a necessidade de se estabelecer a validade objetiva de conceitos, Kant explica no início da Analítica Transcendental:

Com pouco esforço nós pudemos acima tornar compreensível, relativamente aos conceitos de espaço e tempo, como eles, enquanto conhecimentos *a priori*, têm apesar disso de *referir-se necessariamente a objetos* e tornam possível um conhecimento sintético [...]. As categorias do entendimento, por outro lado, não nos representam de forma alguma as condições sob as quais os objetos são dados na intuição. [...] Mostra-se aqui uma dificuldade, pois, que não encontrávamos no campo da sensibilidade, a saber, como as *condições subjetivas do pensamento* deveriam ter *validade objetiva*, i.e., fornecer condições de possibilidade de qualquer conhecimento de objetos (*KrV*, A 89-90 / B 121-122).

O argumento que deve estabelecer a validade objetiva dos conceitos do entendimento, portanto, deve mostrar que as categorias possuem referência *a priori* a objetos, e, conseqüentemente, possuem as condições de possibilidade do conhecimento de objetos. Isso é

---

<sup>48</sup> É importante distinguir a presente interpretação, segundo a qual Kant teria realizado uma prova em duas etapas na Analítica Transcendental, da tese bastante conhecida de Dieter Henrich, que divide o argumento da Dedução Transcendental em dois passos (cf. Henrich, “The Proof-Structure of Kant’s Transcendental Deduction”, pp. 67-68). Os dois passos aos quais nos referimos, como veremos a seguir, se situam: o primeiro na Dedução Transcendental da Analítica dos Conceitos e o segundo na prova dos Princípios do Entendimento da Analítica dos Princípios. Por outro lado, a tese de Henrich se direciona exclusivamente ao procedimento de prova da Dedução Transcendental. Além disso, a presente interpretação não se opõe nem concorda com a tese de Henrich. Pois tratamos de outra questão que diz respeito à relação entre a Analítica dos Conceitos e Analítica dos Princípios, e, conseqüentemente, ao curso geral do argumento da Analítica Transcendental que possui como finalidade provar as condições subjetivas da experiência possível.

necessário no caso dos conceitos do entendimento, pois eles não são intuições dadas pela sensibilidade. Com relação aos conceitos de espaço e tempo, por outro lado, pode-se tornar compreensível com *pouco esforço*, diz Kant, como eles têm “de *referir-se necessariamente a objetos* e tornam possível um conhecimento sintético” (*KrV*, A 89/ B 121). O argumento que deve mostrar a validade objetiva das categorias, encontra-se, por sua vez, na dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento (cf. A 93-94 / B 126-127).

O segundo passo desse método de prova é a síntese propriamente, que possui como fio condutor a experiência possível. Embora ainda não possamos esclarecer como ocorre a síntese por conceitos, é possível agora compreendermos melhor por que Kant, ao diferenciar o método de síntese por conceitos do método de construção de conceitos, afirma que o primeiro método não conta com nenhuma intuição, mas contém somente a síntese de intuições empíricas possíveis (cf. *KrV*, A 722 / B 750). Ora, vimos logo acima o exemplo da prova de uma proposição transcendental: a proposição de que tudo que acontece têm sua causa, essa prova deve mostrar que a experiência só é possível sob a regra da conexão de causalidade; e que para provar isso não é necessário nenhuma intuição como fio condutor, mas a própria *experiência possível*. É curioso, contudo, que a prova de uma lei fundamental e *a priori* da experiência dependa da própria experiência possível como fio condutor.

A própria Disciplina da Razão Pura confirma a peculiaridade desse tipo de síntese, ao declarar que a proposição *tudo que acontece tem sua causa* “tem a peculiar propriedade de tornar primeiramente possível a sua própria demonstração, a saber, a experiência, e nesta tem de ser sempre pressuposta” (*KrV*, A 737 / B 765). No entanto, a pressuposição da experiência não é a pressuposição de uma intuição empírica, mas das *condições gerais* da experiência, como parece indicar a seguinte passagem da Dialética Transcendental que trata dos princípios do entendimento:

Se, contudo, considerarmos esses princípios do entendimento puro em si mesmos, segundo sua origem, então eles são tudo menos conhecimentos a partir de conceitos. Pois eles não seriam sequer possíveis *a priori* se não fizéssemos intervir a intuição pura (na matemática) ou as *condições de uma experiência possível em geral*. Que tudo que acontece tem uma causa não pode, de modo algum, ser deduzido do conceito daquilo que acontece em geral; o princípio mostra antes como se poderia, antes de tudo, obter daquilo que acontece um conceito empírico determinado (*KrV*, A 301 / B 357, grifo nosso).

O que podemos inferir a partir dessas passagens, por ora, é somente que as proposições transcendentais contém as leis *a priori* e universais da experiência enquanto fenômeno, mas que para poder prová-las é necessário pressupor as próprias condições gerais da experiência

possível. Ao estabelecer a segunda regra das proposições transcendentais, Kant trata desse exemplo da prova do princípio de causalidade e afirma que toda *proposição transcendental* parte de um único *conceito* e “*enuncia a condição do objeto segundo esse conceito*” (*KrV*, A 788 / B 816, grifo nosso). E na sequência:

Na analítica transcendental, por exemplo, nós havíamos derivado o princípio “tudo que acontece tem sua causa” da única condição de possibilidade objetiva de um conceito daquilo que em geral acontece: que a determinação de um acontecimento no tempo - e, portanto, esse acontecimento mesmo enquanto pertencente à experiência - seria impossível se não estivesse sob uma regra dinâmica. (*KrV*, A 788 / B 816).

Ou seja, a prova do princípio de causalidade parte do conceito daquilo que em geral acontece e não decompõe esse conceito, mas estabelece uma síntese a partir da relação desse conceito com a “determinação de um acontecimento no tempo”. Isso mostra que as proposições transcendentais, embora não sejam intuitivas no mesmo sentido que as proposições matemáticas, não são independentes das condições da temporalidade pura. Estamos em uma posição melhor para compreendermos isso agora, pois se o fio condutor da síntese por conceitos é a experiência possível, e se toda experiência ocorre no tempo, as proposições transcendentais não poderiam ser independentes das condições da temporalidade; mas o tempo aqui é considerado como condição da experiência e não como intuição pura como na matemática.

Para concluir, gostaríamos de relacionar esses dois passos do método de prova às duas seções da Analítica Transcendental. O primeiro passo, que deve estabelecer a validade objetiva dos conceitos do entendimento, encontra-se na Dedução Transcendental da Analítica dos Conceitos. Já a prova das proposições transcendentais propriamente, segundo o que as passagens acima parecem indicar, encontram-se na prova dos princípios do entendimento puro. Ora, a prova do princípio de causalidade mencionado em A 788 / B 816 parece referir-se à segunda analogia da experiência: “o princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade”; e na própria Doutrina do Método Kant declara: “Como demonstram os *princípios do entendimento* que antecipam a experiência, nós estamos realmente em posse de um conhecimento sintético *a priori*” (*KrV*, A 762 / B 790, grifo nosso). Portanto, temos que o método de prova da filosofia transcendental depende primeiro do argumento situado na Dedução Transcendental, que estabelece a validade objetiva dos conceitos do entendimento; e depois da prova dos princípios do entendimento, onde os juízos sintéticos são obtidos pelo fio condutor da experiência possível.

### 1.3 Conclusão geral do capítulo

Ao compararmos a distinção entre método filosófico e método matemático e a consequente caracterização do primeiro no período pré-crítico e no período crítico é notável algumas semelhanças entre ambos. Na primeira seção deste capítulo, vimos que Kant já se preocupava com a questão relativa ao método e na busca de um procedimento científico para a metafísica; opondo-se ao procedimento própria da metafísica dogmática que, ao tentar imitar o método matemático, enveredou a filosofia por um caminho não científico. Essa recusa da implementação do método da matemática na filosofia foi mantida por Kant no período crítico e constitui o ponto central da semelhança entre a *Investigação* de 64 e a *Disciplina da Razão Pura*. Entretanto, não somente em seu aspecto mais geral, mas em diversos pontos específicos as semelhanças entre ambos os textos podem ser notadas.<sup>49</sup>

No que diz respeito às definições, na *Investigação de 64* Kant defende que a matemática obtém as definições de seus conceitos por uma síntese arbitrária, e que com isso compõe conceitos complexos a partir de conceitos mais elementares. Já a filosofia segue o caminho contrário e obtém suas definições por análise que visa esclarecer conceitos dados. Na primeira *Crítica*, Kant afirma algo muito parecido, a saber, que os conceitos da matemática são concebidos de modo *a priori* através de uma *síntese arbitrária*, o que significa que somente a matemática possui definições em um sentido rigoroso. Contudo, o que é novo no período crítico, é que a síntese *a priori* da matemática só é possível uma vez que possui por fundamento a intuição pura do espaço e do tempo. Quanto à filosofia, na *Disciplina da Razão Pura* Kant também atribui ao trabalho do filósofo a *decomposição analítica de conceitos dados*. Paralelamente, em ambos os períodos está presente a dualidade: conceitos dados (filosofia) / conceitos feitos (matemática). Não obstante essa semelhança, no período crítico a importância da caracterização da filosofia como análise de conceitos não é mais central como na *Investigação*. Sobre isso, Casanave comenta: “Ora, vale a pena lembrar que se a tarefa da filosofia na *Investigação* chega a ser caracterizada como aclaração conceitual, a análise por desmembramento ocupa um lugar completamente periférico na CRP.” (CASANAVE, 2012, p.687).

---

<sup>49</sup> Essas semelhanças são confirmadas por Seneda (2018, p. 50), por Figueiredo (2005, p. 20) e por Caimi (2012, p. 07).



Outro elemento comum que encontramos em ambos os períodos diz respeito à natureza da linguagem própria de cada uma das duas ciências. Como vimos, na *Investigação* Kant defende que a matemática considera o universal *in concreto*, uma vez que seus sinais (as figuras geométricas e os símbolos aritméticos) possuem neles mesmos propriedades do conceito designado; e que a filosofia, por outro lado, considera o universal sempre *in abstracto*, pois utiliza somente palavras da linguagem corrente. De modo muito semelhante, na primeira *Crítica*, ao justificar a impossibilidade da filosofia realizar demonstrações como faz a matemática, Kant esclarece que as demonstrações matemáticas são sempre intuitivas, pois desenvolvem-se na própria figura do objeto geométrico ou nos próprios símbolos aritméticos (números, sinais de adição, divisão, etc); mas que a prova filosófica é uma prova somente por conceitos, pois não possui a vantagem dos recursos intuitivos da matemática. No entanto, apesar da semelhança dos dois períodos no tocante a esse ponto, no período crítico também é a intuição pura que fundamenta a natureza concreta da linguagem matemática; tese que ainda não havia sido formulada no período pré-crítico.

Dado isso, podemos extrair como conclusão geral do capítulo que apesar das diversas semelhanças entre a *Investigação* e a Disciplina da Razão Pura, os dois textos possuem uma diferença fundamental no que diz respeito à proposta de método para a filosofia.<sup>50</sup> No texto pré-crítico Kant propõe que a filosofia deve partir de uma *experiência interior segura*, o que significa uma consciência imediata do objeto, para extrair, a partir disso, certas notas características evidentes do conceito. Diferentemente, no método proposto para a filosofia no período crítico a razão não pode se dirigir diretamente ao objeto. Esse método, em conformidade com a limitação do conhecimento científico estabelecida na primeira *Crítica*, investiga de que modo os conceitos da filosofia contêm as condições *a priori* de toda experiência. Nessa investigação a razão visa obter princípios sintéticos *a priori* cujo fio condutor não é a intuição pura, mas a própria experiência possível. Como compreender essa síntese não intuitiva?

A Dedução Transcendental é um ponto estratégico do argumento crítico para estabelecer os limites do conhecimento humano; sendo assim, a dedução das categorias irá estabelecer a

---

<sup>50</sup> Nesse ponto, nossa leitura se contrapõe à de Caimi, defendida em seu artigo “Application of the Doctrine of Method in the critical examination of reason”. Nesse artigo, o comentador sustenta que o método proposto na *Investigação* é o mesmo proposto na Doutrina do Método, método tal que teria guiado Kant na elaboração da Doutrina dos Elementos: “Tudo parece indicar que nos é permitido interpretar a estrutura argumentativa do texto [*Crítica da Razão Pura*] como se ela estivesse organizada seguindo os passos do método formulado em 1762. Esse fato tem algumas consequências que não são meramente formais, mas envolvem também o conteúdo do trabalho.” (cf. CAIMI, 2012, p.11, tradução nossa).

*possibilidade de síntese* dos conceitos do entendimento e limitar o conhecimento teórico da razão ao domínio da experiência possível. A própria síntese contudo, só será obtida na prova dos princípios do entendimento na Analítica dos Princípios, o fio condutor de tal síntese - a experiência possível - contém as determinações das condições gerais da experiência, e visa universalizar as regras do entendimento para todos os fenômenos em geral. Assim, para compreender melhor esses dois pontos, pretendemos, nos próximos capítulos, investigar de que modo o método de prova proposto na Disciplina da Razão Pura é empregado por Kant na Analítica Transcendental.

## Capítulo 2 - A prova da validade objetiva das categorias na Dedução B

### Introdução

No capítulo anterior, analisamos a distinção entre o método matemático e filosófico realizada em dois períodos: no período pré-crítico e no crítico. Com relação a este último, nos atemos em mostrar como, ao diferenciar matemática e filosofia na Disciplina da Razão Pura, Kant caracteriza o método de prova da Analítica Transcendental como um método de síntese transcendental por conceitos. Vimos que tal método possui duas etapas principais. A primeira se encontra na Analítica dos Conceitos, é o argumento da Dedução Transcendental que visa provar a validade objetiva dos conceitos do entendimento. A segunda etapa se encontra na prova dos princípios do entendimento da Analítica dos Princípios, é onde temos as provas dos juízos sintéticos *a priori* nos princípios do entendimento puro (que será tema do capítulo 3). Desse modo, o nosso interesse em tratar da Dedução Transcendental neste capítulo não se encontra na Dedução por si só (como, por exemplo, aprofundar algum problema particular do argumento, ou defender alguma tese que visa responder algum problema do texto); diferentemente, a presente análise pretende apenas mostrar em concreto como Kant executa uma etapa do método proposto na Disciplina da Razão Pura.

Desse modo, nos contrapomos à leitura de que a Doutrina Transcendental do Método, em conformidade com o trabalho crítico de delimitação e determinação da possibilidade do conhecimento metafísico, trata exclusivamente de uma propedêutica do método a ser implementado em uma posterior metafísica reformulada pela *Crítica*. Tal leitura foi defendida por Martinez, que em seu artigo “El Tema de La Doctrina” afirma que Kant não oferece indicações metodológicas referentes à própria *Crítica da Razão Pura*, pois o capítulo constitui a parte que trata do método em uma investigação propedêutica acerca da possibilidade da metafísica (Cf. MARTINEZ, 2019, p.83), ou seja, nesse sentido a Doutrina do Método estaria somente propondo um método a ser posteriormente empregado, e não o método referente à Doutrina dos Elementos. Seu argumento, na esteira do que defende Gerd Irrlitz e Elfriede Conrad, propõe que a função da DTM é mostrar as condições exigidas para que um conjunto de conhecimento pertencente a uma ciência possua um caráter sistemático (Cf. Martinez, 2019, p.89). Apesar de não reproduzirmos aqui o argumento da autora, vale notar que, mesmo argumentando a favor do caráter propedêutico da DTM, ela reconhece que suas considerações

metodológicas possuem claras incidências na organização da “Doutrina dos Elementos” (Cf. MARTINEZ, 2019, p. 90).

Uma interpretação distinta à de Martinez é apresentada por Mario Caimi em seu artigo “Application of the Doctrine of Method in the Critical Examination of Reason”, no qual o autor argumenta que as etapas do método filosófico implicitamente formuladas na Doutrina Transcendental do Método são fielmente realizadas ao longo de toda a Doutrina dos Elementos. Caimi divide o método em seis etapas<sup>51</sup> que, segundo o comentador, foram formuladas por Kant ao longo da Doutrina do Método, e explica como cada uma das etapas é desenvolvida no primeiro capítulo.

Em consonância com essa interpretação, nossa leitura também defende que a DTM não é apenas uma propedêutica do método de uma metafísica futura, mas é empregada por Kant na primeira *Crítica*. Não obstante, a leitura de Caimi é bastante ampla, pois a partir de uma análise de toda a Doutrina do Método, o autor mapeia os momentos do desenvolvimento da Doutrina dos Elementos desde o Prefácio até a Dialética Transcendental. Diferentemente, a presente leitura irá se ater somente em uma seção da Doutrina do Método: a Disciplina da Razão Pura em Relação às suas Provas (que contém considerações acerca do *método de prova* proposto por Kant). Portanto, partindo da análise feita no final do capítulo anterior acerca do método de prova, procuramos mostrar como tal método é aplicado em dois momentos da Analítica Transcendental: a segunda parte da Dedução B (presente na Analítica dos Conceitos) e a prova dos princípios do entendimento (presente na Analítica dos Princípios e será tema do capítulo 3).

Assim, no presente capítulo, a fim de analisarmos o argumento da Dedução que visa estabelecer a validade objetiva das categorias, iremos nos debruçar especialmente na Dedução B; pois, como mostra Allison, a Dedução Transcendental na segunda edição está estruturada de tal modo que torna mais evidente, do que a edição A, seu problema central, a saber: mostrar a conexão entre as condições sensíveis e intelectuais do conhecimento humano. (cf. ALLISON, 2004, p.159). Mais especificamente, o nosso foco será na segunda parte da Dedução B, pois, seguimos a leitura compartilhada tanto por Allison (2015, p. 407; 2004, p.

---

<sup>51</sup> Resumidamente, essas etapas consistem no seguinte: 1) inicialmente parte-se do conceito de razão a fim de elucidá-lo; 2) para, então, distinguir esse conceito em seus elementos constituintes; 3) depois estuda-se cada elemento separadamente; 4) esse estudo dos elementos separados nos leva a adquirir novos conhecimentos; 5) como resultado desses conhecimentos atingidos pelo estudo dos elementos da razão, obtêm-se uma síntese parcial; 6) O sexto e último passo é a obtenção de uma síntese abrangente conectando todos os elementos, essa síntese final visa à definição clara e distinta do conceito de razão. (Cf. CAIMI, 2012, p.11-14).

160) quanto por Longuenesse (1998, p. 213), segundo a qual o argumento da Dedução B está dividido em duas partes principais, tal como distinguido por Kant no §21.<sup>52</sup> Sendo que a primeira parte é responsável por mostrar a possibilidade das categorias “como conhecimentos *a priori* de objetos de uma intuição em geral” (*KrV*, B 159); e a segunda parte tem a função de mostrar a necessidade das categorias no que diz respeito à sensibilidade humana e seus objetos. A primeira parte do argumento não é suficiente para completar a dedução das categorias, uma vez que ela diz respeito a uma “intuição em geral” e a “objetos de uma intuição em geral”, esse passo do argumento trata do conhecimento de objetos através das categorias somente do ponto de vista do entendimento abstraído das condições específicas da sensibilidade humana. (cf. ALLISON, 2015, p. 407/408).

Por outro lado, a segunda parte da Dedução visa mostrar a aplicação universal das categorias às coisas que são dadas à sensibilidade humana. Essa parte é especialmente importante para nós, pois é nela que Kant realiza o primeiro argumento que visa mostrar como as condições sensíveis e intelectuais precisam se entrelaçar para fornecer as condições universais da experiência. Como mostra Allison, a segunda parte da Dedução B retoma o tema da sensibilidade humana *a priori*, sendo o primeiro argumento na tarefa que envolve todo o resto da Analítica Transcendental, a saber: sintetizar os resultados da Estética Transcendental com os resultados da Dedução Metafísica e da primeira parte da Dedução Transcendental. (cf. ALLISON, 2004, p. 185).

Desse modo, a seguir tentaremos esclarecer alguns pontos de como Kant realiza esse primeiro argumento na conexão entre sensibilidade e entendimento, a fim de compreendermos como a Analítica Transcendental elabora um domínio de conhecimentos sintéticos e *a priori*, que se diferenciam dos juízos sintéticos da matemática caracterizados como intuitivos. O nosso foco específico será compreender como Kant prova o princípio de causalidade ao longo da Analítica Transcendental, e como essa prova não se dá por mera análise e decomposição de conceitos.

---

<sup>52</sup> Embora Allison, e Longuenesse concordem, em linhas gerais, que a segunda parte da Dedução pretende aplicar à intuição humana aquilo que já foi provado para a intuição sensível em geral na sua primeira parte; o ponto de divergência entre ambos é que para Longuenesse isso requer uma releitura da Estética Transcendental: “Em uma análise mais próxima, no entanto, o argumento da seção 26 revela-se muito mais radical do que a mera aplicação, ao caso particular de nossa intuição, de uma prova produzida primeiramente para todos os casos de intuição sensível. O objetivo de Kant não é simplesmente limitar o escopo de sua demonstração. Seu objetivo é antes radicalizar seu procedimento dedutivo reinterpretando, à luz da demonstração que acaba de fornecer, a maneira como as coisas nos são dadas, isto é, as formas de intuição expostas na Estética Transcendental.” (LONGUENESSE, 1998, p. 213, tradução nossa). Apesar de mencionarmos esse ponto devido à sua importância, não abordaremos essa questão uma vez que se desvia bastante do tema do presente trabalho.

Apesar de distinguir os juízos sintéticos da filosofia e da matemática como discursivos e intuitivos, a nossa hipótese a ser verificada é que a síntese transcendental por conceitos (exposta no capítulo 1) não prescinde completamente da intuição pura. O nosso foco será compreender como a categoria de causalidade é universalizada e transformada em princípio, o que exige um método de síntese *a priori*. Como vimos no capítulo anterior, há uma passagem da própria Disciplina da Razão Pura (cf. *KrV*, A733/B761) que afirma que o tempo é elemento necessário na prova do princípio de causalidade (cf. *KrV*, A783/B811); mas a intuição *a priori* nesse caso não atua como nas ciências matemáticas (de maneira concreta através dos próprios sinais e figuras), mas enquanto condição da experiência possível.

Para isso, faremos inicialmente, em 2.1, uma breve análise das considerações acerca da categoria de causalidade ao longo da Analítica dos Conceitos. Na sequência trataremos da prova da validade objetiva das categorias na segunda parte da Dedução B. Para isso, será necessário em 2.2, compreendermos a definição de validade objetiva, para, na sequência analisar o argumento que visa provar a validade objetiva das categorias nos parágrafos finais da Dedução B. A fim de compreendermos tal argumento, abordaremos primeiro a Síntese Transcendental da Imaginação (2.3) e, em seguida, a Síntese Empírica da Apreensão (2.4), nos guiando especialmente sobre a leitura de H. Allison. Essa análise, contudo, nos revelará um problema apontado por Allison, a saber: se o §26 realmente cumpre sua função de provar a validade objetiva das categorias. Por fim, faremos uma conclusão geral sobre o capítulo, em 2.5, onde discutiremos nossa posição acerca deste problema.

## 2.1 A categoria de causalidade na Analítica dos Conceitos

A categoria de causalidade e dependência (causa e efeito) é introduzida na tábua das categorias (§10) como a segunda categoria de relação (cf. *KrV*, A 80 / B 106),<sup>53</sup> tendo sido derivada dos juízos hipotéticos da tábua dos juízos lógicos (§9), ou seja, aqueles que possuem o formato “se ... então”. (cf. *KrV*, A 70 / B 95). As categorias de relação, por sua vez, compõem os tipos de categorias denominadas de categorias dinâmicas, que são aquelas que dizem respeito à *existência* dos objetos da intuição, “seja na relação de uns com os outros, seja na relação com o entendimento.” (*KrV*, B 110).

---

<sup>53</sup> A tábua das categorias possui 4 tipos de categorias: quantidade, qualidade, relação e modalidade; as categorias de relação são três: inferência e substância; causalidade e dependência; e comunidade.

Após apresentar as doze categorias do entendimento no §10, Kant afirma que não irá defini-las: “Mesmo que estivesse em posse das mesmas, eu me dispenso intencionalmente de fornecer as definições de tais categorias neste tratado.” (*KrV*, A 82 / B 108). Apesar disso, no §13 há uma definição, ainda que bastante breve, da categoria de causalidade, segundo a qual esta “significa um tipo particular de síntese em que para algum A é posto, segundo uma regra, um B inteiramente diferente.”<sup>54</sup> (*KrV*, B 122). Ou seja, segundo tal definição, a categoria de causalidade é a síntese de dois acontecimentos diferentes que se seguem um ao outro de acordo com uma regra.

Além disso, Kant esclarece que a universalidade dessa regra não poderia ser provada pela experiência, pois isso seria contrário ao caráter necessário da regra:

Os fenômenos certamente apresentam casos dos quais é possível [extrair] uma regra segundo a qual algo acontece de maneira habitual, mas nunca segundo a qual o ocorrido seja *necessário*, à síntese de causa e efeito, portanto, também é inerente uma dignidade que não se pode expressar empiricamente, a saber, que o efeito não é simplesmente acrescentado à causa, mas é posto *pela* mesma e *dela* se segue. (*KrV*, B 124).

A essas breves menções da categoria de causalidade na Dedução B, soma-se uma terceira, na qual Kant fornece um exemplo no §26 em que a regra causal sintetiza a intuição do congelamento da água. Contudo, trataremos desse exemplo em uma seção a seguir em que abordaremos o argumento da síntese da apreensão. Vale observar que as menções à categoria de causalidade na Dedução B são breves e pontuais. Do mesmo modo, Kant não se atém em fornecer um argumento específico para nenhuma das outras categorias ao longo da Dedução. Como veremos, a prova da validade das categorias é formada por um argumento geral, que dispensa o tratamento individual a cada uma delas. Esse ponto é tratado por Heinrich que defende a tese de que o texto da Dedução na primeira *Crítica* não é um argumento filosófico clássico no estilo premissa-conclusão que se desenvolve em uma cadeia silogística; mas consiste em um texto conciso que foca exclusivamente sobre alguns pontos essenciais ao invés de ser uma teorização extensa. (cf. HENRICH, 1989, p.34). Em consonância com essa leitura, na primeira edição Kant afirma claramente que pretende “evitar a amplitude de uma teoria completa e, ao mesmo tempo, não deixar nada de fora.” (cf. *KrV*, A 98).

---

<sup>54</sup> Na Dedução A, Kant afirma algo bastante parecido: “Assim, o conceito de uma causa não é senão uma síntese segundo conceitos (daquilo que se segue na série temporal, juntamente com outros fenômenos).” Apesar da semelhança, na passagem da Dedução B, Kant não menciona a série temporal. (*KrV*, A 112).

A fim de compreender tal argumento, veremos a seguir qual o sentido de validade objetiva na Dedução B, e como esse argumento é fornecido no final deste capítulo da primeira *Crítica*.

## 2.2 Definição de Validade Objetiva segundo a Dedução Transcendental

No início da Dedução B, Kant fornece a seguinte definição da validade objetiva das categorias:

A validade objetiva das categorias como conceitos *a priori*, repousará em que apenas por meio delas é possível a experiência (segundo a forma do pensamento). Pois assim elas se referem de maneira necessária e *a priori* a objetos da experiência, já que apenas por meio delas pode um objeto qualquer da experiência ser em geral pensado. (*KrV*, A 93 / B 126).

Kant, então prossegue, ao afirmar que é função da Dedução Transcendental mostrar a validade objetiva das categorias:

A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, portanto, um princípio ao qual toda pesquisa tem de ser direcionada, qual seja: que eles, como condições *a priori* da possibilidade da experiência (seja da intuição que é neles encontrada, seja do pensamento) têm de ser conhecidos. (*KrV*, A 94 / B 126).

Ora, como vimos no capítulo anterior, a Doutrina Transcendental do Método defende a necessidade de se estabelecer a validade objetiva das categorias, uma vez que estas não se referem *diretamente* a objetos. (*KrV*, A 782 / B 810). Segundo a passagem acima, estabelecer a validade objetiva significa mostrar que *apenas por meio delas* [das categorias] *é possível a experiência*.

Embora a prova da validade objetiva das categorias seja tarefa da Dedução Transcendental como um todo, é a segunda parte da Dedução que pretende mostrar como as categorias são aplicadas aos objetos que são apresentados à sensibilidade humana. Mais especificamente, nosso foco será compreender a síntese empírica da apreensão (§26), pois, como anunciado já no §21, é somente no §26 da Dedução que a validade objetiva das categorias é finalmente atingida:

Na sequência (§26) será mostrado, a partir do modo como a intuição empírica é dada na sensibilidade, que a unidade da mesma não é outra senão aquela que a categoria prescreve para o diverso de uma intuição dada em geral; e assim, por meio da explicação de sua validade *a priori* em relação a todos os objetos de nossos sentidos, será inteiramente atingido pela primeira vez, o propósito da dedução. (*KrV*, B 144-45)



Se, por um lado, no início da Dedução B há uma passagem que diz que seu propósito é provar a validade objetiva dos conceitos do entendimento, ao provar que estes conceitos são condições *a priori* da *possibilidade da experiência* (*KrV*, A 94 / B 126); aqui temos uma afirmação um pouco diferente, a saber, que a Dedução pretende mostrar que as categorias valem *a priori* em relação aos *objetos dos nossos sentidos*. Essas duas acepções, embora não sejam contraditórias, geram uma questão sobre qual o verdadeiro propósito da Dedução, mostrar a aplicação das regras categorias à experiência como um todo ou aos objetos dos sentidos, ou seja, à percepção. A fim de esclarecermos melhor este ponto, na sequência abordaremos a segunda parte da Dedução, que trata da síntese da síntese transcendental da imaginação (§24) e da síntese da apreensão (§26).

### 2.3 Síntese Transcendental da Imaginação

O argumento que pretende mostrar a conexão das categorias com a sensibilidade humana inicia-se ao conectá-las com a imaginação. Essa é a tarefa da síntese transcendental da imaginação ou síntese figurativa e tema do §24. Uma vez mostrado isso, Kant irá mostrar que as categorias determinam a percepção ou intuição empírica através da síntese empírica da apreensão, tema do §26. O ponto central deste último argumento é mostrar que a síntese empírica da apreensão está condicionada pela síntese transcendental da imaginação, e, por conseguinte, está condicionada pelas categorias. (cf. ALLISON. 2004, p. 185/186).

No §24 a imaginação é definida como “a faculdade de representar um objeto, mesmo sem a sua presença na intuição” (*KrV*, B 151); e a síntese transcendental da imaginação é descrita como “um efeito [Wirkung] do entendimento sobre a sensibilidade” (*KrV*, B 152), em que o entendimento determina o sentido interno sob a designação de tal síntese (*KrV*, cf. *KrV*, B 153). Nesse parágrafo, Kant faz duas observações importantes com relação à síntese figurativa: (i) que essa síntese tem uma função transcendental na determinação do tempo como a forma do sentido interno; e (ii) que essa função deve estar sujeita às categorias, pois está de acordo com as condições da unidade sintética da apreensão. (cf. ALLISON, 2004, p. 189).

O ponto essencial aqui é mostrar como a imaginação, estando sujeita às categorias, determina o sentido interno, ou seja, o tempo. O argumento consiste no seguinte: nós só podemos intuir uma determinada fração de tempo uma vez que o situamos em um único

tempo auto contido, que é em si mesmo representado como uma grandeza infinita; ou seja, nós só podemos ter consciência de um tempo determinado como fazendo parte de um único tempo infinito. (cf. ALLISON, 2004, p. 190). Isso significa que nós devemos ser aptos a representar tempos passados e futuros que não estão “presentes”, a fim de que possamos situar uma fração de tempo dentro da ordem temporal, e isso requer a atividade da imaginação de representar um objeto mesmo sem a sua presença na intuição. (cf. ALLISON, 2004, p. 190).

Kant afirma no §24 que nós não podemos representar o tempo “se não atentarmos apenas, através do *desenho* de uma linha reta (que deve ser a representação figurativa externa do tempo), para a ação de síntese do diverso pela qual determinamos o sentido interno de maneira sucessiva.” (*KrV*, B 154). Isso mostra não somente que a representação do tempo depende de uma síntese de tempos passados e futuros em um único tempo, o que requer que imaginemos esses tempos passados e futuros, mas também de uma interpretação imagética do tempo através de uma linha.

Contudo, se por um lado o §24 elucida bem como a imaginação atua na determinação do sentido interno, por outro lado não fica claro como essa síntese depende das categorias. Kant não chega a fornecer um argumento para isso, mas simplesmente afirma que a síntese da imaginação determina o sentido interno e que essa determinação está de acordo com a unidade da apercepção. (*KrV*, B 151-152). No entanto, essa afirmação se sustenta se considerarmos o argumento da primeira parte da Dedução que mostra que a unidade sintética da apercepção governa as categorias. (cf. ALLISON, 2004, p. 191). Assim, como mostra Allison:

Não meramente a representação intuitiva da linha como tal, mas também a “interpretação” dessa síntese sucessiva como a imagem pura do tempo, pressupõe um único sujeito consciente de sua identidade ao longo do processo gerativo. Em resumo, muito embora, como nós vimos no capítulo 5, o próprio tempo não é uma unidade sintética composta de partes preexistentes, sua representação determinada requer a unidade sintética da consciência, que trás essa representação sob as categorias. (ALLISON, 2004, p. 191, tradução nossa).

Ou seja, a determinação do tempo não depende apenas da representação de tempos passados e futuros (que são dados pelas formas da sensibilidade humana); mas também da síntese desses tempos em um único tempo, o que só é tornado possível pela unidade sintética da apercepção que realiza essa síntese através das categorias.

Essa dupla dependência da síntese imaginativa (sensibilidade e entendimento) é o primeiro argumento de Kant para mostrar que toda experiência se assenta no entrelaçamento

das condições *a priori* sensíveis e intelectuais, e é ilustrada pela nota contida no §26 em que Kant distingue forma da intuição de intuição formal:

Representado como *objeto* (tal como, de fato, requer na geometria), o espaço contém mais do que a mera forma da intuição, a saber, a *reunião* do diverso dado em uma representação intuitiva segundo a forma da sensibilidade, de tal modo que a *forma da intuição* fornece apenas o diverso, mas a *intuição formal* fornece a unidade da representação. (*KrV*, B 161, n).

Essa nota prossegue fazendo referência à teoria da sensibilidade pura elaborada na Estética Transcendental e deu origem a duas interpretações divergentes acerca da distinção entre intuição formal e forma da intuição.<sup>55</sup> Nós não pretendemos nos posicionar a favor de nenhuma delas. O que é importante compreendermos acerca da síntese transcendental da imaginação é que a representação determinada do tempo depende do entrelaçamento entre sensibilidade e entendimento, o que ocorre quando a unidade da apercepção, por meio das categorias, torna possível a unidade da representação do tempo. Portanto, em linhas gerais, a intuição formal consiste no diverso da sensibilidade pura unificado pelo entendimento. A partir disso, Kant irá mostrar no §26 que toda intuição empírica também é regida pelas condições de síntese do entendimento, uma vez que todo diverso empírico é dado por meio das formas da sensibilidade pura.

## 2.4 §26: A Dedução do Uso Universalmente Possível das Categorias na Experiência

### 2.4.1 A Síntese Empírica da Apreensão

---

<sup>55</sup> Os principais comentadores de cada uma das interpretações são Henry Allison e Beatrice Longuenesse. Na visão de Longuenesse, essa nota sugere uma revisão fundamental da teoria da sensibilidade elaborada pela Estética Transcendental; uma vez que nesse capítulo da *Crítica*, o espaço e o tempo como intuição formal são já constituídos por uma atividade sintética e não são apenas “dados” (cf. LONGUENESSE, 1998, p.216). A comentadora salienta a afirmação feita por Kant na Estética Transcendental segundo a qual essa unidade é descrita como “pertencendo meramente à sensibilidade”, afirmando ainda que “ela precede qualquer conceito” e “pertence *a priori* ao espaço e ao tempo”. Por conseguinte, segundo tal leitura, existe uma síntese anterior à formação de qualquer juízo discursivo e anterior a qualquer subsunção de intuições sob categorias. (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 216). Segundo tal leitura, portanto, a forma da intuição e a intuição pura da Estética Transcendental são também produtos de uma síntese figurativa. (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 223). Por outro lado, segundo a leitura de Allison, não é necessária essa revisão da Estética, uma vez que a suposta discrepância entre o tratamento do tema no §26 - que exige a síntese da imaginação para a representação do espaço e do tempo - e a maneira como o tema é tratado na Estética se deve ao modo de apresentação a não a uma mudança de doutrina. (cf. ALLISON, 2004, p. 192). Segundo Allison, a preocupação de Kant na Estética dizia respeito à sensibilidade isolada do entendimento, por isso o autor teve que ignorar a necessidade de uma síntese para as representações da sensibilidade pura. (ALLISON, 2004, p. 192). Portanto, segundo essa leitura, a diferença entre a forma da intuição e a intuição formal é que a primeira é constituída pelas representações indeterminadas do espaço e do tempo (objetos da Estética Transcendental), enquanto que a forma da intuição é formada pelas representações do espaço e do tempo determinadas por conceitos.

O primeiro argumento da segunda parte da Dedução tratou de relacionar as categorias com a intuição pura através da síntese transcendental da imaginação no §24, como o primeiro efeito do entendimento na sensibilidade. O segundo passo, e objetivo principal da Dedução, é mostrar como as categorias determinam a intuição empírica tornando possível a percepção e a experiência. Contudo, como veremos, não fica claro se o §26 chega a mostrar a conexão das categorias com a experiência ou apenas com a percepção.

O argumento consiste em mostrar o vínculo das categorias com a síntese empírica da apreensão, ao mostrar que tal síntese é governada pela síntese transcendental da imaginação. Segundo Allison:

Uma vez que as categorias são condições necessárias da unidade da consciência atingida através da síntese transcendental da imaginação, e a síntese empírica da apreensão deve estar conforme às condições impostas pela síntese transcendental, ou seja, a unificação dos fenômenos em um único tempo e espaço; a síntese empírica deve, da mesma forma, estar conforme às regras da unificação prescritas pelas categorias. (ALLISON, 2015, p. 406, tradução nossa).

Iremos agora analisar o argumento do §26 - que tem como título: “Dedução Transcendental do uso universalmente possível dos conceitos puros do entendimento na experiência”. O nosso foco será compreender um problema apontado pelo comentador, a saber: o argumento fornecido nesse parágrafo da Dedução parece não atingir o objetivo completo de vincular as categorias com a experiência, mas somente com a percepção.

Kant inicia o §26 definindo síntese da apreensão como “a composição [Zusammensetzung] do diverso em uma intuição empírica pela qual é tornada possível a percepção, i. e., a consciência empírica desta intuição (como fenômeno)” (*KrV*, B 160). O ponto principal que Kant defende nesse parágrafo é que a intuição empírica (ou seja, o conteúdo dado empiricamente) só se torna percepção (entendida como a consciência desse conteúdo) quando esse diverso é apreendido, o que significa que ele é sintetizado em uma e mesma consciência. (cf. ALLISON, 2004, p. 193). Esse argumento pretende mostrar como o diverso empírico torna-se percepção através de uma síntese que se funda nas categorias; contudo, ao contrário do que Kant defende nos *Prolegômenos*, a percepção agora não é mais vista como um tipo de juízo.<sup>56</sup> (cf. ALLISON, 2004, p. 193).

Um elemento importante e bastante evidente desse argumento é a sua estrutura extremamente desequilibrada. Pois o argumento pode ser dividido em seis passos, sendo que

---

<sup>56</sup> Na seção do *Prolegômenos* em que é feita a distinção entre juízos de percepção e de experiência, temos a seguinte passagem: “Todos os nossos juízos são primeiramente simples juízos de percepção: têm validade apenas para nós, isto é, para o sujeito.” (*Prolegômenos*, AA, 04, 78).

os cinco primeiros dizem respeito à percepção, enquanto que apenas o último tem a função de conectar percepção e experiência; o último passo é apresentado “como se fosse simplesmente um elemento óbvio, ao invés de uma extensão problemática, como ele realmente é” afirma Allison. (ALLISON, 2015, p. 413, tradução nossa).

Dado isso, nós iremos primeiramente examinar os primeiros cinco passos do argumento seguindo o comentário de Allison, para depois tratarmos da distinção entre percepção e experiência segundo a *Crítica da Razão Pura*.

O primeiro passo do argumento diz o seguinte: "Nós temos *a priori*, nas representações de espaço e tempo formas tanto da intuição externa como da interna, e a síntese da apreensão do diverso no fenômeno tem de ser sempre conforme a elas, já que somente assim pode acontecer." (*KrV*, B 160). Aqui Kant mostra que a síntese empírica da apreensão deve estar conforme as formas *a priori* do espaço e do tempo elaboradas na Estética Transcendental, o que significa que tudo que é condição necessária para a representação do espaço e do tempo, deve ser condição necessária para a apreensão ou percepção do que é intuído dentro do espaço e do tempo. (cf. ALLISON, 2004, p. 194). Essa afirmação reforça a tese kantiana de que as formas puras da sensibilidade restringem o uso do entendimento. (cf. ALLISON, 2015, p. 414).

No segundo passo, Kant retoma o argumento do §24 ao afirmar: “O espaço e o tempo, contudo, são representados *a priori* não apenas como formas da intuição sensível, mas como *intuições* mesmas (que contêm um diverso), portanto, com a determinação da unidade desse diverso nelas (vide a Estética Transcendental).” (*KrV*, B 160-61). Nesse passo, Kant anexa uma nota (já comentada anteriormente) que contém a distinção entre forma da intuição e intuição formal: como vimos, o §24 mostrou que o espaço e o tempo só podem ser representados na medida em que o diverso seja unificado pela imaginação, é esse diverso unificado que corresponde à intuição formal.

O terceiro passo consiste no seguinte:

Já a própria *unidade da síntese* do diverso, portanto, em nós ou fora de nós, e assim também uma *ligação* que tem de estar conforme a tudo que deve ser determinadamente representado no espaço ou no tempo, são igualmente dadas *a priori*, juntamente com estas intuições (não nelas) como condição da síntese de toda apreensão. (*KrV*, B 161).

Esse passo pretende mostrar que a síntese de tudo aquilo que se encontra no espaço e no tempo já está dada *a priori* pela representação da unidade destes últimos. Segundo Allison,

esse passo é uma determinação dos dois primeiros: “Kant estabelece aqui que as condições da representação da unidade do espaço e do tempo são também condições da apreensão de qualquer coisa como determinada neles.” (ALLISON, 2004, p. 194, tradução nossa). Segundo o comentador, é razoável assumirmos, embora Kant não tenha explicitado isto, que essa representação da unidade significa, no caso do espaço, perceber alguma coisa como possuindo uma determinada figura e posição; e no caso do tempo, perceber um evento como tendo “uma duração e um lugar na ordem temporal (como antes de A, depois de B, simultâneo a C, e assim por diante).” (ALLISON, 2004, p. 195, tradução nossa). Além disso, ao afirmar que as unidades sintéticas do espaço e do tempo “são igualmente dadas *a priori*, juntamente com estas intuições (não nelas)”, Kant reafirma sua tese de que a representação da unidade requer uma atividade sintética do entendimento e não poderia ser obtida passivamente apenas pela sensibilidade. (cf. ALLISON, 2015, p. 415).

No quarto passo, Kant afirma: “Essa unidade sintética, porém, não pode ser outra senão a da ligação do diverso de uma dada *intuição em geral* numa consciência originária, em conformidade com as categorias, aplicada apenas à nossa intuição sensível.” (*KrV*, B 161). Como mostra Allison, esse é o passo que Kant vincula propriamente a síntese da apreensão com as categorias; apesar disso, o passo não é suficientemente justificado no contexto em que se insere. Kant simplesmente afirma aqui que a unidade sintética, exigida na apreensão do diverso, é o resultado da aplicação da unidade “de uma dada *intuição em geral*” à sensibilidade humana. (cf. ALLISON, 2015, p. 415). Porém Allison esclarece que esse passo se justifica se considerarmos o argumento do §26 em conexão com o argumento do §24:

Nós podemos facilmente construir o argumento combinando a afirmação do §24, de que a síntese transcendental da imaginação é governada pelas categorias, com o passo 3 do presente argumento. Ou, mais precisamente, isso se segue, como parece razoável, se considerarmos que esse passo tem como consequência que a síntese da apreensão, que diz respeito à unificação do diverso empírico dado no espaço e no tempo, está sujeita às condições da síntese transcendental da imaginação, que é responsável pela unificação do puro diverso do espaço e do tempo. (ALLISON, 2015, p. 415, tradução nossa).

No quinto passo Kant conclui aquilo que os passos anteriores já conduziam, a saber: “Toda a síntese, por conseguinte, pela qual a própria percepção se torna possível, situa-se sob as categorias ...” (*KrV*, B 161). Isso significa que a percepção funda-se nas categorias porque a síntese pela qual ela é tornada possível possui as categorias como meio; isso é justificado uma vez que síntese da apreensão (responsável pela percepção) é governada pela síntese transcendental da imaginação, e o argumento anterior da Dedução mostrou que a esta síntese se funda nas categorias. (cf. ALLISON, 2015, p. 415). Contudo, esse argumento também

depende dos argumentos sobre o espaço e o tempo da Estética e os argumentos da primeira parte da Dedução sobre a síntese intelectual do diverso de uma intuição em geral. (cf. ALLISON, 2015, p. 415/416).

Com isso, podemos considerar que o argumento que tem como objetivo mostrar que as categorias determinam a percepção foi realizado pelos primeiros cinco passos do argumento apoiando-se em tudo que Kant havia argumentado desde a Estética Transcendental. O sexto passo do argumento, que pretende fazer a conexão entre percepção e experiência, consiste na seguinte asserção: “e como a experiência é conhecimento por meio de percepções conectadas, então as categorias são condições da possibilidade da experiência e valem *a priori*, portanto, também para todos os objetos da experiência.” (*KrV*, B 161). Contudo, Kant não chega a fornecer um argumento para isso, o que pode colocar em dúvida se o §26 cumpre seu objetivo de mostrar que toda experiência - e não apenas a percepção - é regida pelas categorias. Segundo Allison, o argumento até aqui poderia ser válido para provar que as categorias matemáticas determinam a experiência, mas não as categorias relacionais:

Supondo que o argumento até este ponto seja sólido, Kant tem o direito de concluir que pelo menos as categorias matemáticas são condições necessárias da possibilidade de experiência, uma vez que a experiência, como conhecimento através de percepções conectadas, obviamente requer a percepção. Mas, uma vez que a experiência, assim definida, envolve mais que a simples percepção, e o argumento do *Prolegômenos* indica que a conversão de percepções em experiência através de suas conexões em uma consciência em geral, i. e., a unidade sintética da percepção, é tarefa epistêmica das categorias relacionais, é difícil ver como o argumento precedente poderia ser considerado como uma demonstração desse resultado. (ALLISON, 2004, p. 197, tradução nossa).

Como o nosso interesse neste trabalho consiste especialmente em mostrar como Kant prova a aplicação universal da categoria de causalidade na experiência (classificada como uma categoria relacional), esse problema é especialmente relevante para nós. Assim, antes de discutirmos o último passo do argumento, iremos tratar da distinção entre percepção [*Wahrnehmung*] e experiência segundo a primeira *Crítica*, a fim de esclarecermos se o argumento do §26 é exitoso em provar a validade objetiva das categorias enquanto condição da experiência.

#### **2.4.2 Distinção entre Percepção e Experiência**

Segundo a definição de síntese da apreensão citada acima, percepção é a consciência empírica do diverso em uma intuição empírica como fenômeno, essa caracterização está em

concordância fundamental com outras considerações da *Crítica*. (cf. *KrV*, A 120; A 123). Por consciência empírica podemos entender como um episódio discreto da consciência, ou seja, um episódio sintetizado e separado de outros. A síntese da apreensão transforma o diverso da intuição empírica em uma única intuição sintetizada, ou seja, em percepção; contudo, essa síntese não conecta intuições distintas em uma única consciência. (cf. ALLISON, 2015, p. 414). Na Dedução A, Kant define percepção de modo semelhante, como um fenômeno ligado a uma consciência através de uma síntese. (cf. *KrV*, A 120). Em ambos os casos podemos entender que o que é apreendido em um episódio da consciência é o diverso da intuição empírica, isso significa que a síntese da apreensão sintetiza o diverso empírico em uma única intuição, e não que ele conecta intuições.

Além disso, de acordo com a primeira *Crítica*, no nível da percepção as categorias não possuem ainda a função de possibilitar a formação de juízos, não possibilitando, assim, o surgimento do *conhecimento empírico*. É precisamente nisso que consiste a diferença principal entre a mera percepção e a experiência, pois esta última é formada pela unidade que conecta diversas intuições o que torna possível o conhecimento através de juízos discursivos; enquanto que as categorias atuam de modo proto-conceitual nas percepções, não possibilitando a conexão destas últimas em uma única consciência.<sup>57</sup> (cf. ALLISON, 2004, p. 200).

Entende-se por função proto-conceitual aquela em que as categorias regem a apreensão do diverso sensível em uma consciência empírica, sem que funcionem, nesse caso, como predicados de objetos em juízos. A determinação de uma intuição sob um conceito só resultará do ato de comparação de diversas intuições em uma consciência unificada; na apreensão considerada isoladamente o conceito do entendimento ainda se encontra em forma indeterminada, ou seja, em estado intuitivo, ou, mais precisamente, como regra ainda não refletida. (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 118). As categorias, nesse caso, funcionam como regras que determinam como o diverso empírico deve se adequar ao duplo requisito da unidade da apreensão e da unidade da forma *a priori* da sensibilidade espaço-temporal. (cf. ALLISON, 2015, p. 419/420).

---

<sup>57</sup> Isso é confirmado pela passagem dos Prolegômenos que afirma: “Nada mais posso aqui dizer, em prolegômenos, do que recomendar ao leitor, que, habituado há muito a tomar a experiência por um simples agregado empírico de percepções e, por consequência, não pensa que a experiência vai muito mais longe do que elas, a saber, que fornece uma validade universal a juízos empíricos e que, para tal, precisa de uma unidade pura do entendimento, a qual a precede a priori; recomendo-lhe, pois, que atenda a esta distinção entre a experiência e um simples agregado de percepções e ajuíze a demonstração a partir deste ponto de vista.” (*Prol AA*, 04, 96/97).



Em suma, a síntese da apreensão, tal como descrita no §26, tem como ponto central o terceiro passo do argumento, segundo o qual tudo que é representado como determinado no espaço e no tempo deve estar conforme com as condições de unidade do espaço e do tempo, e o argumento como um todo visa mostrar que essas condições de unidade assentam-se necessariamente nas categorias. (cf. ALLISON, 2015, p. 420). Assim, podemos concluir que o sentido de percepção nesse ponto do argumento da Dedução B, significa uma representação unificada e determinada no espaço e no tempo. Já a experiência é constituída pela unificação dessas intuições em uma consciência, o que possibilita o conhecimento empírico através da comparação de diversas intuições.

Essa diferença é afirmada pela última sentença do argumento :“a experiência é *conhecimento* por meio de percepções conectadas” (*KrV*, B 160, grifo nosso), mas não é explicitamente justificada por ele. Veremos, então, na sequência, se a Dedução justifica tal passo do argumento em outras passagens.

### 2.4.3 O sexto passo do argumento

O que falta ser provado no §26 é a relação entre percepção e experiência. Como aponta Allison, a resolução do argumento pode ser entendida sob duas perspectivas que dizem respeito a dois modos distintos de compreender a noção de experiência na primeira Crítica:

Por um lado, se nós focarmos simplesmente no fato de que a percepção é um ingrediente necessário da experiência, disso se segue que se Kant mostrou que as categorias são condições necessárias da percepção, então ele também mostrou que as categorias são condições necessárias da experiência. Assim, a conclusão de Kant é compatível com uma leitura mais fraca da Dedução, como um exercício de exorcismo transcendental. Por outro lado, se enfatizarmos a *diferença* entre percepção e experiência, que é tanto uma característica essencial da posição de Kant, assim como é construído ao longo da definição, então mostrar que as categorias são condições da experiência requer mostrar que elas tornam possível uma experiência cognitiva que é distinta da percepção pré-cognitiva (porque meramente proto-conceitual). (ALLISON, 2004, p.198, tradução nossa).

Allison não atribui esse problema a nenhuma incoerência intrínseca à própria Crítica, mas atribui a exigências metodológicas que impedem Kant de argumentar tudo o que precisa ser provado dentro de um determinado tópico de uma só vez.<sup>58</sup> Para solucionar esse problema,

---

<sup>58</sup> De acordo com Allison, essa exigência metodológica gerou outras polêmicas acerca de aparentes contradições na primeira *Crítica*: “Isso foi visto como sendo a fonte da aparente tensão entre as considerações sobre o espaço e o tempo na *Estética* como “dadas” através da sensibilidade e as afirmações dos §24 e §26 de que eles pressupõem uma síntese imaginativa. No caso do *Prolegômenos*, foi sugerido que foi devido ao método analítico e a ênfase bastante compreensível (pelo contexto) nas condições *a priori* do conhecimento empírico que levaram Kant a permanecer em silêncio quanto ao importante papel das categorias na própria percepção.

o comentador sugere que nós devemos olhar para o Esquematismo e a Analítica dos Princípios (particularmente as Analogias da Experiência) a fim de completar a conexão entre as condições intelectuais e sensíveis da cognição humana que começa na segunda parte da Dedução B. (cf. ALLISON, 2004, p. 198; LONGUENESSE, 1998, p.244-45).

A questão agora é se o argumento da Dedução é suficiente para provar o uso universal dos conceitos puros do entendimento na experiência, ou se esse argumento depende da Analítica Transcendental como um todo. Ora, se considerarmos que o segundo caso é o verdadeiro, qual seria, então, a função da Dedução no argumento geral da Analítica Transcendental? Por outro lado, se considerarmos que a função da Dedução é provar a conexão *a priori* entre as categorias e a experiência, por que as seções subsequentes seriam necessárias? Esse problema é expresso por Allison na seguinte passagem:

Pode-se descartar essa demanda com o princípio de que o argumento procurado está contido nas Analogias. Mas enquanto há uma verdade nisso, poderia-se também pensar que um argumento paralelo poderia ser feito, e que a dedução das categorias matemáticas estão contidas nos Axiomas da Intuição e na Antecipação da Percepção, e que talvez os Postulados do Pensamento Empírico contêm uma dedução das categorias modais, o que teria a consequência perturbadora de que a Dedução Transcendental, supostamente a joia da coroa da Crítica, é amplamente redundante. (ALLISON, 2015, p. 425, tradução nossa).

Contudo, se considerarmos que as provas de que as regras categoriais determinam universalmente a experiência estão na Analítica dos Princípios, qual seria então o papel da Dedução Transcendental nesse argumento? Inversamente, se considerarmos que Kant tenha provado no §26 a aplicação universal das categorias na experiência, porque seria necessário os capítulos do Esquematismo e dos Princípios do Entendimento que têm como função mostrar a aplicação universal das categorias aos fenômenos?

Tomando como base a passagem da Disciplina da Razão Pura em Relação às suas Provas, em que Kant diz que é preciso *antes* estabelecer a validade objetiva das categorias para *depois* provar uma proposição sintética e *a priori*, como, por exemplo, a proposição de que tudo que acontece tem sua causa (cf. *KrV*, A 782 / B 810), parece que não é função somente da Dedução provar a aplicação universal da categoria de causalidade na experiência. Segundo essa passagem, Kant não pretendia provar a universalidade do princípio de causalidade apenas com a Dedução; a própria prova desse princípio estaria na segunda Analogia da Experiência da Analítica dos Princípios. Contudo, no §26 a categoria de

---

Semelhantemente, foi argumentado que foi o fato de Kant se concentrar no juízo, como um pensamento discursivo considerado separado de sua conexão com a natureza específica da sensibilidade humana, que essencialmente o levou ao mesmo resultado na discussão sobre a unidade subjetiva no §18 e 19 da Dedução-B.” (Allison, 2004, p. 201, tradução nossa.)

causalidade é tratada em um exemplo que diz respeito à percepção de dois estados da água. Assim, antes de chegarmos a uma resposta para essas questões, convém analisar tal exemplo, a fim de compreendermos qual o seu papel na prova da validade objetiva das categorias.

#### 2.4.4 A categoria de causalidade no exemplo do congelamento da água

No exemplo do congelamento da água, Kant pretende mostrar como a categoria de causalidade determina a percepção de um fenômeno temporal. O exemplo diz o seguinte:

Se (num outro exemplo) percebo o esfriamento da água, então eu apreendo dois estados como tais (da fluidez e da solidez) que estão em uma relação de tempo um com o outro. No tempo, porém, que eu ponho como fundamento para o fenômeno enquanto *intuição interna*, eu me represento necessariamente a *unidade* sintética do diverso sem a qual aquela relação não poderia ser dada, de maneira determinada (em relação à sucessão temporal), em uma intuição. [...] Em tal acontecimento, pois, a apreensão e portanto o próprio acontecimento no que diz respeito à percepção possível [*möglichen Wahrnehmung*], está sob o conceito da relação de *causa* e *efeito*, e assim em todos os demais casos. (*KrV*, B 162-163).

Seria esperado que tal exemplo contribuísse para mostrar a relação entre categorias e experiência, uma vez que Kant recorre ao conceito de causalidade em diversos momentos em que trata da determinação da experiência pelas categorias na primeira *Crítica*. O que Kant está mostrando aqui é que a apreensão do diverso em uma sequência temporal (os sucessivos estados da água) “pressupõe a representação da unidade sintética do tempo e, assim, uma síntese governada pela categoria.” (ALLISON, 2004, p. 198, tradução nossa). Portanto, é somente com a representação do tempo unificado, resultado da síntese transcendental da imaginação, que é possível a síntese empírica da apreensão em uma sequência temporal. É curioso, contudo, que essa passagem não faz nenhuma referência à experiência, mas somente à apreensão e percepção. Kant não afirma que a categoria de causalidade é condição de toda experiência, mas se atém em mostrar como, em um exemplo singular, a categoria de causalidade é condição da percepção.

Allison argumenta ainda que o exemplo do congelamento da água conflita com a Segunda Analogia, uma vez que no exemplo do §26 a categoria de causalidade serve como regra de apreensão ou percepção e na Segunda Analogia Kant prova que a categoria de causalidade é condição da experiência. (cf, ALLISON, 2004, p. 199). Entretanto, já em seu livro de 2015, *Kant's Transcendental Deduction*, o comentador argumenta que a conexão de dois estados distintos em uma sequência temporal não constitui apenas uma percepção, mas a ligação de duas percepções, portanto, uma experiência:

O problema é que a consideração oficial de Kant de uma sucessão de estados não é algo que possa ser simplesmente apreendido ou percebido. Nós podemos ter sucessivas apreensões ou percepções, i. e., episódios sucessivos da consciência empírica, cujo conteúdo são intuições de água em momentos diferentes, em um episódio o conteúdo é o estado da água líquida e no outro sólida, mas nós não apreendemos ou percebemos, estritamente falando, a sucessão desses estados. Ao contrário, *nós experienciamos isso*, o que pressupõe a categoria de causalidade (assim como a de substância). (ALLISON, 2015, 423/424, grifo nosso, tradução nossa).<sup>59</sup>

Para Allison, tanto em seu livro de 2004 quanto em seu livro de 2015, o exemplo do congelamento da água não contribui para completar o argumento que visa provar que as categorias determinam a experiência. No primeiro livro, Allison argumenta que o exemplo não menciona a experiência, mas apenas a percepção. No segundo, que mesmo não mencionando a experiência, a sucessão de diferentes estados da água envolve a ligação de diferentes percepções<sup>60</sup>, contudo, ainda assim, o exemplo não esclarece como isso ocorre.

Do mesmo modo, para Longuenesse, o exemplo do congelamento da água (assim como o exemplo anterior que trata da percepção da casa) mais obscurece do que ajuda a esclarecer o argumento do §26:

Pois esses exemplos desviam nossa atenção das intuições do espaço e do tempo como tais, como representações singulares e ilimitadas que precedem e condicionam toda intuição particular. Ao invés disso, os exemplos direcionam nossa atenção para os modos em que os atos particulares da apreensão são governados por categorias particulares - a categoria da quantidade para a percepção da casa, a categoria de causalidade para a percepção do congelamento. (LONGUENESSE, 1998, p. 213/214, tradução nossa).

Longuenesse argumenta que Kant só fornece os dois exemplos depois que ele terminou a prova principal, o que significa que eles não possuem um papel particular na prova, e nem poderiam ser contados como parte do argumento da Dedução propriamente, uma vez que eles antecipam argumentos fornecidos somente no Esquematismo e nos Princípios do Entendimento Puro da Analítica dos Princípios. (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 215).

Além disso, a comentadora afirma que os exemplos podem gerar um engano ao sugerir que as intuições do espaço e do tempo são duas instituições distintas, em que a apreensão de

---

<sup>59</sup> Nesse ponto o livro *Kant's Transcendental Deduction* se difere do livro *Kant's Transcendental Idealism*, pois neste último Allison finaliza a seção sobre o §26 deixando em aberto se a conexão entre categorias e experiência é completamente realizada na Dedução B, enquanto que no primeiro Allison argumenta a favor da completude da prova.

<sup>60</sup> Isso é confirmado pela segunda Analogia da experiência (que será tema do capítulo 3): “Eu percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros, i. e., que em um momento se verifica um estado de coisa cujo oposto se verificava no momento anterior. Eu efetivamente conecto, portanto, duas percepções no tempo.” (*KrV*, A 189 / B 233).

um objeto espacial envolveria apenas a intuição do espaço, enquanto que a conexão de dois acontecimentos no tempo (nesse caso o congelamento da água) envolveria apenas a intuição do tempo (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 227). Tal leitura seria enganosa uma vez que Kant:

explicou a síntese speciosa como produção da intuição do espaço por meio da produção da intuição do tempo e, inversamente, a produção da intuição do tempo por meio da produção da intuição do espaço, sentido externo e sentido interno sendo ligados entre si por suas relações comuns com a unidade objetiva da apercepção. (LONGUENESSE, 1998, p. 227, tradução nossa)

Os exemplos do §26 podem levar a um engano, portanto, pois podem dar a entender que a produção da intuição do espaço e do tempo seriam independentes uma da outra, o que contraria aquilo que foi mostrado no §24, a saber: que o entendimento só pode produzir a intuição pura do espaço na medida em que ele afeta o sentido interno (o tempo) com essa produção, e, inversamente, que o entendimento só produz a intuição do tempo ao intuir seu próprio ato de produzir uma figura do espaço. (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 228). “Ambas as intuições são o resultado de um e mesmo ato de auto afecção”, afirma Longuenesse (LONGUENESSE, 1998, p. 228, tradução nossa).<sup>61</sup> Os exemplos do §26 obscurecem a interdependência das intuições puras do espaço e do tempo porque elas ilustram a síntese da apreensão em que um dado empírico é retomado em síntese figurativa, mas elas não ilustram a síntese figurativa pura. (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 229).

Este último ponto - a saber: que os dois exemplos do §26 não estão de acordo com a síntese transcendental da imaginação - também contribui para sustentarmos que tais exemplos não poderiam servir como complemento da prova da aplicação universal das categorias na experiência. Pois o ponto central do argumento do §26, como mostrou Allison, foi mostrar que a síntese empírica da apreensão está condicionada pela síntese transcendental da imaginação, e, por conseguinte, está condicionada pelas categorias. (cf. ALLISON, 2004, p. 185/186).

Ora, isso não apenas mostra que o exemplo do congelamento da água (assim como o exemplo da apreensão da casa) provavelmente não foi utilizado por Kant a fim de completar a prova, como também que tal exemplo não possui a função de provar a determinação da

---

<sup>61</sup> Essa interdependência das duas intuições é confirmada pela seguinte passagem do §24: “Nós não podemos pensar linha alguma sem *desenhá-la* em pensamento; não podemos pensar círculo algum sem *delineá-lo*; não podemos de modo algum representar as três dimensões do espaço sem colocar três linhas perpendiculares entre si sobre um mesmo ponto; e mesmo o tempo nós não podemos representar se não atentarmos apenas, através do *desenho* de uma linha reta (que deve ser a representação figurada externa do tempo), para a ação de síntese do diverso pela qual determinamos o sentido interno de maneira sucessiva e, desse modo, para a sucessão dessas determinações no mesmo.” (*KrV*, B 154).

experiência pela categoria de causalidade. Desse modo, vimos até aqui que o argumento da Dedução parece mostrar apenas que a *percepção* é determinada pelas categorias. Para concluirmos o presente capítulo, pretendemos a seguir discutir se essa prova - da conexão entre categorias e percepção - é suficiente para estabelecer a validade objetiva das categorias tomando como base o que foi visto na Disciplina da Razão Pura, a saber, garantir que se possa partir dos conceitos do entendimento, para, então, poder realizar uma prova de síntese *a priori* sem contar com a intuição pura como mediadora direta dessa síntese.

## 2.5 Conclusão

Neste capítulo, investigamos qual o papel da Dedução Transcendental tendo em vista o que foi discutido no capítulo 1: a caracterização do método sintético da filosofia pela Disciplina da Razão Pura. Nosso objetivo foi compreender qual a necessidade de realizar a dedução das categorias antes de provar os princípios do entendimento na Analítica dos Princípios, tendo como foco a categoria de causalidade. Para isso, nos atemos no argumento final da Dedução (acerca da síntese da imaginação e da síntese da apreensão), pois é nele que Kant conclui a prova da validade objetiva.

Vimos que no último passo da Dedução (§26) o foco do argumento situa-se quase exclusivamente na síntese da apreensão, e, conseqüentemente, na percepção. Em resumo, o problema está em compreender porque Kant foca o argumento final apenas na percepção e não na experiência; não tendo argumentado suficientemente para provar que as categorias são universalmente válidas para a experiência em sua totalidade. Contudo na própria dedução transcendental (§27) há uma afirmação de Kant que confirma que esse vínculo só será completado na Analítica dos Princípios: “Quanto, porém, a como elas [as categorias] tornam a experiência possível, e quais princípios da possibilidade da mesma elas fornecem em sua aplicação aos fenômenos, isto será melhor explicado no próximo capítulo, sobre o uso transcendental da faculdade de julgar.” (*KrV*, B 167).

Isso parece indicar que não é tarefa da Dedução B fornecer a prova completa da aplicação das categorias na experiência. Ora, no início da Dedução Transcendental (§13), Kant, ao diferenciar a questão relativa ao direito (*quid juris*) da questão relativa ao fato (*quid facti*), afirma: “na medida que exigem provas de ambas, denominam *dedução* à primeira, que deve estabelecer a competência ou a pretensão jurídica.” (*KrV*, A 84 / B 116). Uma dedução,

nesse sentido, em contraste com a prova da questão relativa ao fato, deve provar a legitimidade de uma determinada questão. No caso do argumento filosófico, uma dedução é exigida para aqueles conceitos que *não possuem a sua validade atestada pela experiência* (cf. *KrV*, A 85 / B 117). Esse é o caso dos conceitos do entendimento. Com isso, Kant esclarece para o leitor que o significado da palavra dedução, no sentido em que é empregado na Analítica dos Conceitos, não pretende provar um fato, mas apenas provar o direito de uma reivindicação legal. Nas palavras de Heinrich: “Em um estado de dúvida sobre a legitimidade de nossa reivindicação de estar em posse de um conhecimento genuíno, ela [a dedução] parece descobrir e examinar a origem real da nossa reivindicação e qual a fonte de sua legitimidade.” (HENRICH, 1989, p. 35, tradução nossa).

Essa distinção entre a questão *quid facti* e *quid juris*, parece indicar que, se é tarefa da Analítica Transcendental provar que as regras do entendimento determinam toda a experiência possível, a Dedução é somente parte da prova que tem como função garantir a legitimidade da questão. Na Disciplina da Razão Pura há uma passagem que afirma que quando uma prova já está dada “é necessário exigir *a dedução* dos princípios aí empregados, dedução esta que, se eles devem ter-se originado a partir da mera razão, jamais lhes poderá ser oferecida.” (*KrV*, A 787 / B 815, grifo nosso). Uma dedução só é possível, portanto, para conceitos do entendimento. Nesse sentido, a nossa hipótese é que a prova da conexão entre categorias e percepção seria o suficiente para garantir que tais conceitos pertencem ao domínio da experiência possível, pois a percepção é componente essencial da experiência. Ora, não seria possível realizar uma dedução das ideias transcendentais ao se tentar provar que elas possuem uma intuição correspondente em alguma percepção: por exemplo, Kant argumenta sobre a impossibilidade de se realizar uma prova acerca da “natureza simples de nossa substância pensante”, pois “a simplicidade absoluta não é um conceito que possa ser referido imediatamente a uma percepção.” (*KrV*, A 784 / B 812).

A partir disso, nossa defesa é de que o §26 não pretende fornecer uma prova completa da relação universal e necessária dos conceitos do entendimento com a experiência. No caso do conceito de causalidade, como veremos a seguir, ele só pode ser provado quando provado que a experiência é formada pela conexão de percepções. A Dedução só forneceu uma prova geral de que a intuição empírica deve estar conforme aos conceitos do entendimento, uma vez que todo o diverso empírico é dado por meio da intuição formal do tempo, que, por sua vez, deve estar de acordo com a unidade da apercepção. Esse argumento não visa provar a aplicação universal de cada conceito do entendimento na experiência, mas apenas o direito à

sua aplicabilidade na experiência, uma vez que estes, assim como a intuição do tempo, também derivam da unidade da apercepção.



## Capítulo 3: A Segunda Analogia da Experiência e o Método de Síntese *a priori* da Filosofia

### Introdução

No capítulo precedente tratamos da *Dedução Transcendental*, tendo em vista compreender qual o seu papel no método de síntese *a priori* caracterizado por Kant na Disciplina da Razão Pura. Vimos, então, que o argumento final da Dedução não chega a provar completamente a aplicação das categorias na experiência, mas apenas na percepção. Neste capítulo iremos tratar da Analítica dos Princípios e pretendemos finalmente esclarecer como os juízos sintéticos da filosofia são obtidos por uma síntese *a priori* que possui como fio condutor não a intuição pura somente, mas as condições *a priori* da experiência possível. Além disso, pretendemos compreender como o argumento que prova que toda experiência como fenômeno é regida pelas categorias, é completado pelo capítulo final da Analítica Transcendental. A presente leitura se baseia em uma passagem da Disciplina da Razão Pura comentada no capítulo 1 e que é fundamental retomarmos, em vista da conexão que pretendemos mostrar entre a Doutrina do Método e a Analítica Transcendental:

Se devo ir além, *a priori*, do conceito de um objeto, isto é impossível sem um fio condutor particular encontrável fora desse conceito. Na matemática é a intuição *a priori* que conduz a minha síntese, e todas as inferências podem, nela, ser efetuadas imediatamente na intuição pura. No conhecimento transcendental que se ocupa apenas dos conceitos do entendimento esse fio é a experiência possível [mögliche Erfahrung]. (KrV, A 782-783 / B 810-811).

Nessa passagem Kant afirma explicitamente que há uma síntese na filosofia que possui como fio condutor a experiência possível. Contudo, apesar de Kant explicitar aqui que o fio condutor dessa síntese não é a intuição, pretendemos mostrar neste capítulo que a experiência possível como fio condutor faz referência à intuição pura, uma vez que esta é parte constituinte essencial das condições universais e *a priori* de toda experiência. Há um comentário de Anderson que concorda com essa nossa defesa:

De acordo com a Crítica, essa “terceira coisa” é a “intuição subjacente ao conceito de seu sujeito” (OD, Ak. 8: 241), ou mais plenamente, a “uma totalidade” de experiência possível moldada pelas formas da intuição, na qual todas as intuições que fazem parte de uma experiência unificada devem encontrar um lugar. (A 155-8/B 194-7). (ANDERSON, 2015, p. 18/19, tradução nossa).

Ora, como mostra o comentador, a totalidade da experiência possível é moldada pelas formas da intuição pura; portanto, a declaração de Kant de que há uma síntese *a priori* em que

a experiência possível é o terceiro elemento mediador não contraria a tese crítica de que a intuição pura deve sempre ser mediadora em um juízo sintético *a priori*. Pretendemos mostrar como a intuição pura do *tempo* atua na mediação da prova do princípio de causalidade.

Além disso, apesar da passagem da Disciplina da Razão Pura citada acima afirmar que tal síntese, própria do conhecimento transcendental, “se ocupa apenas dos conceitos do entendimento”; nossa hipótese, a ser verificada no presente capítulo, é que a *Crítica da Razão Pura* só alcança esse conjunto de juízos sintéticos *a priori* na Analítica dos Princípios, mais especificamente na prova dos princípios do entendimento. Como evidência disso, há um excerto, situado logo na sequência da passagem da Disciplina da Razão Pura citada acima, em que Kant se refere à prova do princípio de causalidade:

A prova não mostra, com efeito, que o conceito dado (daquilo que acontece, por exemplo) conduza diretamente a um outro conceito (aquele de uma causa), pois semelhante passagem seria um salto que não se poderia justificar; mas ela mostra que a própria experiência, portanto o objeto da experiência, seria impossível sem tal conexão. (*KrV*, A 783 / B 811).

Desse modo, pretendemos mostrar como um juízo sintético é obtido tendo como fio condutor a experiência possível, analisando a prova do Princípio de Causalidade na Segunda Analogia da Experiência. Neste ponto nossa leitura se contrapõe à leitura de Dennis Schulting que entende que o método de prova que opera uma síntese que possui como fio condutor a experiência possível se encontra na Dedução Transcendental. (cf. SCHULTING, 2013, p.35). O comentador propõe essa leitura ao defender, em oposição à leitura de Heinrich, que a Dedução Transcendental, embora não se reduza a uma argumentação lógica, se caracteriza como uma dedução clássica no sentido filosófico, ou seja, como um argumento no estilo premissa-conclusão. (cf. SCHULTING, 2013, p. 31). Para defender isso, Schulting toma como base as passagens da Disciplina da Razão Pura em que Kant caracteriza o método de prova da filosofia como um método de prova apodítico, mas que deve empregar um terceiro elemento - a experiência possível -, uma vez que tal prova não se reduz a análise de conceitos dados. (cf. *KrV*, A 766 / B 794). Para ele, tal método, embora deva ser rigorosamente lógico, não deve se basear apenas nas regras da lógica, mas deve empregar uma reflexão transcendental neste terceiro elemento que não está contido no conceito, e somente a partir desta reflexão será possível gerar as inferências através de silogismos:

Essa reflexão, que ocorre na Dedução Transcendental e é uma reflexão a priori sobre a "terceira coisa", não é predeterminada pelas regras da lógica, nem pelas regras da inferência, pois é aqui que a lógica funciona - na medida em que são objetivamente válidas, portanto, como categorias devem primeiro ser derivadas do zero, por assim dizer, sem pressupor definições ou princípios supostamente pré-dados por meio ou

com base nos quais cadeias de silogismos podem ser geradas e análises conceituais podem ser realizadas. (SCHULTING, 2013, p. 38/39, tradução nossa).

Diferentemente do que afirma Schulting, nós iremos defender neste capítulo que esse tipo de síntese própria do conhecimento transcendental, comentada pela Disciplina da Razão Pura, só é empregado por Kant na Analítica dos Princípios. E, como vimos no capítulo anterior, a Dedução Transcendental constitui um argumento prévio que visa provar, não os juízos sintéticos *a priori*, mas o direito de realizar uma prova sintética a partir dos conceitos do entendimento. Ora, na própria Disciplina da Razão Pura Kant afirma que o conhecimento sintético da filosofia se encontra nos princípios do entendimento: “Estamos realmente de posse de conhecimentos sintéticos *a priori*, como o provam os princípios do entendimento que antecipam a experiência.” (*KrV*, A 762 / B 790).

Assim, iremos nos debruçar em pontos importantes da Analítica dos Princípios para que possamos compreender como esse capítulo da *Crítica* pode efetuar uma síntese e, com isso, obter um conjunto de juízos sintéticos *a priori* sem possuir referência direta à intuição pura, como faz a matemática; embora tal síntese não prescinda completamente da intuição. Nosso foco central será compreender como a experiência possível atua como fio condutor na prova do princípio de causalidade. Para isso, iremos primeiramente em 3.1 tratar do esquema do conceito de causalidade, a necessidade de tratarmos do esquematismo se justifica pois a prova do princípio de causalidade faz referência à categoria de causalidade esquematizada, ou seja, vinculada com as condições da temporalidade pura. Assim, na sequência trataremos da definição de experiência possível (3.2) fornecida em uma seção denominada *Princípio Supremo de Todos os Juízos Sintéticos a priori*, esse passo é essencial para podermos compreender como ocorre a síntese própria do conhecimento transcendental. Uma vez compreendidos esses dois pontos importantes, poderemos então abordar o nosso objeto de interesse central, a saber: a prova dos princípios do entendimento, mais especificamente a prova do princípio de causalidade, a fim de compreender como ocorre a síntese própria da filosofia (3.3). Por fim, faremos uma conclusão final do capítulo (3.4).

### **3.1 O esquematismo e o esquema do conceito de causa**

Na divisão geral da Analítica Transcendental, enquanto a Analítica dos Conceitos trata da faculdade do entendimento puro, a Analítica dos Princípios trata da faculdade de julgar, que é definida do seguinte modo: “Se o entendimento em geral é definido como a faculdade

das regras, a faculdade de julgar é, então, a faculdade de *subsumir* sob regras, i. e., de distinguir se algo está sob uma dada regra (*casus datae legis*) ou não.” (*KrV*, A 132 / B 171). O papel da faculdade de julgar é, portanto, independente da regra que é dada *a priori* pelo conceito puro do entendimento, indicar, também *a priori*, o caso em que ela deve ser aplicada. (cf. *KrV*, A 133 / B 174). Isso significa que a faculdade de julgar deve determinar de modo *a priori* como os conceitos puros do entendimento se referem aos fenômenos. Para determinar isso, a Analítica dos Princípios está dividida em dois capítulos principais:

Esta *doutrina transcendental do juízo* conterá então dois capítulos: um primeiro que trata da única condição sensível sob a qual os conceitos puros do entendimento podem ser utilizados; e um *segundo* que trata dos juízos sintéticos que, sob tais condições, originam-se a priori dos conceitos puros do entendimento e constituem o fundamento *a priori* de todos os demais conhecimentos, i. e., [uma parte que trata] dos princípios do entendimento puro. (cf. *KrV*, A 136 / B 175).

O primeiro capítulo é o Esquematismo dos Conceitos Puros do Entendimento, onde o Esquema Transcendental é definido como:

um terceiro elemento que seja homogêneo com as categorias, de um lado, e com os fenômenos, de outro, e que torne possível a aplicação das primeiras aos últimos. Esta representação mediadora tem de ser pura (sem nenhum elemento empírico) e, ao mesmo tempo, por um lado *intelectual*, por outro *sensível*. (*KrV*, A 138-139 / B 177-78).

A aplicação das categorias aos fenômenos só é possível por meio do esquema transcendental, uma vez que este é homogêneo tanto com o tempo “como a condição do diverso do sentido interno”, quanto com a categoria que “contém a unidade sintética pura do diverso em geral.” (*KrV*, A 138 / B 177). O que significa que o esquema puro transcendental é mediador na subsunção dos fenômenos sob as categorias. (cf. *KrV*, A 139 / B 178).

Dado isso, a fim de compreendermos como Kant realiza a prova da aplicação universal do conceito de causalidade nos fenômenos na Segunda Analogia, é necessário antes tratar do Esquematismo. Segundo Allison, a chave da conexão entre o esquematismo e os princípios do entendimento:

se assenta no fato de que os esquemas transcendentais não são somente as condições sensíveis que realizam e restringem as categorias, eles também são as condições de determinação dos fenômenos no tempo, e, assim, da possibilidade da experiência. De fato, é precisamente por causa dessa dupla função como condições que eles podem ser considerados mediadores entre os conceitos puros e os fenômenos. (ALLISON, 2004, p.225, tradução nossa).

É importante destacar que, segundo essa passagem, os esquemas transcendentais tornam possível a produção da experiência. A sua função nessa produção, uma vez que são os

mediadores entre os conceitos puros do entendimento e os fenômenos, é justamente determinar *a priori* os fenômenos no tempo segundo regras.

Os esquemas das categorias relacionais (inerência e substância, causalidade e dependência e comunidade) têm a função de *ordenar* o tempo segundo regras. (*KrV*, A 145 / B184). Isso significa que eles contêm e tornam representável “a ligação das *percepções* entre si em qualquer tempo (i. e., segundo uma regra da determinação do tempo).” (*KrV*, A 145 / B 184). O esquema das categorias relacionais, portanto, faz com que a ligação das percepções não seja um mero agregado contingente, uma vez que é determinado por regras do entendimento. Contudo, a prova de que o esquema relativo à categoria funciona na determinação temporal da experiência só será fornecida na prova dos Princípios do Entendimento; no caso da determinação da ordem temporal pelas categorias relacionais, isso será provado pelas Analogias da Experiência. (cf. ALLISON, 2004, p. 225/226).

Sobre o esquema de causalidade, no capítulo do Esquematismo temos a seguinte afirmação: “O esquema da causa e da causalidade de uma coisa em geral é o real, que, uma vez posto arbitrariamente, sempre é seguido de outra coisa. Consiste, pois, na sucessão do diverso, na medida em que está submetido a uma regra.”<sup>62</sup> (*KrV*, A144/B183). O esquema da causalidade, portanto, afirma que todo o empiricamente real deve ser seguido de algo (no tempo) de acordo com uma regra, ou seja, de modo necessário. No entanto, isso não é provado no esquematismo, mas, como veremos mais à frente, isso será provado na Segunda Analogia. Nas palavras de Allison: “no caso da relação causal a analogia nos torna aptos a determinar *a priori* que para qualquer evento dado *y*, deve haver algum evento antecedente *x*, a partir do qual *y* se segue de acordo com uma regra.” (ALLISON, 2004, p. 226, tradução nossa).

Desse modo, se o esquema é a determinação temporal das categorias, o próprio caráter sintético dos Princípios do Entendimento se deve em parte a ele; o que contribui para sustentarmos nossa hipótese de que a síntese por conceitos própria da filosofia não é completamente independente da intuição pura, especialmente da intuição pura do tempo.

---

<sup>62</sup> Aqui optamos pela tradução de Santos e Morujão, dado que a tradução de Costa Matos nos parece ambígua nessa passagem: “O esquema da causa e da causalidade de uma coisa em geral é o real, ao qual, uma vez posto ele ao acaso, sempre se segue algo. Ele permanece na sucessão do diverso, na medida em que está submetido a uma regra.” (*KrV*, A 144 / B 183). Nessa tradução, não fica claro se o pronome *ele* no início da segunda sentença se refere ao real ou ao esquema de causalidade.

No caso das Analogias da Experiência, a conexão do Princípio com o esquema já é revelado pela sua denominação, pois uma analogia, no sentido que Kant a utiliza, expressa relação de dois termos: entre a categoria e seu esquema, por um lado, e a relação presumida de um fenômeno não especificado, por outro. (cf, ALLISON, 2004, p.226). Nas palavras de Allison: “A consequente analogia entre a categoria e o princípio é, portanto, atribuível ao fato de que todos os princípios fazem uso dos esquemas para subsumir os fenômenos sob eles. Isso é precisamente o que os torna tanto sintéticos quanto *a priori*.” (ALLISON, 2004, p. 227, tradução nossa). Assim, caso não houvesse distinção entre as categorias e seus esquemas - ou seja, entre as categorias somente do ponto de vista do entendimento e estas determinadas pelas condições formais da temporalidade - a referência dos princípios do entendimento a um objeto em geral teria que se limitar a um objeto do entendimento puro, sem nenhuma determinação colocada pelas condições da intuição sensível. (cf. ALLISON, 2004, p.227).

Consequentemente, como mostra Allison, o caráter sintético dos Princípios do Entendimento se deve em primeiro lugar ao seu esquema:

Ao contrário dos juízos que predicam conceitos puros de “objetos em geral”, aqueles que subsumem fenômenos sob esquemas não podem ser considerados até mesmo como “dissimuladamente analíticos” [covertly analytic], porque a condição formal da sensibilidade (os esquemas) sob os quais os objetos (os fenômenos) são subsumidos nesses juízos não estão eles mesmos contidos no mero conceito de um objeto. Também não se pode argumentar que esses juízos se tornam analíticos assim que caracterizamos como temporais os objetos que foram incluídos nos esquemas. Pois a determinação das propriedades universais e necessárias dos objetos enquanto temporais só é possível por meio de juízos sintéticos. Mas nós vimos que a possibilidade desses juízos, e, portanto, a possibilidade da ‘metafísica da experiência’, repousa sobre a possibilidade de especificar os “análogos” da análise temporal das regras categoriais fornecidas pelos conceitos puros do entendimento. (ALLISON, 2004, p. 227/228, tradução nossa).

Ora, é importante ressaltar o que essa passagem afirma: que a condição formal da sensibilidade pura não está contida no conceito puro do entendimento, mas somente no esquema relativo a tal conceito. Mas que a determinação “das propriedades universais e necessárias dos objetos enquanto temporais” não é dada pelo esquema somente, mas “só é possível por meio de juízos sintéticos.” Assim, não seria possível provar as regras de ordenação temporal nas Analogias a partir da categoria, mas somente a partir do seu esquema correspondente. Isso mostra que essa prova deve fazer referência à intuição para realizar a síntese *a priori*; mas não à intuição pura sozinha, mas à intuição pura conectada com as regras do entendimento, ou seja, ao esquema.

Isso justifica a necessidade de termos tratado, ainda que em linhas gerais, do esquema do conceito de causalidade para podermos compreender a prova do Princípio de Causalidade,

que trataremos a seguir. Contudo, visto que tal prova possui a experiência possível como fio condutor, iremos, antes de tratar da Segunda Analogia, analisar a noção de experiência possível segundo uma seção da Analítica dos Princípios denominada *Do Princípio Supremo de Todos os Juízos Sintéticos*.

### 3.2 Experiência Possível: tempo, imaginação e unidade da apercepção

No final do Esquematismo temos já uma passagem que explicita que todo conhecimento transcendental se assenta na referência à *experiência possível*: “Todos os nossos conhecimentos, porém, repousam no conjunto de toda experiência possível, e a verdade transcendental, que antecede e torna possível toda verdade empírica, consiste na referência universal a essa experiência possível.” (*KrV*, A 146 / B 185). Contudo, a *Crítica* só chega a esclarecer em que consiste a experiência possível no capítulo dedicado aos Princípios do Entendimento, pois é na prova de tais princípios que será provada aplicação universal das categorias aos fenômenos através da referência daquelas à experiência possível.

Assim, após apresentar o Esquematismo do Entendimento Puro, a *Crítica* finalmente irá mostrar como a Faculdade de Julgar contém as condições universais sob as quais “ela é apta a utilizar os conceitos puros do entendimento em juízos sintéticos” (*KrV*, A 148 / B 187), apresentando “em uma ligação sistemática, os juízos que, sob tais precauções críticas, o entendimento efetivamente produz *a priori*.” (*KrV*, A 148 / B 187). Os Princípios do Entendimento são, portanto, juízos sintéticos *a priori* que são derivados dos conceitos do entendimento. Aqui, Kant explicita aquilo que havia afirmado na Disciplina da Razão Pura: que estes juízos são obtidos tendo como fio condutor a experiência possível:

É justamente a referência destas [das categorias] à experiência possível que tem de constituir todos os conhecimentos puros do entendimento, e é graças à sua relação com a sensibilidade em geral que serão estabelecidos em um sistema, de maneira completa, todos os princípios transcendentais do uso do entendimento. (*KrV*, A 148 / B 187-188).

Zoller esclarece essa passagem da *KrV*, ao afirmar:

A validação das categorias só pode assumir a forma de mostrar que a experiência, juntamente com seus objetos, não seria possível, se não fosse a contribuição das categorias na determinação de um objeto para intuições dadas. Assim, a validação das categorias não ocorre por alguma experiência real, mas pelo que Kant chama de “experiência possível” (*mögliche Erfahrung*) ou, mais precisamente, a “possibilidade de experiência” (*Möglichkeit der Erfahrung*). (ZOLLER, 2010, p. 92, tradução nossa).

É na prova dos princípios do entendimento puro que essa referência das categorias à experiência possível é realizada. Tais princípios são os mais fundamentais da filosofia transcendental, pois eles “contém em si os fundamentos de outros juízos” e “não são fundados em conhecimentos mais elevados ou mais gerais”. (*KrV*, A 149 / B 188). Entretanto, “esta propriedade não os exime inteiramente de uma prova”, afirma Kant, prova tal que não pode ser produzida objetivamente, mas serve antes de fundamento de todo conhecimento de objeto: ela é produzida “a partir das *fontes subjetivas* da possibilidade de um conhecimento do objeto em geral”. (*KrV*, A 149 / B 188, grifo nosso). Como veremos, a experiência possível é justamente as condições universais dessa fonte subjetiva.

Assim, antes de apresentar os Princípios do Entendimento e fornecer a prova destes, a Analítica dos Princípios esclarece como são possíveis os juízos sintéticos *a priori* em uma seção denominada *Do princípio supremo de todos os juízos sintéticos*. Aqui Kant declara que a explicação da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* é o assunto mais importante da lógica transcendental, “se não o único”, e não poderia ser realizada pela lógica geral. “Pois, com o término de tal tarefa, ela [a lógica transcendental] pode considerar-se inteiramente satisfeita quanto a seu fim, qual seja, a determinação e o alcance do entendimento puro.” (*KrV*, A 154 / B 193). E na sequência temos uma passagem que esclarece em que consiste esse terceiro elemento mediador dos Princípios do Entendimento:

Admitido, pois, que se tem de sair de um conceito para compará-lo sinteticamente com algo diverso, então é necessário um terceiro sem o qual não poderia engendrar-se a síntese de dois conceitos. Mas o que é esse terceiro, que funciona como *medium* de todos os juízos sintéticos? Ele é apenas o conjunto completo em que estão contidas todas as nossas representações, a saber, o sentido interno e a forma *a priori* do mesmo, o **tempo**. A síntese das representações se baseia na **imaginação**, mas a unidade sintética das mesmas (requerida para o juízo) se baseia na **unidade da apercepção**. (*KrV*, A 155 / B 194, grifos nossos).

A experiência possível consiste, portanto, nesses três elementos que fornecem a unidade da síntese de todas as representações possíveis: (1) o **tempo**, que é o meio pelo qual é dado o conjunto de todas as representações; (2) a **imaginação**, que, como foi provado no §24 da Dedução Transcendental, fornece a síntese do diverso; e (3) a **unidade da apercepção** que une todas as representações, agora sintetizadas pela imaginação, em uma mesma consciência e que, paralelamente, torna possível a atividade judicativa da mente. A passagem então prossegue afirmando que é nesses três elementos que “tem de ser investigada a possibilidade dos juízos sintéticos e, como todos os três contêm as fontes das representações *a priori*, também a possibilidade dos juízos sintéticos puros.” (*KrV*, A 155 / B 194).



Aqui, contudo, cabe a seguinte questão: por que a referência dos conceitos do entendimento a essas três condições universais torna possível a formação de juízos sintéticos? Em um juízo sintético eu saio do conceito e busco o predicado do juízo em algo que não está contido no próprio conceito. No caso da matemática, como vimos no capítulo 1, é a própria intuição pura que fornece os predicados universais e *a priori* do conceito, o que torna possível vincular os conceitos no juízo de modo sintético sem que seja necessária a experiência. Por outro lado, os juízos sintéticos da filosofia são possíveis quando relacionamos um possível conhecimento empírico em geral à esses três elementos:

[1] as condições formais da intuição *a priori*, [2] a síntese da imaginação e [3] a unidade necessária desta última em uma apercepção transcendental, e dizemos ‘as condições de possibilidade da *experiência* em geral são, ao mesmo tempo, as condições de possibilidade dos *objetos da experiência* e, por isso, têm validade objetiva em um juízo sintético *a priori*.’ (*KrV*, A 158 / B 197).<sup>63</sup>

Por exemplo, na proposição “Tudo que acontece possui uma causa”, o conceito de causa não está contido no conceito daquilo que em geral acontece (cf. *KrV*, A 783 / B 811), uma vez que não há contradição em pensar um acontecimento sem causa. A necessidade dessa proposição é provada pela investigação das condições *a priori* da experiência; é por essa referência à experiência possível que fica estabelecida a aplicação da regra de causalidade, dada pelo conceito do entendimento, a todo fenômeno. Assim, uma vez esclarecido em que consiste esse “terceiro elemento” mediador da síntese *a priori* dos Princípios do Entendimento, na sequência pretendemos mostrar como a experiência possível é mediadora na prova do princípio de causalidade.

### 3.3 A síntese *a priori* na prova do Princípio de Causalidade

#### 3.3.1 Os Princípios do Entendimento Puro

Em uma seção denominada Representação Sistemática de Todos os Princípios Sintéticos do Entendimento puro, Kant define os princípios do entendimento como aqueles

---

<sup>63</sup> Carlucci, em sua dissertação de mestrado que trata da Segunda Analogia da Experiência, também comenta que a experiência possível é formada por esses três componentes *a priori*: “Para encontrar um princípio supremo para todos os juízos sintéticos é necessário encontrar um princípio que seja válido tanto para os juízos sintéticos *a priori*, como para os juízos sintéticos *a posteriori*. O fator comum destes dois modos de juízo sintético é a necessidade da referência a uma intuição possível para confirmar a verdade do juízo, uma vez que a verdade não pode ser encontrada por mera análise, que nos dá meramente conceitos. Nessa condição, os juízos sintéticos dependem de tudo mais que liga o entendimento à intuição: os princípios da imaginação – dado que esta é a faculdade responsável pela função de síntese –, os princípios da sensibilidade e da unidade sintética da apercepção.” (CARLUCCI, 2014, p. 32/33).

princípios que contêm os fundamentos para a unidade sintética da experiência, eles “fornecem o *conceito* que contém a condição e como que o expoente para uma *regra em geral*, enquanto que a experiência dá o caso que se subordina à regra.” (*KrV*, A 159 / B 198).<sup>64</sup> A regra para o princípio do entendimento está, portanto, no conceito do entendimento, mas o princípio universaliza essa regra para todos os fenômenos, ao aplicá-la à experiência possível. (*KrV*, A 159 / B 199).

Uma vez que os princípios do entendimento são derivados dos conceitos do entendimento, a relação entre a tábua das categorias e a tábua dos princípios do entendimento puro se dá do seguinte modo:

- 1) Categorias de quantidade / Axiomas da intuição;
- 2) Categorias de qualidade / Antecipações da percepção;
- 3) Categorias de relação / Analogias da experiência;
- 4) Categorias de modalidade / Postulados do pensamento empírico. (*KrV*, A 160 / B 200).

Os dois primeiros princípios são chamados de princípios matemáticos (não os princípios da matemática propriamente, mas princípios do entendimento que tornam esta ciência possível)<sup>65</sup>, e os dois últimos são chamados de princípios dinâmicos.

A diferença entre esses dois tipos de princípios está na aplicação da regra do entendimento à experiência possível; pois, como esclarece Kant, há dois tipos de usos possíveis da síntese do entendimento puro: o uso *matemático* e o *dinâmico*, sendo que o primeiro uso diz respeito à *intuição*, o segundo à *existência* de um fenômeno em geral. (cf.

---

<sup>64</sup> O seguinte comentário de Carlucci ajuda a esclarecer como os princípios do entendimento puro atuam na determinação da experiência: “O modo como é possível constituir a experiência é efetuando juízos sintéticos a priori, que funcionam como fundamento da síntese do múltiplo, isto é, nossa faculdade sensível, ao ser afetada por dados externos, tem nesses juízos os critérios formais para constituir os objetos que contarão na realidade humana. Dado que tais juízos são condição de um objeto em geral e que sua validade tem um caráter normativo para qualquer objeto, tais juízos funcionam como uma regra de síntese. Como se trata de um juízo sintético a priori, o entendimento consegue indicar a priori o caso ao qual tal regra deve ser aplicada.” (CARLUCCI, 2014, p. 27).

<sup>65</sup> Cf. *KrV*, B 199: “Por isso não incluirei os princípios da matemática entre os meus princípios, mas apenas aqueles em que se fundam *a priori* a possibilidade e a validade objetiva dos mesmos e que, portanto, têm de ser vistos como princípios desses princípios [*Principium dieser Grundsätze*] e vão dos *conceitos* para a intuição, mas não da *intuição* para os conceitos.” Aqui Kant diferencia os princípios da matemática dos princípios da filosofia, ao afirmar que a matemática vai da intuição para o conceito e que a filosofia vai do conceito para intuição. Isso significa que nos princípios matemáticos parte-se da intuição para formar conceitos fundamentais; enquanto que princípios da filosofia parte-se de conceitos (puros, ou seja, das regras *a priori* do entendimento) e, a partir deles, é possível subsumir a intuição sob regras.

*KrV*, A 159 / B 199). Isso parece sugerir que nos princípios matemáticos a aplicação das regras do entendimento diz respeito apenas às condições sensíveis da experiência possível; e que nos princípios dinâmicos diz respeito às condições da experiência possível em geral. Isso é confirmado por uma nota que diferencia dois tipos de síntese: 1) composição (*compositio*) e 2) conexão (*nexus*).

A primeira (*compositio*) é a síntese do diverso em que uma coisa *não pertence necessariamente à outra*, como, por exemplo, no caso de dois triângulos que, formados a partir da divisão de um quadrado por uma diagonal, não pertencem necessariamente um ao outro. (...) A segunda ligação (*nexus*) é a síntese do diverso em que *uma coisa pertence necessariamente à outra*, como, por exemplo, no caso da ligação do acidente com a substância, ou da causa com o efeito, e em que, portanto, também se representa o *heterogêneo* como ligado, embora *a priori*. (*KrV*, A 161-162 / B 200-201, n.).

O exemplo do triângulo, formado a partir da divisão de um quadrado, mostra um exemplo de síntese de um objeto da intuição *a priori*; os princípios matemáticos irão mostrar como o entendimento torna possível esse tipo de ligação que está no fundamento da nossa capacidade de construir o conhecimento matemático. Mas o conhecimento matemático não diz respeito à possibilidade da experiência como um todo. Ao passo que a síntese enquanto *nexus* “é a síntese do diverso em que *uma coisa pertence necessariamente à outra*”, como a síntese de causa e efeito e de acidente e substância, que dizem respeito à ligação dos fenômenos, desse modo, à possibilidade de síntese dos próprios objetos empíricos. Os princípios dinâmicos, como as Analogias, são, portanto, meramente regulativos, pois eles dizem respeito a como a experiência se organiza, mas não nos permitem construí-la *a priori*. (cf. PATON, p. 179).

Nas Analogias da Experiência há uma passagem que esclarece melhor essa diferença entre princípios matemáticos e dinâmicos. De acordo com tal passagem, os princípios matemáticos autorizam a aplicação da matemática aos fenômenos, e dizem respeito à possibilidade dos fenômenos ao mostrar como eles “podem ser engendrados de acordo com as regras de uma síntese matemática” (*KrV*, A 178 / B 221); isso quer dizer que um princípio matemático torna possível, por exemplo, empregar uma grandeza numérica para se determinar a quantidade de um fenômeno. (cf. *KrV*, A 178 / B 221). Tais princípios, portanto, não mostram como se dá a conexão entre percepções em uma mesma consciência, mas tornam possível determinar certas propriedades de uma percepção, como a quantidade ou intensidade. De acordo com Paton: “Os Princípios Matemáticos se ocupam com os fenômenos, ou, mais precisamente, com a síntese do tempo e do espaço e a síntese da sensação necessária para o conhecimento dos fenômenos enquanto aparências de objetos.” (PATON, p. 178).

Por outro lado os princípios dinâmicos: “devem subordinar *a priori* a existência dos fenômenos a regras.” Pois, uma vez que a existência dos fenômenos não pode ser construída, os princípios dinâmicos “só valerão para a *relação* da existência e fornecerão princípios meramente *regulativos*.” (*KrV*, A 179 / B 221-222, grifos nossos). Isso significa que

quando uma percepção nos é dada em relação a outra (mesmo que indeterminada) em uma relação temporal, não se poderá dizer *a priori qual é* esta outra percepção nem *quão grande* ela é, mas apenas como está necessariamente ligada àquela segundo a existência neste *modo* do tempo. (*KrV*, A 179 / B 221-222).

Ora, a relação da ligação entre percepções em uma mesma consciência pela unidade da apercepção, e, assim, a justificação completa da possibilidade da experiência só é, portanto, atingida na *Crítica da Razão Pura*, na prova dos Princípios Dinâmicos. As Analogias da Experiência possuem um papel central nessa determinação da possibilidade da experiência, pois a sua prova geral é justamente mostrar como a experiência só é tornada possível pela conexão de percepções.

Dado isso, abaixo, iremos tratar das Analogias da Experiência, em especial da Segunda Analogia, que trata do Princípio de Causalidade. A justificativa de tal escolha se deve, em primeiro lugar, ao fato de que na passagem da Disciplina da Razão Pura em que Kant menciona e explica a possibilidade de uma síntese *a priori* no conhecimento filosófico, é utilizado como exemplo a prova do princípio de causalidade. (cf. *KrV*, A 783 / B 811). Tal passagem esclarece que nessa prova não se obtém o conceito de causa a partir da análise do conceito daquilo que em geral acontece, mas pela relação deste último com a experiência possível. (cf. *KrV*, A 783 / B 811). Em segundo lugar, porque é necessário compreendermos como a conexão entre percepções se torna possível, pois, como vimos no capítulo anterior, isso não foi provado pelo §26 da Dedução. Portanto, a seguir pretendemos investigar, a partir de uma análise da prova da Segunda Analogia, como a experiência possível opera como mediadora nesse tipo de síntese.

### 3.3.2 As Analogias da Experiência

Formulado apenas na segunda edição da *Crítica*, o princípio geral das Analogias da Experiência consiste no seguinte: “a experiência só é possível por meio da representação de uma conexão das percepções.” (*KrV*, A 176 / B 218). Como mostra Carlucci, esse princípio se assenta na unidade da apercepção e na sua determinação do tempo:

Enquanto juízo que o entendimento faz a priori, o princípio universal de todas as analogias se assenta sob a unidade necessária da apercepção que produz toda consciência possível e, conseqüentemente, é responsável por todo tempo no qual os fenômenos podem existir. Como todo conhecimento de fenômenos só é possível pela unidade transcendental *a priori* da apercepção, toda relação empírica da qual se pode ter conhecimento é determinada a priori por tal unidade sintética. (CARLUCCI, 2014, p. 38).

Assim, o ponto central desse conjunto de princípios consiste em mostrar como os fenômenos se *ordenam* em um mesmo tempo unificado pela unidade da apercepção. Para isso, a prova geral só será atingida com as provas dos três princípios relativos às categorias relacionais: 1) o Princípio de permanência e substância; 2) o Princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade e; 3) o Princípio da simultaneidade segundo a lei da reciprocidade ou comunidade. Assim, uma vez que as Analogias da Experiência fazem parte dos princípios dinâmicos, ou seja, que dizem respeito à relação dos objetos uns com os outros (cf., *KrV*, A 179 / B 221-222), esses três princípios determinam como os fenômenos podem se ordenar em três formas de relação temporal; o que só é possível se existirem regras do entendimento que regulam essas relações para a produção da experiência.

O papel das Analogias de mostrar que a experiência só é possível mediante uma conexão necessária de percepções significa, portanto, que a realidade objetivamente concebida deve ser ordenada em sucessão, em permanência e em simultaneidade. Assim, independente do objeto existente na realidade, ele será organizado no tempo nessas três relações com outros objetos, não permitindo que a síntese do diverso empírico se ordene de modo temporalmente arbitrário.

Apesar desse princípio geral depender das provas das três Analogias, ainda assim, Kant fornece um argumento geral, na Introdução, que, segundo Allison, está dividido em cinco passos. Abaixo faremos uma análise desses cinco passos seguindo o comentário de Allison.

O primeiro passo contém implicitamente a definição de experiência:

A experiência é um conhecimento empírico, i. e., um conhecimento que determina um objeto por meio das percepções. Ela é, portanto, uma síntese das percepções que não está ela própria contidas nas percepções, mas antes contém a unidade diversa do sintético das mesmas em uma consciência que, por seu turno, constitui o essencial de um conhecimento dos *objetos* dos sentidos, i. e., da experiência (não apenas da intuição ou sensação dos sentidos). (*KrV*, B 218-219).

Aqui temos novamente a distinção entre percepção e experiência, tal como Kant apresenta na Dedução. O ponto central mostrado pelo § 26 é que a própria percepção exige uma síntese (as conseqüências dessa síntese são tratadas nos princípios matemáticos), aqui Kant mostra que um nível mais elevado de síntese é exigido tanto para a constituição da

experiência, quanto para o conhecimento de objetos. (cf. ALLISON, 2004, p. 235). Portanto, essa passagem reforça a tese já explicitada na Dedução de que a experiência não é um mero agregado de percepções, mas ela é *conhecimento empírico*<sup>66</sup> que é tornado possível pela conexão das percepções em uma mesma consciência.<sup>67</sup>

O segundo passo diz o seguinte:

Agora, é verdade que as percepções só se juntam umas às outras, na experiência, de maneira contingente, de modo que a necessidade de sua conexão não se evidencia, nem pode ser evidenciada, a partir das próprias percepções; pois a apreensão é apenas uma reunião [*Zusammenstellung*] do diverso da intuição empírica, não se encontrando nela uma representação da necessidade da existência interligada dos fenômenos que ela reúne no espaço e no tempo. (*KrV*, B 219).

O que essa passagem mostra é que a maneira como o diverso da intuição empírica é reunido na percepção não é necessário, pois tal reunião ocorre do ponto de vista de um sujeito perceptor, ou seja, não há motivos para defendermos a objetividade dessa síntese. Determinar a objetividade dessa reunião exigiria mostra que essa conexão é governada por regras, o que ainda não é possível no nível da percepção. (cf. ALLISON, 2004, p. 235).

O terceiro passo diz: “Como a experiência, no entanto, é um conhecimento de objetos por meio de percepções e, portanto, a relação do diverso na existência deve ser representada não como é reunida no tempo, mas como é objetivamente no tempo...” (*KrV*, B219). Nas palavras de Allison, esse passo “contrasta a ordem temporal objetiva com a ordem de apreensão subjetiva e contingente. Uma vez que a primeira que é experienciada em sentido próprio, ela é o objeto de interesse.” (ALLISON, 2004, p. 235, tradução nossa).

---

<sup>66</sup> Segundo Paton, as Analogias da Experiência, dentre os Princípios do Entendimento, são especialmente responsáveis em determinar as condições formais do conhecimento empírico: “As condições formais da verdade empírica devem ser condições formais da experiência (e, portanto, dos objetos). Kant, no entanto, tem em mente, não os Princípios Matemáticos (que dizem respeito à intuição como tal), mas os Princípios Dinâmicos e, em particular, as Analogias; pois estes dizem respeito à existência de objetos e são necessários apenas sob as condições do pensamento empírico em uma experiência. Quando falamos de 'o diverso como ele é combinado na aparência (ou no objeto) em si', queremos dizer o diverso como é combinado de acordo com as Analogias, e não como é combinado arbitrariamente na imaginação ou como é dado sucessivamente em apreensão.” (PATON, p. 235, tradução nossa).

<sup>67</sup> Os *Prolegômenos* também confirmam a tese de que a experiência só é tornada possível pela unificação das percepções em uma mesma consciência: “Mas, o leitor deve sobretudo estar atento à demonstração dos princípios que se apresentam sob a denominação de analogias da experiência. Visto que estes não dizem respeito, como os princípios da aplicação da matemática à ciência da natureza em geral, à produção das intuições, mas à conexão da sua existência numa experiência, que nada mais pode ser senão a determinação da existência no tempo segundo leis necessárias, sob as quais unicamente ela é objectivamente válida e, por conseguinte, experiência, a prova não incide sobre a unidade sintética na conexão das coisas em si, mas na das percepções e, sem dúvida, não relativamente ao seu conteúdo, mas à determinação do tempo e à relação da existência no tempo segundo leis universais. Estas leis universais contêm, pois, a necessidade da determinação da existência no tempo em geral (por conseguinte, segundo uma regra do entendimento a priori), se a determinação empírica no tempo relativo deve ser objectivamente válida, portanto, uma experiência.” (*Prol AA*, 04, 96).

O quarto passo prossegue: “... não podendo o tempo mesmo ser percebido, então a determinação da existência dos objetos no tempo só pode ocorrer por meio de sua conexão no tempo em geral, portanto por meio de conceitos conectivos *a priori*.” (*KrV*, B 219). De acordo com Allison, “esse é o passo crucial, uma vez que define o problema para todas as três analogias.” (ALLISON, 2004, p. 236, tradução nossa). Segundo o comentador, a tese aqui é que uma vez que o tempo em geral não pode ser percebido, então as percepções por si só não revelam a sua ordem temporal. O “tempo em geral” é o correlato temporizado do “objeto em geral”, portanto, do mesmo modo que relacionar as representações com o “objeto em geral” é unificá-las de acordo com conceitos *a priori*; relacionar os fenômenos com o tempo em geral é unificá-los de acordo com regras que determinam sua ordem no tempo em relação a toda a experiência, ou seja, em relação à consciência em geral. “Em outras palavras, é submetendo os fenômenos a tais regras que se representa para si mesmo uma ordem temporal objetiva”, afirma Allison. (ALLISON, 2004, p. 236, tradução nossa).

O quinto passo, por fim conclui: “Como estes [os conceitos conectivos *a priori*], no entanto, trazem sempre consigo a necessidade, a experiência só é possível por meio de uma representação da ligação necessária das percepções.” (*KrV*, B 219). Aqui Kant explicitamente conclui o argumento que os passos precedentes já vinham conduzindo, além de fornecer o argumento que faltava no §26. Portanto, esse argumento mostra que a experiência não envolve apenas um agregado de percepções, como poderíamos concluir somente com a Dedução B, mas envolve também o conhecimento de uma ordem temporal objetiva de fenômenos. Essa ordem objetiva dependerá de regras que é tarefa das Analogias especificar e mostrar sua necessidade.

Assim, o argumento geral das Analogias consiste em mostrar a *necessidade* da conexão das percepções em uma mesma consciência para a produção da experiência; essa necessidade não pode ser mostrada pelas próprias percepções, o ponto central dessa impossibilidade reside no argumento de que o próprio tempo não pode ser percebido, como vimos no quarto passo do argumento. (cf. *KrV*, B 219). Essa prova confirma aquilo que discutimos no capítulo anterior, a saber: que a mera apreensão não possibilita a conexão de percepções em uma mesma consciência. A determinação do diverso na existência, portanto, deve ser representada como é *objetivamente* reunida no tempo (*KrV*, B 219), já que a determinação subjetiva do diverso segundo a função sintética da imaginação não produz uma ordem necessária de percepções. Daí a necessidade das regras impostas pelos conceitos do entendimento para a determinação da ordem objetiva das percepções e, conseqüentemente, para o conhecimento dos fenômenos,

ou seja, para a possibilidade da determinação destes últimos enquanto realidades objetivas. Allison resume bem o intuito geral das Analogias do seguinte modo: “Uma ordem temporal objetiva significa simplesmente uma ordem de ocorrências no mundo, o problema geral que as Analogias tratam diz respeito à possibilidade de conhecimento de tal ordem.” (ALLISON, 2004, p. 230).

Desse modo, embora a síntese da imaginação obedeça aos critérios do entendimento; como vimos no capítulo anterior, na síntese figurativa as categorias não possuem ainda nem a função conceitual na formação de juízos discursivos, nem a função de determinar a conexão objetiva das percepções de acordo com a ordem do próprio fenômeno. Isso significa que a imaginação sozinha pode ordenar as representações de modo arbitrário, ou seja, de maneira que estas não estejam de acordo com a própria ordem dos acontecimentos.<sup>68</sup> Nas palavras de Allison:

Assim, por meio das Analogias, nós migramos das considerações acerca das condições transcendentais da percepção, que envolvem regras da apreensão guiadas pela síntese imaginativa, para uma consideração das condições transcendentais da cognição de uma ordem temporal objetiva das existências correspondentes a essas percepções. (ALLISON, 2014, p. 230, tradução nossa).

O problema central das Analogias como um todo é explicar como é possível o conhecimento de uma ordem temporal objetiva. Apesar desse trabalho envolver todos os três Princípios, a colocação desse problema está localizada sobretudo no primeiro parágrafo da Segunda Analogia. (cf. ALLISON, 2014, p. 230): “Assim, a despeito de sua localização, é nesse parágrafo que Kant levanta o problema geral de explicar como a cognição de uma ordem temporal objetiva é possível, isso pode ser considerado como uma introdução às Analogias como um todo.” (ALLISON, 2014, p. 230, tradução nossa).

O que Kant irá explicar a partir desse problema é como o conhecimento de uma ordem temporal objetiva é tornado possível através da determinação da sensibilidade pelo entendimento. O argumento da segunda Analogia irá mostrar como a ordem objetiva necessária dos fenômenos é condição formal de toda verdade empírica, e se distingue da ordem contingente das percepções; esta última, por sua vez, não nos revela nada sobre a

---

<sup>68</sup> É digno de nota, contudo, que a função das Analogias, como esclarece Allison, não consiste em distinguir uma ordem de representações meramente imaginada ou aparente de uma ordem real, pois essa distinção é uma questão empírica: “Como Graham Bird pontuou, a preocupação de Kant na Segunda Analogia é mostrar que o conceito ou esquema de causalidade é necessário para tomar sucessivas representações como representações de um evento, não para distinguir eventos genuínos de eventos meramente aparentes.” (ALLISON, 2004, p.249, tradução nossa).



relação dos objetos uns com os outros no próprio fenômeno. (cf. *KrV*, A 193 / B 238). Nas palavras de Allison:

Isso sugere que, o problema é que uma vez que a apreensão é sempre sucessiva, uma inspeção da ordem da apreensão, ou seja, da ordem na qual as representações ocorrem na consciência, não fornecem uma evidência adequada para formar juízos confiáveis sobre a ordem do que é representado. Assim, a partir das sucessões da minha representação *a-b*, eu não posso inferir nada sobre a ordem do objeto representado. (ALLISON, 2014, p. 231, tradução nossa).

Como vimos no capítulo anterior, essa conexão necessária das percepções entre si não foi provada pelo argumento final da Dedução, o que é confirmado por Allison no capítulo em que ele trata das Analogias: “Não somente esse é um problema significativo, mas é um problema que foi deixado sem solução pela Dedução Transcendental.” (ALLISON, 2014, p. 231). Segundo Paton, é na Segunda Analogia, ou seja, na Prova do Princípio de Causalidade, “que a doutrina da Dedução Transcendental atinge sua aplicação mais característica e fundamental.” (PATON, p. 220).

Dado isso, para compreender esse argumento iremos, então, analisar a Segunda Analogia da Experiência. Essa análise também tornará possível finalmente atingir nosso objetivo central, ou seja, compreender a prova sintética do princípio de causalidade.

### 3.3.3 A Segunda Analogia e a Lei da Causalidade

O princípio que será provado na Segunda Analogia é o “Princípio da sucessão temporal segundo a lei de causalidade: Todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito.” (*KrV*, A 189 / B 232). Tal princípio é central para a prova geral das Analogias - que pretende provar que a experiência é formada pela conexão das percepções. Segundo Allison:

Toda a problemática da Segunda Analogia está fundada na pressuposição da impossibilidade de simplesmente se identificar a ordem das percepções com a ordem dos estados sucessivos do objeto percebido. Novamente, portanto, a subsunção das percepções sob uma regra não pode ser construída como os meios para transformar as próprias percepções em objetos, mas, ao contrário, como a base para conceber uma ordem temporal distinta e objetiva em e através dessas percepções. (ALLISON, 2004, p. 252, tradução nossa).

É consenso entre comentadores que o argumento está dividido em seis provas distintas e independentes, sendo que as primeiras 5 pertencem a ambas as edições e a última é exclusiva da edição B. Nas palavras de Carlucci:

O método de prova da segunda analogia é, tal como a dedução transcendental, através de uma multiplicidade de argumentos e os primeiros a notar isso foram Paton, Adickes e Kemp Smith. Eles observam que, para o texto da segunda analogia, Kant agregou uma prova a mais na segunda edição da *Crítica*, totalizando seis provas. (CARLUCCI, 2014, p. 44).

As seis provas se encontram nas seguintes passagens:

Prova I: B 232-234;

Prova II: A 189-189 / B 234-239.

Prova III: A 194-195 / B 239-240.

Segue-se um terceiro parágrafo de caráter mais geral em A 195-196 / B 240-241, que não pode ser considerado como pertencente nem à Prova III nem à IV.

Prova IV: A 196-199 / B 241-244.

Prova V: A 199-201 / B 244-246.

Prova VI: A 201-202 / B 246-247. (cf, PATON, p. 234)

Deve-se notar, no entanto, que essas provas não devem ser consideradas como diferentes versões da mesma prova adicionadas arbitrariamente umas às outras. Se considerarmos a primeira edição somente, temos pelo menos alguma aparência de desenvolvimento. A Prova II - que na edição A da *Crítica* é a primeira prova - desenvolve o argumento como um todo, e é conhecida por utilizar dois exemplos; a prova III é conhecida como prova indireta, pois mostra as consequências absurdas caso se negue o princípio de causalidade; a prova IV apela em seu argumento para a experiência real, não apenas a experiência possível; o argumento da prova V tem como ponto principal a natureza do tempo; enquanto a Prova VI pretende ser um resumo, e um resumo muito necessário, dos principais pontos ou 'momentos' do argumento. (cf. PATON, p. 225).

Também é reconhecido que cinco dessas provas são variações de uma única temática, argumentadas de maneiras distintas; sendo que uma única prova, conhecida como “argumento da natureza do tempo” (a prova V, presente em A 199-201 / B 244-246.), diferencia-se das outras e envolve dificuldades particulares. (cf. ALLISON, 2004, p.249/250). Nesta seção, analisaremos a primeira prova, exclusiva da Edição B, pois, como veremos, nela é bastante evidente a referência aos três elementos da experiência possível, a saber: o tempo, a síntese da

imaginação e a unidade da apercepção, para mostrar a aplicação universal da categoria de causalidade nos fenômenos.

Kant inicia a primeira prova da Segunda Analogia retomando o que foi provado pelo princípio anterior, a saber, o princípio de permanência e substância. Sobre isso, ele afirma:

*toda mudança (sucessão) dos fenômenos é apenas modificação; pois, na medida em que o conceito de modificação pressupõe como existente, portanto como permanente, o mesmo sujeito com duas determinações opostas, o surgir e o desaparecer da substância não são modificações da mesma. (KrV, B 233).*

A Primeira Analogia provou que a substância não perece nem surge. Isso significa que na sequência dos acontecimentos no tempo tudo que vemos são meras alterações do estado do objeto, que, em parte, permanece o mesmo. Portanto, esse princípio mostra que, por exemplo, se um objeto está em uma determinada posição e lugar e depois em outra posição e lugar, o objeto não deixa de ser o mesmo, ele apenas sofreu uma alteração. A necessidade de provar o Princípio de Permanência e Substância antes do Princípio de Causalidade é porque toda mudança é uma alteração que tem por base imutável a substância. Nas palavras de Allison: “Assim como a analogia anterior argumentou que toda mudança é uma mera alteração da substância que persiste, a Segunda Analogia irá argumentar que toda alteração é governada pela ‘lei de conexão de causa e efeito’.” (ALLISON, 2004, p.247, tradução nossa). Paton também defende que a Segunda Analogia assenta-se necessariamente na Primeira como pressuposto. (cf. PATON, 225). Segundo o comentador, essa introdução é necessária pois retoma o fato de que a sucessão dos fenômenos é uma mudança da substância que permanece, ou seja, “um ser e não ser sucessivo das determinações de uma substância que não nasce nem desaparece, mas cuja existência é positivamente determinada de maneiras diferentes em momentos diferentes.” (PATON, 226, tradução nossa). A Segunda Analogia trata justamente da mudança segundo a lei de causalidade. Assim, somente após retomado esse princípio, Kant parte para a prova do princípio de causalidade propriamente. Mais adiante faremos uma análise dessa prova, contudo, antes faremos algumas considerações.

Acima de tudo, é importante reiterar o caráter sintético do princípio de causalidade e o que síntese significa nesse contexto. Como veremos, o ponto central da prova irá distinguir a ordem de sucessão objetiva de representações, ou seja, a ordem dada pelo próprio fenômeno, da ordem de sucessão subjetiva, que é contingente. Se quisermos fazer essa distinção, “devemos considerar a sucessão anterior [objetiva] como necessariamente determinada, isto é, como regida pela lei de causa e efeito.” (PATON, p. 222, tradução nossa). Como pretendemos

mostrar, esse argumento que prova que a ordem objetiva dos fenômenos é regida pelo conceito do entendimento exige uma síntese *a priori*, pois a afirmação de que a sucessão objetiva é regida pela lei de causa e efeito não é auto-evidente, mas “depende de doutrinas críticas já estabelecidas (...) e o que queremos saber é a natureza precisa das doutrinas críticas pressupostas e sua relação precisa com a alegação que temos agora de considerar.” (PATON, p. 222/223, tradução nossa).

Ora, a experiência possível enquanto fio condutor da síntese *a priori* consiste justamente nessa referência às doutrinas críticas já investigadas previamente pela Doutrina dos Elementos. Portanto, aqui não é diretamente a intuição pura que conduz a síntese, como faz a matemática; por ser guiada pela intuição pura, a matemática não necessita realizar uma investigação transcendental para que possa chegar a conhecimentos sintéticos e *a priori*.<sup>69</sup> Por outro lado, a síntese própria do conhecimento transcendental depende da referência a essas condições da experiência, que incluem as condições da intuição pura, além das condições intelectuais. Assim, ao evocar o tempo, a prova do Princípio de Causalidade não está se referindo ao tempo do mesmo modo que a aritmética - que constrói a quantidade pela adição sucessiva da unidade (cf, *KrV*, A 142-143 / B 182) -; mas à investigação transcendental do tempo realizada ao longo da Doutrina dos Elementos, e, especialmente, ao tempo vinculado com a regra do entendimento pelo esquema transcendental do conceito de causa. Portanto não é a intuição sozinha que conduz essa síntese.

Na sequência veremos que o comentador H. J. Paton, confirma nossa hipótese de que a prova do princípio de causalidade exige a investigação crítica dos três elementos fundamentais da experiência notados acima, a saber: tempo, imaginação e unidade da apercepção. Segundo Paton, o ponto mais fundamental da prova do Princípio de Causalidade consiste em mostrar que os fenômenos, para serem fenômenos de *objetos*, devem estar conectados pela unidade sintética da apercepção, sem a qual não poderiam ser pensados por uma mente: “Essa unidade sintética necessária deve, de fato, para Kant ser tal que possa ser pensada em todas as formas de juízos; pois as formas de juízos são as formas de síntese sem as quais o pensamento é impossível, e não há objetos separados do pensamento.” (PATON, p. 223, tradução nossa). Por outro lado, a forma hipotética do juízo sozinha é uma forma vazia à espera de um objeto; o que é preciso provar é que todos os objetos que nos são dados sob a

---

<sup>69</sup> Nos Axiomas da Intuição, Kant afirma que os Princípios da Matemática não constituem parte da investigação transcendental, por isso não contam entre os Princípios do Entendimento. “Os princípios da matemática, do mesmo modo, não constituem uma parte desse sistema [dos Princípios do Entendimento], pois são derivados apenas da intuição, e não dos conceitos puros do entendimento.” (*KrV*, A 149 / B 188-189).

forma do espaço e do tempo devem poder ser julgados pela forma hipotética do juízo. (cf. PATON, p. 223). Ou seja, sem o objeto dado pelas formas da sensibilidade pura, o juízo hipotético é completamente vazio. Não há dúvidas, portanto, de que nesse argumento é necessário pressupor que o espaço e o tempo são formas da sensibilidade e que todos os fenômenos são dados sob as formas do espaço e do tempo, e, portanto, não são coisas em si, mas fenômenos das coisas para as mentes humanas. (cf. PATON, p. 223). No caso do Princípio de Causalidade o argumento recai sobre o tempo e não sobre o espaço. Assim, a fim de mostrar como a síntese *a priori*, ao recorrer à experiência possível como fio condutor, não prescinde da intuição pura, abaixo analisaremos o argumento da primeira prova; que, segundo Paton, está dividida em seis passos.

A prova se inicia do seguinte modo com o primeiro passo:

1 “Eu percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros, i. e., que em um momento se verifica um estado de coisa cujo oposto se verificava no momento anterior. Eu efetivamente conecto [verknüpfe], portanto, duas percepções no *tempo*.” (*KrV*, B 233, grifo nosso). Essa passagem é bastante clara ao afirmar que existe uma sequência de fenômenos que se conectam no *tempo* em que se percebe propriedades opostas presentes em um mesmo objeto. É importante notar que o primeiro passo da prova afirma que essa conexão de percepções que revelam estados opostos no mesmo objeto deve ocorrer no *tempo*, pois a mudança de estado é sucessiva. Portanto, o primeiro passo da prova se refere ao tempo como o meio pelo qual as representações sucessivas nos são dadas.

2. Kant então prossegue esclarecendo o que é essa conexão: “Agora, a conexão não é fruto do mero sentido e da intuição, mas sim o produto de uma faculdade sintética da *imaginação* que determina o sentido interno no que concerne à relação temporal.” (*KrV*, B 233, grifo nosso). Aqui Kant reafirma o que foi provado no §26, a saber: que a percepção sensorial é produto da síntese da apreensão, que, por fim, funda-se na imaginação. Nós não iremos retomar em detalhes como se dá essa síntese, visto que isso já foi mostrado no capítulo 2; mas, em linhas gerais, o que esse passo retoma sobre a síntese da imaginação é que ela determina o tempo enquanto sentido interno capaz de conectar momentos diferentes em um único tempo auto contido, e que a conexão de estados distintos em momentos distintos depende dessa capacidade. É importante também ressaltar que esse passo da prova recorre à imaginação como um dos elementos necessários (embora não suficiente) para a síntese de causa e efeito.

No terceiro passo Kant prossegue:

3. Esta última [a imaginação], no entanto, pode ligar os dois referidos estados de dois modos, fazendo de um ou de outro o antecedente; pois o tempo não pode ser percebido em si mesmo, nem o antecedente e o seguinte podem ser determinados no objeto, em relação a ele, como que empiricamente. Eu apenas sou consciente, portanto, de que minha imaginação coloca um antes e o outro depois; e não que um estado anteceda o outro no objeto; ou, por outras palavras, a *relação objetiva* dos fenômenos que se seguem uns aos outros permanece indeterminada através da mera percepção. (*KrV*, B 233-234).

Segundo essa passagem, a imaginação sem a determinação do entendimento pode combinar as percepções de modo diferente, ou A antes de B, ou B antes de A; ou seja, a imaginação apenas não pode diferenciar qual ordem condiz com o objeto, desse modo “não podemos estar cientes de que os fenômenos são estados de um objeto e ocorrem nessa ordem independentemente de nossa imaginação.” (PATON, p. 227, tradução nossa). Portanto, nem pelo mero sentido, nem por este último determinado pela imaginação nós podemos determinar a ordem objetiva dos fenômenos. Segundo Paton, esse argumento se funda na tese kantiana de que não podemos perceber o próprio tempo:

A razão de Kant para essa afirmação é a doutrina que está na raiz de todas as analogias de que o próprio tempo não pode ser percebido. Se o próprio tempo pudesse ser percebido, poderíamos, ele acredita, determinar em relação a ele a ordem das aparências no próprio objeto, e esse processo de determinação seria semelhante à percepção empírica. (PATON, p. 227/228, tradução nossa).

4. Kant então prossegue a prova afirmando: “Para, pois, que essa ligação possa ser reconhecida como determinada, a relação entre os dois estados tem de ser pensada de tal modo que por meio dela se determine de maneira necessária qual tem de ser colocado antes, qual depois, e não inversamente.” (*KrV*, B234). Paton esclarece essa passagem, afirmando: “Se quisermos conhecer a relação objetiva dos fenômenos uns com os outros no tempo, devemos não apenas imaginar, mas *pensar*, a relação temporal dos fenômenos (isto é, dos estados sucessivos da substância)” (PATON, p.228, tradução nossa, grifo nosso). Para a percepção sensorial essa relação é desconhecida como objetiva, ou seja, é indeterminada. (cf. PATON, p.228, grifo nosso). Isso significa simplesmente que se quisermos saber se duas percepções seguidas formam uma sucessão objetiva, “devemos não apenas perceber A e depois B e combiná-los nessa ordem na imaginação: devemos também *pensar* que B necessariamente segue A.” (PATON, p.228, tradução nossa, grifo nosso). Portanto, esse passo do argumento mostra que não basta a intuição pura do tempo mais a faculdade da imaginação para conhecermos a ordem necessária dos fenômenos, pois, como já mostrado acima, “o próprio tempo não pode ser percebido”. É necessário uma faculdade superior da mente que deve *pensar* essa relação. Isso é melhor esclarecido no passo seguinte:

5. O conceito, porém, que trás consigo uma necessidade da unidade sintética, só pode ser um conceito puro do entendimento, o qual não se localiza na percepção; e aqui ele é um conceito da *relação de causa e efeito*, pelo qual o primeiro determina o último como consequência, e não como algo que simplesmente pudesse vir antes na imaginação (ou mesmo como algo que não pudesse ser percebido em parte alguma). (*KrV*, B 234).

Ora, a unidade sintética necessária que conecta duas percepções no caso da sucessão temporal é o conceito da relação de causa e efeito, relação tal em que a causa determina o efeito como sua continuação no tempo. O que significa que em uma sequência AB, B não pode preceder A, como pode acontecer na imaginação não determinada pelo pensamento. (cf. PATON, p. 229). A relação de causa e efeito, uma vez que possui a função de fornecer a unidade sintética para conectar as percepções, só é possível tendo a unidade sintética da apercepção por fundamento; pois, como mostrado na primeira parte da Dedução, as categorias são governadas pela apercepção. (cf. ALLISON, 2004, p. 191). Nesse princípio em específico, Kant mostra como um conceito do entendimento em particular, ou seja, o conceito que fornece o nexo causal, deve determinar o conhecimento da sucessão objetiva dos fenômenos; aqui a necessidade da conexão se deve ao caráter *a priori* do conceito. (cf. PATON, p. 229). Além disso, é importante notar que a referência necessária à sequência temporal de fenômenos na determinação da relação causal, distingue a categoria esquematizada de causa e efeito da categoria pura. (cf. PATON, p. 229).

6. Por fim, no sexto e último passo do argumento, Kant finalmente conclui:

A própria experiência, portanto, i. e., o conhecimento empírico da mesma, só é possível porque nós subordinamos a sucessão dos fenômenos, portanto toda modificação, à lei da causalidade; mesmo eles, portanto, só são possíveis, como objetos da experiência, segundo essa mesma lei. (*KrV*, B 234).

Assim, é somente porque subordinamos a sucessão de fenômenos, e com isso toda mudança, à lei de causalidade que a experiência entendida como conhecimento empírico dos fenômenos se torna possível. Desse modo, visto que as condições de possibilidade da experiência são também as condições de todo objeto possível enquanto fenômeno, estes estão necessariamente subordinados à lei de causa e efeito. (cf. PATON, p. 230). Assim, é somente quando a síntese dos fenômenos atinge um nível conceitual que a experiência é tornada possível. Nas palavras de Allison:

a irreversibilidade [do tempo] não se refere a uma ordem dada de percepções, que nós podemos inspecionar e, portanto, inferir que é de algum modo determinado pelo objeto; isso se refere, ao contrário, à ordenação conceitual do entendimento através do qual ele determina o pensamento de um objeto (nesse caso a sucessão objetiva). Antes da determinação conceitual não há pensamento de um objeto em geral e, *a fortiori*, não há experiência. (ALLISON, 2004, p. 251).

É importante destacar o que Allison afirma aqui: que a prova da irreversibilidade do tempo, portanto da determinação do fenômeno consequente pelo antecedente, não pode ser realizada por uma inspeção das percepções. É somente a ordenação conceitual do entendimento que determina essa conexão necessariamente sucessiva; isso porque reger a relação dos fenômenos requer o pensamento de um objeto em geral, ou seja, exige a ordenação da percepção pelas regras do pensamento. É por isso que o pensamento sobre o objeto e a experiência devem vir juntos, ou seja, sem pensamento de objeto não há experiência.

Nesta seção, portanto, nos atemos em mostrar a primeira prova oferecida por Kant na Segunda Analogia da Experiência, buscando destacar como a experiência possível é utilizada como fio condutor nessa prova. Tentamos evidenciar que aquilo que conduz a síntese na prova do princípio de causalidade é a referência às condições *a priori* da experiência possível realizadas na investigação transcendental ao longo da *Crítica da Razão Pura*.

### 3.4 Conclusão

Neste capítulo tratamos da Analítica dos Princípios, a fim de compreendermos como ocorre uma prova sintética sintética e *a priori* na filosofia transcendental. O nosso objetivo principal era compreender como a experiência possível funciona como mediadora nessa síntese *a priori*, e, desse modo, como essa prova não se restringe à uma análise de conceitos. O nosso objetivo secundário era compreender como o argumento da Segunda Analogia completa a prova do §26 da Dedução Transcendental, ao provar que a experiência é conhecimento através da conexão de percepções.

Para isso, a nossa investigação precisou, em primeiro lugar, compreender a distinção entre a categoria pura do entendimento e o esquema transcendental relativo a ela, pois a categoria de causalidade só pode reger a relação entre os fenômenos uma vez que esteja determinado pelas condições da temporalidade. Caso contrário, tal categoria poderia se referir apenas a um objeto em geral, e não a um objeto dado por meio da intuição pura. Vimos, então, que a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* não se assenta apenas nos Princípios do Entendimento, mas também no esquematismo.

Visto isso, nossa investigação procurou elucidar com precisão em que consiste a noção de experiência possível segundo Kant, ou seja, quais são essas condições mais fundamentais e



universais da experiência. Vimos que esta é composta por três elementos essenciais: o tempo, que é o meio pelo qual o conjunto completo de todas as nossas representações nos é dado; a imaginação, que conduz a síntese das representações e torna possível a percepção; e a unidade sintética da apercepção, que fornece a unidade sintética dessas representações em uma mesma consciência.

Assim, quando Kant prova o princípio de causalidade na segunda analogia, ele recorre a esses três elementos. Para mostrar isso, nós não analisamos toda a seção relativa à Segunda Analogia, mas somente a primeira prova, pois nela é bastante evidente a referência a esses três elementos. Em linhas gerais a prova diz o seguinte: em primeiro lugar, toda mudança de algo que acontece é sempre observada como ocorrendo no tempo, ou seja, eu observo um estado em um objeto e depois observo o estado oposto. Em segundo lugar, a síntese da percepção sensorial é fruto da síntese da apreensão que se funda na imaginação, como já provado no §24 e §26. Contudo, não basta a síntese do diverso pela imaginação para determinar a conexão das percepções segundo uma ordem necessária; isso é tarefa da regra de nexos causal dada pelo entendimento. Sobre essa atividade do entendimento que coloca regra nos fenômenos, é importante observar duas coisas: em primeiro lugar essa regra de unidade sintética dada pela categoria se funda na unidade sintética da apercepção; em segundo lugar, ela não é uma mera regra vazia, mas está conectada com o tempo como mostrado pelo argumento do esquematismo.

Essa análise mostrou que a prova do Princípio de Causalidade não é mera análise de conceitos. Mas é uma síntese que, ao se referir às condições fundamentais da experiência possível já investigadas pela *Crítica*, prova um princípio que mostra como a experiência é produzida pela aplicação das regras do entendimento aos fenômenos. Além disso, procuramos evidenciar que ao utilizar a experiência possível como mediadora da prova do Princípio de Causalidade, a Analítica dos Princípios não opera uma mera análise de conceitos, mas uma síntese que recorre à intuição pura do tempo enquanto condição transcendental da experiência; portanto esta prova não contraria a tese kantiana de que toda síntese exige referência à intuição.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> O presente trabalho investiga como os juízos sintéticos próprios da filosofia são concebidos, e, com isso, como a intuição do tempo, enquanto condição formal da experiência, vincula-se ao conceito de causalidade na prova da Segunda Analogia. Contudo, é inegável que a presente pesquisa não exaure o tema. Para aprofundarmos o tema, seria relevante investigarmos especificamente como a relação predicativa entre os conceitos *daquilo que acontece* e o conceito de *causa* no juízo “Tudo que acontece tem sua causa” se vinculam com uma intuição singular. Como comenta Codato: “Visto que a noção de forma lógica caracteriza-se por uma subordinação de extensões e, mais ainda, visto que a intuição não possui extensão, o juízo jamais poderia reduzir-se à subordinação de uma intuição a um conceito. Em rigor, o juízo deve consistir basicamente na relação predicativa

## 4. Considerações Finais

Fundamentalmente procuramos compreender o método de prova proposto pela *Crítica da razão pura*, método paradoxalmente caracterizado por Kant como um método de “síntese transcendental por conceitos”. O problema central do qual partimos foi compreender como é possível uma síntese *por meros conceitos* [aus lauter Begriffen]; sendo que Kant afirma em diversas passagens da *Crítica da Razão Pura* que todo conhecimento sintético depende do entrelaçamento entre conceitos e intuições. A fim de esclarecer e resolver esse problema, defendemos uma dupla hipótese: 1. que tal método, embora denominado de síntese *por conceitos*, não prescinde completamente da intuição, pois emprega uma síntese que depende da intuição pura, ainda que o modo como a intuição pura seja empregada nesse caso difira de como é empregada na síntese própria da matemática; 2. Que tal método proposto na Disciplina da Razão Pura com Relação às suas Provas é empregado por Kant na Doutrina dos Elementos, mais especificamente na Analítica Transcendental, em duas etapas: na Analítica dos Conceitos, especialmente na dedução transcendental das categorias; e na Analítica dos Princípios, sobretudo no capítulo dos princípios do entendimento puro, que visa provar a aplicação das categorias aos fenômenos.

Contudo, antes de tratarmos da *Crítica da Razão Pura* propriamente consideramos necessário tratar do período pré-crítico, a partir da análise de um tratado denominado de *Investigação Sobre os Princípios da Teologia Natural e da Moral*. Essa análise nos mostrou que a preocupação de Kant em encontrar um caminho científico para a metafísica iniciou-se já no período pré-crítico. Procuramos mostrar que a proposta de um método analítico para a filosofia, em contraste com a síntese de conceitos operada pelo método matemático, não significa de nenhum modo que a filosofia deveria restringir-se à análise de decomposição conceitual. Assim, a *Investigação* de 64, ao recusar o método filosófico como definição de conceitos, propõe um método que se limita à investigação de conceitos *dados*. Inspirado pelo experimentalismo newtoniano que vigorava na época, tese defendida também por alguns comentadores de Kant, tal método proposto para a metafísica no período pré-crítico deveria

---

entre um conceito superior  $P$  e um conceito inferior  $S$  que, em vista de algo individual  $= x$  na extensão de ambos, exige uma relação não predicativa com a intuição, relação esta que é posta no juízo. Examinada a noção kantiana de extensão, o problema poderia reduzir-se à seguinte formulação: como algo individual, completamente indeterminado  $= x$ , pode ser representado pelos conceitos  $S$  e  $P$  no juízo  $S$  é  $P$ ? Em outras palavras, em que consiste a relação não-predicativa entre intuição e conceitos no juízo?” (CODATO, 2004, p. 186/187) Assim, tomando como ponto de partida a tese de Codato de que a intuição, por não possuir extensão, não pode possuir uma relação predicativa com o conceito, seria conveniente investigarmos como, no caso específico da prova do princípio de causalidade, o tempo, enquanto forma da sensibilidade *a priori*, se vinculam com os conceitos na forma lógica do juízo Todo  $S$  é  $P$ .

partir de conceitos dados por uma experiência interior. Assim, caberia ao filósofo investigar apenas aqueles conceitos dos quais possuiria uma consciência imediata e, com isso, determinar minuciosamente aquelas notas características mais evidentes, para poder, assim, conhecer distintamente o conceito de um objeto. O ponto central que procuramos defender em 1.1 é que Kant, já no período pré-crítico, se opõe ao método dogmático que, ao tentar imitar a matemática, procede de modo estritamente demonstrativo. Ao contrário, a proposta de um método que, tomando como modelo o experimentalismo newtoniano, parte de uma experiência interior com o objeto, preocupa-se com o conteúdo do conhecimento.

É por isso que Kant, na *Investigação* de 64, apresenta a proposta de um método para a filosofia ao molde da física newtoniana. Podemos, então, dizer que tal método é ao menos parcialmente empírico. Essa é provavelmente a diferença mais radical com relação ao método proposto na primeira *Crítica*; pois, nesta última, o método proposto, por ser transcendental, não deve envolver nenhuma investigação empírica. Contudo, apesar dessa diferença radical, ambos os períodos defendem que a filosofia deve partir de conceitos dados e não pode construir conceitos como faz a matemática. Essa limitação da filosofia aos conceitos dados no período pré-crítico está em afinidade com o trabalho do pesquisador empírico. Como mostra Cassirer, para que o filósofo encontre um caminho legítimo para a metafísica, a realidade não deve ser “retirada” dos conceitos, mas devemos partir do que temos diante de nós como fato certo e indubitável, para penetrar os detalhes de sua estrutura.” (cf. CASSIRER, 1993, p. 543). Esse é, portanto, o sentido de análise no período pré-crítico, muito distinto, portanto, da análise enquanto decomposição vazia de conceitos.

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant já não propõe um método para a filosofia aos moldes do método experimental de Newton. Mas, uma vez que a primeira *Crítica* realiza uma investigação transcendental, ou seja, uma investigação das condições *a priori* da experiência, o seu método deverá, em consonância com o empreendimento crítico de investigação do alcance das faculdades humanas, ser um método transcendental e sintético. Não mais sintético enquanto método de composição de conceitos, mas um método que visa chegar a conhecimentos sintéticos *a priori*. Para compreender esse método, nossa investigação se voltou, em um primeiro momento, para o capítulo final da *Crítica*, a Doutrina do Método, mais especificamente para uma seção denominada Disciplina da Razão Pura.

O ponto inicial dessa análise foi compreender a distinção entre a síntese por construção de conceitos própria do método da matemática e a síntese transcendental por conceitos própria do método da filosofia. Assim como na *Dissertação* de 64, na *Crítica da Razão Pura* Kant mantém sua caracterização da filosofia como uma ciência estritamente discursiva e a

matemática como uma ciência intuitiva, o que significa, em linhas gerais, que a filosofia considera o conceito universalmente, enquanto a matemática considera o conceito de maneira concreta.

O caráter concreto da linguagem matemática se deve ao próprio método que exhibe passo a passo a construção em uma operação de síntese na própria intuição, o que possibilita que o conceito possua uma relação direta com o objeto. O método da filosofia, por outro lado (e é importante destacar novamente que não estamos tratando do método da filosofia como um todo, mas do método restrito à metafísica da experiência), trata dos conceitos do entendimento que não são dados pela intuição pura. Uma intuição correspondente a um conceito do entendimento, como o conceito de causalidade ou de substância, só pode ser dado pela intuição empírica, ou melhor, pela percepção; mas a filosofia transcendental não realiza uma investigação empírica, diferentemente, ela investiga o aspecto *a priori* do conhecimento de objetos. Consequentemente o conceito do entendimento “contém somente a *síntese de intuições possíveis*, que não são dadas *a priori*” (*KrV*, A 719 / B 747, grifo nosso). Isso significa que os juízos sintéticos da filosofia contém as regras *a priori* que estruturam a realidade empírica; essas regras, por sua vez, estão contidas nos conceitos puros do entendimento; por isso, tais conceitos não são vazios, embora não sejam construídos a partir da intuição pura.

Dizer que a matemática é ciência intuitiva e que a filosofia é discursiva consiste justamente na relação de cada uma dessas ciências com a intuição. O conceito matemático é construído na intuição pura, assim se pode estabelecer juízos sintéticos a partir de tais conceitos tendo a intuição pura como mediadora. No caso da filosofia, o conceito do entendimento não é construído, mas ele é dado pela estrutura do entendimento humano que coloca regras na experiência. É por isso que é sempre falho o filósofo tentar imitar o método da matemática que se baseia em definições, axiomas e demonstrações. Já na *Investigação* de 64 Kant argumenta sobre isso, ponto que é mantido na *KrV*. O método matemático pode realizar essas três operações, uma vez que tal método constrói conceitos na intuição pura. Ao contrastar a filosofia com a matemática, Kant elabora um dos pontos mais fundamentais do estatuto do método filosófico, a saber: esta deve se limitar ao que lhe é dado.

A construção de conceitos na matemática consiste na exposição de um determinado conceito na intuição [pura ou empírica] por meio da imaginação. Mesmo quando um matemático expõe um conceito na intuição empírica, como um geômetra ao desenhar uma figura, o que mantém o caráter *a priori* desta ação é que nenhum conhecimento é *derivado* da experiência. Para explicarmos a construção dos conceitos matemáticos, tivemos que

investigar como o esquematismo permite que uma figura, ou seja, uma imagem singular e empírica de um conceito geométrico, não contrarie o caráter *a priori* deste último. Vimos, então, que não é a imagem propriamente que alcança a universalidade do conceito, mas a ação da construção da imagem através do esquema que “significa uma regra da síntese da imaginação em relação a figuras puras no espaço.” (*KrV*, A 141 / B 180). A imagem empírica tem, portanto, por fundamento o esquema puro do conceito matemático. Portanto, são os esquemas das figuras espaciais puras que são produzidas pelo entendimento a partir da intuição *a priori*, esta última torna a figura empírica possível. Resumidamente, a relação entre a intuição *a priori* e a figura empírica se dá através do esquematismo puro.

Mas não apenas os conceitos geométricos, e também os conceitos aritméticos se fundam no esquema transcendental para produzir um conceito a partir da intuição pura. Na ciência aritmética e, conseqüentemente, na álgebra, a relação entre os conceitos e a intuição se dá por aquilo que Kant denomina de conceito transcendental da quantidade: “uma representação que reúne a adição sucessiva de um a um.” (*KrV*, A 142-143 / B 182). Isso significa que os conceitos numéricos só são tornados possíveis através da ação de enumeração sucessiva da unidade na intuição pura do tempo.

Vimos, então, que tanto a geometria quanto a aritmética e a álgebra constroem todos os conceitos da matemática, tendo por fundamento o esquema transcendental. Isso significa que tais conceitos podem sempre ser obtidos através de um procedimento que possui uma quantidade finita e pré-estabelecida de passos, série essa que depende da intuição pura do tempo e do espaço - no caso da geometria - e somente da intuição pura do tempo no caso dos conceitos numéricos. Em outras palavras: os conceitos matemáticos podem ser engendrados, a universalidade e o caráter *a priori* do conceito está na operação ou no raciocínio da construção do conceito que se funda no esquema deste, o que torna possível a conexão entre intuição e conceitos na matemática. A filosofia, por outro lado, não pode engendrar um conceito através de um passo a passo na série temporal, uma vez que os conceitos filosóficos não são construídos, mas são *dados* ao filósofo pela natureza das faculdades humanas.

O método proposto por Kant para a filosofia no período crítico difere do método proposto no período pré-crítico essencialmente por ser um método transcendental, *a priori* e completamente puro. Ainda assim, o método da filosofia não deve se restringir à análise e decomposição de conceitos, mas deve operar uma síntese que não é intermediada pela intuição pura do mesmo modo que a construção de conceitos na matemática. No método próprio da filosofia, como argumenta a Disciplina da Razão Pura, o conceito não possui uma conexão direta com o objeto, o que só seria possível por intermédio da intuição. Em

decorrência disso, Kant postula a primeira exigência das provas transcendentais: a saber, deve-se, antes de provar um princípio da filosofia transcendental, estabelecer a validade objetiva dos conceitos do entendimento.

Após estabelecida a validade objetiva dos conceitos do entendimento, a filosofia transcendental poderá provar os princípios do entendimento. Nessa prova o fio condutor não é a própria intuição pura, mas a experiência possível. Uma prova sintética que possua a experiência como fio condutor só é possível com relação aos conceitos do entendimento, uma vez que, por possuírem validade objetiva, sabe-se que estes se encontram dentro da possibilidade da experiência.

A partir da análise da Disciplina da Razão Pura, defendemos que o método de prova de síntese transcendental proposto por Kant para a metafísica da experiência possui dois passos principais que se encontram na Analítica Transcendental. O primeiro é o argumento da validade objetiva dos conceitos do entendimento, e se encontra na Dedução Transcendental da Analítica dos Conceitos; o segundo é a prova dos Princípios do Entendimento que universalizar as regras categoriais para todos os fenômenos, e se encontra na Analítica dos Princípios. É importante destacar também que esse método de prova sintética refere-se exclusivamente à Analítica Transcendental, ou seja, não à Dialética Transcendental e às ideias da razão.

O argumento da Dedução Transcendental deve estabelecer a validade objetiva dos conceitos do entendimento, ao mostrar que as categorias possuem referência *a priori* a objetos, e, conseqüentemente, contêm as condições de possibilidade do conhecimento de objetos. O que é necessário no caso dos conceitos do entendimento, uma vez que eles não são intuições dadas pela sensibilidade. Apesar do argumento da Dedução ser parte essencial do método de prova, a síntese propriamente, ou seja, os juízos sintéticos *a priori* próprios da filosofia transcendental só são obtidos na prova dos princípios do entendimento da Analítica dos Princípios. Na Disciplina da Razão pura, ao mencionar um exemplo de uma prova transcendental, Kant utilizou a prova do princípio de causalidade. Por esse motivo, nosso foco foi compreender não a prova de todos os princípios do entendimento, mas como a experiência possível é utilizada como fio condutor nessa prova presente na Segunda Analogia da Experiência.

A pressuposição da experiência possível como fio condutor da síntese *a priori*, contudo, não é a pressuposição de uma intuição empírica, mas das *condições gerais* da experiência. No caso da prova do princípio de causalidade, para se provar a proposição “tudo que acontece

tem uma causa”, não se parte do conceito daquilo que em geral acontece, mas da “determinação de um acontecimento no tempo” (*KrV*, A788/B816). Isso mostra um ponto importante para a nossa hipótese, a saber, que essa prova não prescinde completamente das condições da sensibilidade pura, especialmente da temporalidade pura. Ora, tais condições constituem as condições a priori de toda experiência enquanto fenômeno. Portanto, vimos que embora os princípios do entendimento não sejam intuitivos como as verdades matemáticas, que são construídas por uma série unívoca de passos realizadas na ordem temporal, eles não são independentes da intuição pura, mas aqui a temporalidade pura é considerada enquanto *condição da experiência*. A síntese própria da filosofia é discursiva, pois se utiliza apenas de palavras e não possui os recursos intuitivos da matemática, as figuras da geometria e os símbolos da álgebra.

Assim, o próximo passo da nossa investigação, a fim de compreendermos a síntese discursiva, foi relacionar aquilo que analisamos na Disciplina da Razão Pura com a Analítica Transcendental. A nossa análise recaiu sobre duas partes da Analítica Transcendental, o argumento final da Dedução Transcendental em que o propósito de se estabelecer a validade objetiva das categorias é atingido, (tema do capítulo 2); e a prova do Princípio de Causalidade na Segunda Analogia da Experiência na Analítica dos Princípios, onde Kant realiza uma prova que emprega uma síntese *a priori*, a fim de provar a aplicação universal de uma das categorias aos fenômenos.

Assim, no capítulo 1 analisamos a distinção entre o método matemático e filosófico no período pré-crítico e crítico, com a finalidade principal compreender como Kant caracteriza o método filosófico que opera uma síntese transcendental por conceitos, também denominada de síntese discursiva; embora tenhamos argumentado que tal síntese não prescinde completamente da intuição pura do tempo. No capítulo 2, o nosso interesse em tratar da Dedução Transcendental não se encontrou em tratarmos de nenhuma questão específica desse capítulo da *Crítica*, mas constitui parte da nossa defesa de que Kant executa *in concreto* na Analítica Transcendental aquilo que propôs como método na Disciplina da Razão Pura da Doutrina do Método. A nossa defesa nesse sentido, se contrapõe à leitura da CRP realizada por Gerd Irrlitz, Elfriede Conrad e Luciana Martinez, que defendem que o método proposto na Doutrina do Método não diz respeito ao método empregado na própria *Crítica da Razão Pura*, mas a uma propedêutica de um método a ser empregado em uma posterior metafísica reformulada pela Crítica.

Em oposição a tal leitura, o presente trabalho procurou mostrar que a Doutrina do Método não é apenas uma propedêutica do método para uma metafísica futura. Mas que, o método então proposto no final da *Crítica*, foi empregado por Kant na Doutrina dos Elementos. Uma interpretação que vai no mesmo sentido que a nossa, é a de Mario Caimi apresentada em seu artigo: “Application of the Doctrine of Method in the Critical Examination of Reason”, contudo, o comentador faz uma leitura bastante ampla da *Crítica da Razão Pura*, ao mostrar como o método proposto na Doutrina do Método como um todo é aplicado desde o Prefácio até a Dialética Transcendental. Nós, por outro lado, nos concentramos em mostrar como o método de prova proposto em uma seção específica da Doutrina do Método denominada Disciplina da Razão Pura com Relação às suas Provas é aplicado em dois momentos da Analítica Transcendental: a segunda parte da Dedução B da Analítica dos Conceitos e a Prova dos Princípios do Entendimento - especialmente a prova do princípio de causalidade - da Analítica dos Princípios.

No capítulo 2, nosso foco foi na segunda parte da Dedução B, pois é nele que se inicia o argumento que envolve todo o resto da Analítica Transcendental, a saber, mostrar como as condições sensíveis e intelectuais precisam se entrelaçar para fornecer as condições universais da experiência; com isso, Kant sintetiza os resultados da Estética Transcendental (condições sensíveis) com os resultados da Dedução Metafísica e da primeira parte da Dedução Transcendental (condições intelectuais). Ora, os juízos sintéticos da filosofia são tornados possíveis justamente por esse entrelaçamento que a investigação transcendental realiza.

A fim de tornar o presente trabalho exequível, nos limitamos a compreender como a Analítica Transcendental prova o Princípio de Causalidade. A escolha deste princípio não foi fortuita, mas se baseou na passagem em que o próprio Kant se refere ao Princípio de Causalidade quando trata sobre o método de prova da filosofia transcendental na seção da Disciplina da Razão Pura com Relação às suas Provas.

Assim, primeiro procuramos compreender como Kant prova a validade objetiva da categoria de causalidade. Essa prova, contudo, não é específica, mas é uma prova geral que deve valer para todas as categorias. E depois analisamos especificamente a prova do princípio de causa e efeito na Segunda Analogia da Experiência. Na Dedução como um todo, Kant não trata extensamente sobre a categoria de causalidade, assim como de nenhuma categoria em específico. Mas se atém em defini-la de forma breve como a síntese de dois acontecimentos



sucessivos de acordo com uma regra; afirmando ainda que a universalidade dessa regra não poderia ser provada pela experiência, pois isso tiraria seu caráter universal.

Assim, vimos que a tarefa da Dedução Transcendental é fornecer um argumento geral para provar que as regras categoriais aplicáveis aos objetos dos sentidos (*KrV*, B 144-45). Por outro lado, há uma passagem que afirma que seu propósito é mostrar que as categorias são condições *a priori* da *possibilidade da experiência*. (*KrV*, A 94 / B 126). Essas duas acepções, embora não sejam contraditórias, colocam em dúvida se o propósito da Dedução Transcendental é mostrar como toda experiência é regida pelas regras do entendimento, ou apenas mostrar que as categorias se aplicam aos objetos dos sentidos, não sendo, assim, meros entes de razão que se elevam acima da experiência.

Para compreender esse impasse analisamos o argumento final da Dedução Transcendental, a saber, o §24 e sobretudo o §26.

O §24 trata da síntese transcendental da imaginação ou síntese figurativa e mostra a conexão das categorias com a imaginação. Esta última é descrita como “um efeito [Wirkung] do entendimento sobre a sensibilidade.” (*KrV*, B 152). O ponto essencial do §24 é mostrar como a imaginação, por estar sujeita às categorias, determina o sentido interno, ou seja, o tempo. O argumento, em linhas gerais, diz que uma vez que o tempo é uma grandeza infinita dada, isso depende da nossa faculdade de imaginarmos tempos passados e futuros como pertencentes a um mesmo tempo unificado. Esse tempo é representado pela imagem de uma linha reta. Essa síntese, contudo, depende não apenas que imaginemos tempos passados e futuros, mas também que esses tempos sejam sintetizados em um único tempo, o que depende da unidade sintética da apercepção que realiza essa síntese através das categorias.

É com a síntese figurativa que Kant começa a esclarecer como as condições sensíveis e intelectuais precisam se entrelaçar para que a experiência se torne possível. Aqui o que é mostrado é como a representação determinada do tempo não é apenas a mera forma da sensibilidade pura, mas consiste no diverso da sensibilidade pura unificado pelo entendimento. Assim, no §26, ao tratar da síntese empírica da apreensão, Kant mostra como toda intuição empírica também é regida pelas condições de síntese do entendimento, uma vez que o diverso empírico só nos é dado por meio das formas da sensibilidade pura. O objetivo central inicialmente parece pretender mostrar que as categorias regem a *experiência*. Contudo, não é certo se o argumento atinge esse objetivo, ou se mostra a conexão das categorias apenas com a percepção e não com a experiência como um todo.

De modo geral o argumento mostra que a síntese empírica deve estar conforme à unificação prescrita pelas categorias, uma vez que as categorias são condições da unidade da consciência que torna possível a unificação dos fenômenos em um único espaço e tempo, como mostrado pelo argumento da síntese transcendental da imaginação. E o diverso da intuição empírica dado pela forma pura da intuição só se torna percepção quando sintetizado em uma mesma consciência, e, conseqüentemente, em um mesmo tempo e espaço.

Como vimos no capítulo 2, é bastante notável que o argumento do §26 trata quase exclusivamente da percepção, deixando apenas uma última sentença do parágrafo para tratar da conexão entre categorias e experiência. O argumento está dividido em um parágrafo dividido em seis passos, sendo que 5 passos, retomando o que foi argumentado no §24, tem a função de mostrar como as categorias determinam a percepção. Mas apenas a última sentença trata do argumento que vai da percepção à experiência e se baseia meramente na definição de experiência como “conhecimento por meio de percepções conectadas”, sem fornecer um argumento para isso, como se fosse uma afirmação óbvia.

O problema central nesse ponto da Dedução é que Kant não fornece um argumento que mostra a relação da percepção com a experiência. Contudo, considerando a concepção de experiência na primeira *Crítica*, ela não é um mero agregado de percepções, pois envolve uma atividade cognitiva, e, desse modo, exige uma atividade sintética que está conceitualmente além da síntese da apreensão. A percepção é atingida pela apreensão que sintetiza o diverso empírico em uma mesma intuição unificada e separada das outras; porém essa síntese não tem o poder de conectar diversas intuições em uma mesma consciência. Nesse nível, as categorias não possuem a função de formar juízos discursivos, elas atuam aqui de modo proto-conceitual. Isso significa que elas determinam como a apreensão do diverso empírico considerada isoladamente deve se adequar à unidade da percepção por um lado, e à unidade da forma *a priori* da sensibilidade espaço-temporal por outro. Mas não torna possível a conexão de diversas percepções em uma mesma consciência e nem da formação de juízos discursivos que resulta do ato de comparação de diversas intuições em uma consciência unificada.

Essa diferença entre percepção e experiência é confirmada pela passagem do §26 que afirma: “a experiência é *conhecimento* por meio de percepções conectadas” (*KrV*, B 160, grifo nosso); portanto a experiência não é uma soma de percepções que se seguem umas às outras. A questão nesse ponto era compreender se a Dedução por si só tem a função de provar que as

categorias determinam a experiência, ou se esse argumento inicia-se na Dedução (mais especificamente na segunda parte) e é completado pela Analítica dos Princípios. O nosso foco foi compreender se Kant prova a aplicação universal da categoria de causalidade na experiência no argumento do §26 ou se essa prova será completada somente nas Analogias da Experiência.

Considerando o segundo caso, a nossa questão foi compreender qual o papel da Dedução na prova geral (que envolve toda a Analítica Transcendental) da aplicação das categorias aos fenômenos. No caso específico da categoria de causalidade, a questão configura-se do seguinte modo: se é função da Segunda Analogia provar que todo fenômeno é regido pela lei de causalidade, qual, então, é o papel da Dedução nessa prova e por que Kant trata dessa categoria no exemplo do congelamento da água? Considerando a passagem da Disciplina da Razão Pura tratada no capítulo 1, que afirma que é preciso *antes* estabelecer a validade objetiva das categorias para *depois* provar uma proposição sintética e *a priori*, (cf. *KrV*, A 782 / B 810); e, considerando que Kant cita o Princípio de Causalidade como exemplo desse tipo de prova, o argumento que fornece validade objetiva ao conceito do entendimento não é a prova propriamente, mas é um argumento prévio.

Como vimos, o exemplo do congelamento da água não faz nenhuma referência à experiência, mas somente à percepção e apreensão. O que o exemplo mostra é que a apreensão do diverso em uma sequência temporal pressupõe a representação da unidade sintética do tempo. Segundo Allison, o exemplo do congelamento da água não completa o argumento que visa provar que as categorias determinam a experiência. Também para Longuenesse, esse exemplo não contribui para a prova de que a experiência é regida pelas categorias, pois ele cria a falsa ideia de que a intuição do tempo é independente da intuição do espaço (assim como o exemplo da apreensão da casa parece sugerir que a intuição do espaço é independente da intuição do tempo); porém, como foi mostrado no §24, ambas as intuições são resultados de um mesmo ato, portanto espaço e tempo são interdependentes e os exemplos do §26 não estão de acordo com a síntese transcendental da imaginação. Além disso, segundo a comentadora, ambos os exemplos antecipam elementos que só serão fornecidos pela Analítica dos Princípios.

Concluimos, então, que a dedução parece ser apenas parte da prova que visa provar a determinação da experiência pelas regras do entendimento. Essa leitura está em acordo com a Disciplina da Razão Pura e é confirmada pela própria Dedução na seção final (§27) que

afirma: “Quanto, porém, a como elas [as categorias] tornam a experiência possível, e quais princípios da possibilidade da mesma elas fornecem em sua aplicação aos fenômenos, isto será melhor explicado no próximo capítulo, sobre o uso transcendental da faculdade de julgar.” (*KrV*, B 167).

Assim, apoiando-se na distinção *quid facti / quid juris* a nossa defesa com relação à Dedução Transcendental no método de prova da primeira *Crítica* é que ela possui a função de provar o direito de uma reivindicação. No caso dos conceitos do entendimento, a Dedução irá mostrar a origem da legitimidade de estarmos em posse de conceitos puros do entendimento. Uma Dedução desse tipo só é possível para os conceitos do entendimento, pois eles possuem um correlato na percepção; isso prova que tais conceitos não são meros entes de razão que se elevam sobre toda possibilidade de experiência. O argumento, em linhas gerais, consistiu em mostrar que tanto a intuição formal do tempo quanto os conceitos puros do entendimento derivam da unidade da apercepção; paralelamente, que todo diverso empírico é dado por meio da intuição formal do tempo; portanto, não pode haver intuição empírica que contradiga as leis do entendimento impostas pela unidade da apercepção. Contudo, esse argumento ainda não chega a provar que as categorias determinam a experiência em um nível cognitivo, o que será provado pela Analítica dos Princípios.

Assim, no terceiro capítulo nos debruçamos sobre a Analítica dos Princípios a fim de compreender como esse capítulo da *Crítica* completa o argumento de que toda experiência como fenômeno está determinada pelas regras do entendimento, e como essa prova chega a juízos sintéticos *a priori* que possuem como fio condutor a experiência possível. Com isso, procuramos mostrar como essa síntese, embora não seja mediada pela intuição pura do mesmo modo que a síntese da matemática, não é completamente independente da intuição pura, uma vez que esta constitui parte fundamental das condições *a priori* da possibilidade de experiência. Vimos, então, que o comentador Lanier Anderson concorda com a nossa tese, pois, segundo ele, a totalidade da experiência possível é moldada pelas formas da intuição pura. O nosso foco foi mostrar como a intuição pura do *tempo*, enquanto condição da experiência possível, atua na mediação da prova do princípio de causalidade.

A hipótese que verificamos no capítulo 3 é que a *Crítica da Razão Pura* só alcança esse conjunto de juízos sintéticos *a priori* na Analítica dos Princípios. Nesse ponto nossa leitura se opôs à leitura de Dennis Schulting de que a síntese *a priori* obtida com o fio condutor da experiência possível ocorre na Dedução Transcendental. A nossa defesa é que a síntese

própria do conhecimento transcendental só é realizada na Analítica dos Princípios, mais especificamente na prova dos Princípios do Entendimento Puro; e que a Dedução Transcendental constitui um argumento prévio à tal síntese que pretende estabelecer o direito de se realizar uma prova de síntese *a priori* a partir dos conceitos do entendimento. Para defender isso, tomamos como tema central de análise a prova do princípio de causalidade na Segunda Analogia. Contudo, antes tivemos que tratar do esquema do conceito de causa.

Abordarmos o esquematismo antes de tratarmos da prova do Princípio do Entendimento Puro se mostrou necessário, pois a prova do princípio de causalidade faz referência à categoria de causalidade esquematizada. O esquema transcendental é definido na Analítica dos Princípios como o elemento homogêneo com as categorias e os fenômenos, o que torna possível a aplicação daquelas sobre estes últimos. (*KrV*, A 138-139 / B 177-78). Os esquemas transcendentais podem fazer essa mediação uma vez que constituem as condições de determinação dos fenômenos no tempo, desse modo, tornam possível a produção da experiência.

Vimos que são os esquemas relacionais que tornam possível a conexão das percepções entre si, uma vez que eles têm a função de ordenar o tempo segundo regras. O esquema da causalidade determina que todo o empiricamente real deve ser seguido de algo (no tempo) de acordo com uma regra, ou seja, de modo necessário. Assim, uma vez que o esquematismo tem o papel de fazer a determinação temporal das categorias, a síntese *a priori* realizada nos princípios do entendimento, se deve, em parte, a ele. E tratarmos do esquematismo foi necessário para defendermos nossa tese de que a síntese *a priori*, embora denominada em algumas passagens da *Crítica da Razão Pura* como síntese por conceitos, não é completamente independente da intuição pura do tempo. A referência do princípio do entendimento à categoria esquematizada é o que os torna sintéticos e *a priori*; caso não houvesse distinção entre categorias e esquemas, os princípios do entendimento não valeriam para os objetos da intuição sensível, apenas para objetos do entendimento puro.

Assim, se um princípio sintético transcendental possui como fio condutor a experiência possível, e se a experiência possível possui as condições fundamentais da sensibilidade pura, a referência a esse fio condutor só pode ser feita uma vez que a categoria não seja mais uma mera lei do entendimento, mas uma lei do entendimento em conexão com as condições da sensibilidade. Desse modo, o nosso próximo passo foi esclarecer em que consiste a noção de

experiência possível, antes de tratarmos da síntese *a priori* na prova dos Princípios do Entendimento.

Os Princípios do Entendimento são juízos sintéticos *a priori* derivados dos conceitos do entendimento, e cada conceito possui seu princípio relativo. Na introdução da seção dedicada a tratar de tais princípios, Kant afirma algo que aponta claramente que tais princípios não prescindem da sensibilidade, a saber: que é graças à “relação com a sensibilidade em geral que serão estabelecidos em um sistema, de maneira completa, todos os princípios transcendentais do uso do entendimento.” (*KrV*, A 148 / B 187-188).

É com a explicação da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* que a lógica transcendental irá alcançar seu fim último, “a saber: a determinação e o alcance do entendimento puro.” (*KrV*, A 154 / B 193). Para alcançar esse fim, a Analítica dos Princípios esclarece em que consiste esse elemento mediador da síntese *a priori*. Como vimos, esse terceiro elemento consiste no “conjunto completa em que estão contidos todas as nossas representações”, ou seja, o *tempo*; a síntese dessas representações, contudo, se baseia na *imaginação* e a unidade dessa síntese depende da *unidade da apercepção*, que une todas essas representações. Os juízos sintéticos da filosofia são possíveis quando um conhecimento empírico ainda indeterminado faz referência a esses três elementos: “[1] as condições formais da intuição *a priori*, [2] a síntese da imaginação e [3] a unidade necessária desta última em uma apercepção transcendental.” (*KrV*, A 158 / B 197). Por exemplo, a prova da necessidade da proposição de que tudo o que acontece tem sua causa se dá pela referência de tudo que em geral acontece empiricamente a esses três elementos fundamentais de toda experiência possível. Foi isso que tentamos mostrar com a análise da terceira Analogia da Experiência. O *conceito* do entendimento contém as regras que organizam a experiência tal como a conhecemos, mas o *princípio* do entendimento universaliza essas regras aos fenômenos, uma vez que ele determina de modo *a priori*, por intermédio da experiência possível, qual caso se subordina à regra.

No caso das Analogias da Experiência, uma vez que tais princípios estão classificados como Princípios Dinâmicos, eles constituem as regras que determinam *a priori* como uma percepção se liga a outra; ou seja, dada uma determinada percepção ela não torna possível sabermos *a priori qual é* a outra percepção, “mas apenas como está necessariamente ligada àquela segundo a existência neste *modo* do tempo.” (*KrV*, A 179 / B 221-222). Dentre os princípios dinâmicos, as Analogias possuem papel central de mostrar como o entendimento

determina a experiência, pois elas provam justamente como a experiência só se torna possível pela conexão de percepções, justamente o que faltou ser provado pela Dedução Transcendental.

O princípio geral das três Analogias consiste no seguinte: “a experiência só é possível por meio da representação de uma conexão das percepções.” (*KrV*, A 176 / B 218). Isso é provado pelas três provas, onde cada uma delas irá mostrar como os fenômenos se organizam em três formas de ordenação temporal, a saber: permanência, sucessão e simultaneidade. Esses três princípios fazem com que o diverso empírico não se ordene de modo arbitrário no tempo, como ocorreria apenas com a mera imaginação. Na Introdução das Analogias, Kant reafirma a tese já apresentada na Dedução de que a experiência não se reduz à um agregado de percepções, pois ela é “uma síntese das percepções que não está ela própria contidas nas percepções, mas antes contém a unidade diversa do sintético das mesmas em uma consciência que, por seu turno, constitui o essencial de um conhecimento dos *objetos* dos sentidos.” (*KrV*, B 218-219).

A experiência depende do conhecimento de uma ordem temporal objetiva que é tarefa das três Analogias especificar e mostrar a sua universalidade e necessidade. A imaginação não pode sozinha revelar essa ordem temporal, pois ela poderia ordenar essas representações de modo arbitrário, ou seja, sem estar de acordo com a própria ordem dos fenômenos. O objetivo principal das Analogias é explicar como podemos conhecer a ordem temporal objetiva dos fenômenos, distinta da ordem contingente das percepções; e, embora esse trabalho envolva todas as três provas, segundo Allison, a resolução desse problema está centralizado no primeiro parágrafo da Segunda Analogia, que mostra como o conhecimento de uma ordem temporal objetiva depende da determinação da sensibilidade pelo entendimento e é condição formal de toda verdade empírica.

Portanto, a etapa final do nosso trabalho foi analisar a Segunda Analogia da Experiência a fim de compreendermos dois pontos centrais: 1) Como a sucessão subjetiva de percepções coincide com a sucessão objetiva dos próprios fenômenos (o que não foi provado pela Dedução); e 2) Como esse prova envolve uma síntese *a priori* que possui como fio condutor a experiência possível.

O Princípio geral da Segunda Analogia é: “Princípio da sucessão temporal segundo a lei de causalidade: Todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito.” (*KrV*, A 189 / B 232). É consenso entre comentadores que o argumento está dividido em seis

provas independentes. Nossa análise recaiu sobre a primeira prova que é exclusiva da Edição B, devido à referência bastante direta que ela faz aos três elementos da experiência possível - ou seja, o tempo, a síntese da imaginação e a unidade da apercepção - para provar a aplicação universal da categoria de causalidade nos fenômenos.

A primeira prova inicia-se retomando o argumento da Primeira Analogia que provou o Princípio de Permanência e Substância, tal princípio afirma que toda modificação é alteração do estado de um objeto que, em parte, permanece o mesmo, ou seja, toda mudança tem por base o imutável. A partir disso, a segunda Analogia argumenta que toda alteração é governada pela lei de causa e efeito. O ponto central dessa prova é distinguir a ordem de representações subjetivas, que é contingente, da ordem de representações que ocorre objetivamente segundo o fenômeno; essa distinção será feita quando provado que a ordem objetiva dos fenômenos é regida pelo categoria de causalidade. Tal prova exige uma síntese *a priori* pois a afirmação de que a ordem dos fenômenos segue a regra causal não é uma proposição analítica, mas envolve a referência a doutrinas crítica já investigadas anteriormente pela Doutrina dos Elementos. Essa referência é a referência às condições transcendentais da experiência possível, que incluem as condições da sensibilidade e do entendimento puro; a referência à intuição pura é a referência ao tempo vinculado com a categoria de causalidade pelo esquema transcendental do conceito de causa.

Além da referência ao tempo pelo esquema transcendental, essa prova faz referência à imaginação e à unidade da apercepção. O ponto central da prova é mostrar que todos os fenômenos, para poderem ser pensados pela mente humana, devem estar conectados pela unidade sintética da apercepção, e a forma universal do juízo depende dessa unidade; isso significa que o pensamento de objetos já está determinado pela forma lógica do juízo, é por isso que a experiência é *conhecimento* e não apenas um mero agregado de percepções. Por outro lado, o objeto só nos é dado pela forma pura da sensibilidade, pois, sem esta, o juízo hipotético seria completamente vazio.

Na prova do princípio de causalidade Kant afirma que os fenômenos se conectam no tempo, pois a percepção da mudança depende da conexão de estados diferentes em que em um momento se percebe algo em um objeto que não se percebia no momento anterior. Contudo, essa consciência da mudança de estados não depende apenas do tempo, mas da imaginação enquanto faculdade que determina o sentido interno e que torna possível conectarmos estados distintos de um mesmo objeto verificados em momentos distintos.



Contudo, não é a imaginação sozinha que irá mostrar a necessidade dessa conexão, pois ela pode conectar dois estados de dois modos diferentes, ou A antes de B ou B antes de A, pois a conexão objetiva dos fenômenos está indeterminada na mera percepção. Ou seja, não basta apenas a intuição pura do tempo somado à imaginação para determinar a regra objetiva de sucessão dos fenômenos, é preciso uma atividade superior da mente que é capaz de *pensar* essa relação. É aqui que o conceito puro de causa e efeito atua para fornecer essa unidade sintética que tem a função de conectar duas percepções de modo necessário. Assim, a categoria de causa e efeito, sendo fundamentada pela unidade sintética da apercepção, e, em conexão com o tempo pelo conceito transcendental, determina a necessidade da sequência temporal dos fenômenos conectando percepções em uma mesma consciência unificada e regida sob as regras do entendimento. Com isso, Kant identifica nos Princípios do Entendimento experiência e conhecimento empírico, pois aquela consiste na nossa capacidade de *pensar* o objeto enquanto fenômeno submetendo-o a regras que possuem como fundamento a unidade sintética da apercepção que também determinam a forma lógica do juízo. Ou seja, poder organizar o diverso empírico exige poder subsumir tudo aquilo que nos é dado pela forma da sensibilidade às regras que nos tornam capazes de pensar o mundo discursivamente.

A necessidade da relação de causa e efeito, portanto, não poderia ser conhecida pela ordem dada de percepções, pois não é pela inspeção destas que podemos conhecer a necessidade dessa ordem. É somente pelo pensamento discursivo sobre o objeto que podemos afirmar que uma determinada ordem se dá de modo necessário; isso porque a ordenação conceitual do entendimento sobre o objeto exige a capacidade de pensarmos o objeto em geral.

Assim, a prova do princípio de causalidade provou que a categoria de causalidade é universalmente aplicável aos fenômenos, ao provar que toda experiência é dada pela forma da intuição do tempo, que a imaginação permite sintetizar os dados empíricos em percepção, e que a necessidade da ordem da conexão das percepções é dada pela categoria do entendimento que se assenta na unidade sintética da apercepção. Esses três elementos constituem as regras mais universais nas quais toda experiência se assenta e serviram como fio condutor da prova; a prova, portanto, não é sintética, pois não é auto-evidente, uma vez que exige referência a investigações transcendentais já realizadas na *Crítica da Razão Pura*.

Com isso, procuramos mostrar que a designação dada por Kant da síntese própria do conhecimento transcendental como uma síntese *por conceitos* na Doutrina do Método leva a um paradoxo que pode ser desfeito com a análise da Doutrina dos Elementos da primeira *Crítica*, uma vez que tal síntese não prescinde completamente da intuição pura do tempo. Vimos a partir da análise da parte final da dedução transcendental, do esquematismo e da prova do princípio de causalidade, que o vínculo entre os conceitos em um juízo sintético da filosofia exige uma investigação prévia da natureza e estrutura das faculdades humanas *a priori*, mais propriamente uma investigação pormenorizada da sensibilidade e do entendimento puro. Essa investigação mostrou que a própria natureza do tempo depende da determinação da sensibilidade pelo entendimento e, com isso, que os juízos sintéticos *a priori* da filosofia dependem do entrelaçamento entre essas duas faculdades humanas e, assim, que as regras que regem a experiência são dadas pelo entendimento, mas somente uma vez que este esteja sob as designações da sensibilidade.

## **Bibliografia Primária**

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012.

KANT, I. *Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*. Tradução de Paulo Licht dos Santos. In: *Escritos pré-críticos*, p. 219-282. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

KANT, I. *Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.

KANT, I. *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*. Tradução de Luciano Codato. In: *Escritos pré-críticos*, p. 101-140. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

KANT, I. *Lógica*. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KANT, I. *Progressos da Metafísica*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Edições 70.

KANT, I. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Edições 70.

KANT, I. *The Blomberg logic*. Edited and translated by J. Michael Young. In: *Lectures on Logic*. P. 5 - 250. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KANT, I. *The Vienna Logic*. Edited and translated by J. Michael Young. In: *Lectures on Logic*. P. 251 - 380. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KANT, I. *The Jäsche logic*. Edited and translated by J. Michael Young. In: *Lectures on Logic*. P. 521 - 642. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

## **Bibliografia Secundária**

ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism*. New Haven and London: Yale University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Kant's Transcendental Deduction: An Analytical-Historical Commentary*. New York: Oxford University Press, 2015.

ANDERSON, R. L. *The Poverty of Conceptual Truth: Kant's Analytic/Synthetic Distinction and the Limits of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CAIMI, M. “Application of the Doctrine of Method in the critical examination of reason”. *Studia Kantiana*, vol. 13, 2012, pp. 5–16.

CARLUCCI, F. *Sobre a Segunda Analogia de Kant*. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2014.

CASANAVE, A. “Por Construção de Conceitos”. Klein J. (Org.). In: *Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura*, pp. 657-694, Florianópolis: Nefipo, 2012.

CASSAM, C. *The Possibility of Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CASSIRER, E. *El Problema del Conocimiento en la Filosofía y en La Ciencia Modernas II*. Tradução de Wenceslao Roces. Tradução de Wenceslao Roces. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CODATO, L. “Extensão e Forma Lógica na Crítica da Razão Pura.” In: *Discurso*, v. 34, 2004: pp. 145-202.

COHEN, B. “Preface.” In: *Opticks or a Treatise of the Reflections, Refractions, Inflections e Colour of the Light*. New York: Dover Publications, 1952.

EUCLIDES. *Elementos de Geometria*. Tradução de Irineu Bicudo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FICHTE, J. G. “O programa da doutrina da ciência.” Trad. R. R. Torres Filho. In: *A doutrina-da-ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores).

FIGUEIREDO, V. “Apresentação”. In: *Escritos pré-críticos*, pp. 7-21. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FRIEDMAN, M. “Concepts and Intuition in the Mathematical Sciences”. In: *Kant and Exact Sciences*, pp. 96-135. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1992.

HENRICH, D. "Kant's Notion of a Deduction and the Methodological Background of the First Critique". In: *Kant's Transcendental Deduction: Studies in Kant and German Idealism*. Eckart Förster (Ed.). Stanford: Stanford University Press, 1989.

LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MARTINEZ, L. "El tema de la 'Doctrina trascendental del método'". *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 24; n. 1, pp. 83-99.

MASSIMI, M. "Kant's dynamic theory of matter in 1755, and its debt to speculative Newtonian experimentalism." *Studies in History and Philosophy of Science*, Volume 42, Issue 4, December 2011, Pages 525-543.

NEWTON, I. *Opticks or a Treatise of the Reflections, Refractions, Inflections e Colour of the Light*. New York: Dover Publications, 1952.

PARSONS, C. "Arithmetic and the Categories," In: *From Kant to Husserl: selected essays*. Cambridge, Massachusetts, London, England, Harvard University Press, 2012, pp. 42-68.

PATON, H. J. "Kant's Metaphysics of Experience, Vol. II.". London: George Allen and Unwin Ltd, 1936.

SCHERER, F. C. "Método Analítico na filosofia de Kant". *Estudos Kantianos Valério Rohden*, Marília, v. 7, n. 1, pp. 67-80, Jan./Jun., 2019.

SENEDA, M. "A Gênese das Condições de Possibilidade de toda Síntese Teórica no Pensamento Pré-crítico de Kant." *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 27, n. especial, pp. 259-280, 2013.

\_\_\_\_\_. "Conhecimento Racional por Conceitos (filosofia) e Conhecimento Racional por Construção de Conceitos (matemática)". *Estudos Kantianos Valério Rohden*, Marília, vol. 6, n. 2, pp. 45-52, Jul/Dez, 2018.

SCHELLING, F. "Sobre a Construção na Filosofia". Tradução de Luciano Codato. In: *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, vol. 7, 2011, pp. 87-111.

SCHULTING, D. *Kant's Deduction and Apperception: Explaining the Categories*.

London: Palgrave Macmillan, 2013.

ZÖLLER, G. "Of Empty Thoughts and Blinds Intuitions Kant's Answer to Mcowell."

In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v.33, n.1, p.65-96, 2010.